

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

23

latino americano
relatório da sociedade
no Brasil
de seu desenvolvimento
seu

TEXTOS & DEBATES

ISSN 1413-9987



TEXTOS & DEBATES

Revista de Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 23

janeiro/junho
2013



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

ISSN On-line 1413-9987

Textos & Debates	Boa Vista	Nº 23	p. 1 - 137	jun./2013
------------------	-----------	-------	------------	-----------

Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografías de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos & Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)
Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)

Conselho Executivo

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
n° 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo P. Chagas;
Tayná de Mello Leite

APRESENTAÇÃO..... 5

ARTIGOS

QUESTÃO DA UNIVERSALIDADE E DO HUMANISMO SOB A LUZ DA SUPRESSÃO DO CAPITAL EM MARX E LUKÁCS 11

Vitor Bartoletti Sartori

QUEM TEM MEDO DA FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL? 29

Rodrigo Bastos Raposo

LA REVOLUCIÓN DEMOCRÁTICA EN EL DISCURSO DE HUGO CHAVEZ 53

Hermán Fair

FLORESTAN E A "TRANSIÇÃO TRANSADA" DA REFORMA PARTIDÁRIA AO COLEGIO ELEITORAL 69

Rodrigo Pereira Chagas

ANÁLISE DA AÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DA MINERADORA VALE S.A NA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA 91

Laura Nazaré de Carvalho

A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DE BOA VISTA – RORAIMA E OS POVOS MACUXI E WAPICHANA DA CIDADE: PROCESSOS HISTÓRICOS E SENTIDOS DE PERTENCIMENTO 115

Luciana Marinho de Melo

RESENHAS

DEBATES MULTIDISCIPLINARES 135

Tácio Raposo e Eloi Senhoras

APRESENTAÇÃO

O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, ou seja, quanto mais bem-acabado for o entendimento político, tanto mais ele acredita na onipotência da vontade e tanto mais cego ele é para as limitações naturais e intelectuais da vontade, tornando-se, portanto, tanto menos capaz de desvendar a fonte das mazelas sociais. (K. MARX)

Mantendo seu caráter interdisciplinar, a *Revista Textos & Debates* traz, em seu 23º número, uma abordagem cujo pano de fundo é, predominantemente, político. Obviamente há variação nos temas, nos níveis de abordagens (mais abrangentes ou mais específicos), e nas áreas de destinação dos debates propostos em cada um dos textos. Mas a esfera da política aparece, sem dúvida, como uma chave analítica central para esta edição.

O artigo que propicia uma imagem mais global da dimensão política, por seu caráter mais genérico e abrangente, e que abre a revista é, *A questão da universalidade e do humanismo*, de Sartori. Neste texto, o ponto central para o autor é realizar um debate sobre a concepção de universalidade e humanismo da obra de Karl Marx e György Lukács. Mas, para tanto, o autor é levado – ao seguir os caminhos analíticos de Marx – a apresentar o conceito de universalidade próprio da sociedade capitalista, ou seja, verificar os laços sociais da universalidade possível e necessária sob o capital: “o caráter universal dos ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo, por exemplo, vem a ter verdade na dominação burguesa, na propriedade privada, no Direito burguês e no Estado-nação”, portanto, a emancipação realizada pela transformação capitalista foi uma emancipação política, “em verdade, a emancipação do próprio mercado e dos imperativos do capital”. (p. 19) O artigo avança com o debate sobre os limites do humanismo contidos nesta forma específica de emancipação política, mas, ao mesmo tempo, indica como nesta forma de sociabilidade suas “soluções e resoluções encontram-se no campo da política e, assim, também no campo da dominação, por mais permeada por uma forma de universalidade que essa dominação possa estar”. (p. 15)

Nos posicionando a partir deste prisma, não nos parece trivial que boa parte dos esforços acadêmicos vinculados às ciências humanas e à filosofia depositem na

esfera da política seus maiores esforços e esperanças – não raro através de um autonomização total e formalização absoluta da esfera política. Ora, ao se afirmar como esfera resolutiva, de “liberdade” e “universalidade”, as lutas tendem, sob o capital, a convergirem para o âmbito político – e, no limite, ao politicismo – para buscar suas resoluções positivas.

Tomemos como exemplo, vinculado a necessidade de universalização do capital, a ampliação e unificação de um mercado internacional que exige um aparato político e jurídico internacional. Partindo de referencial analítico próprio do Direito, Rodrigo Bastos Raposo nos apresenta as discussões que veem ocorrendo sobre a fragmentação do direito internacional, em seu artigo: *Quem tem medo da fragmentação do direito internacional?* Em sua problemática se expressa, implicitamente, os conflitos entre a necessidade desta universalidade e as vontades dos agentes particulares em busca de vantagens dentro do sistema internacional:

Os resultados do grupo de estudos reafirmaram o caráter unitário e sistêmico do direito internacional. Mesmo em contexto de fragmentação, esse caráter é assegurado pelo direito internacional geral, que jaz como pano de fundo para todas as normas, sistemas e subsistemas do direito internacional [...] A expansão e diversificação do direito internacional é um fenômeno decorrente da evolução deste ramo do direito, não uma indicação de seu fim. Portanto, deve ser vista como a busca da realização de oportunidades históricas de desenvolvimento do direito internacional, mas também com a proposição de renovados desafios com relação à manutenção de caráter sistêmico e unitário do direito internacional. (p. 49)

Em seu caráter formal, as celeumas do direito internacional parecem desvinculadas das ações práticas dos agentes que arbitra, mas, nos aproximando de aspectos concretos da vida societária, verificamos os vínculos que tencionam esta universalidade própria da sociabilidade burguesa. É o que encontramos, em parte, no trabalho de Hernán Fair que nos apresenta seu “*La revolución democrática en el discurso de Hugo Chávez?*”.

Contrastando com boa parte das análises praticadas atualmente, em especial em relação a Venezuela, o autor se esforça para analisar o discurso –tomando o referencial teórico de Ernest Laclau – do próprio presidente venezuelano no período de 1999-2002, a primeira etapa da “revolução chavista”. É louvável o esforço de compreender o discurso antes de criticá-lo, é dizer, se esforçar por uma análise imanente. Contudo, esta prática tem seus problemas potenciais quando o discurso analisado é “autonomizado”, julgando o indivíduo pela ideia que faz de si mesmo.

Pois bem, o discurso de Chávez – como qualquer outro, aliás – expressa elementos da realidade que devem ser mediados e criticados em relação as funções sociais que cumpre e sua gênese histórica, ou seja: pelas contradições da vida material.

No entanto, frente a enxurrada de críticas totalmente desparametradas a respeito da “revolução bolivariana”, ressaltamos a importância de uma abordagem que expresse o “outro lado”, e, principalmente, que busque apreender a expressão ideológica como uma materialização das forças sociais em luta.

Fica aqui, mais uma vez, claros os limites da universalização própria ao capitalismo e, no caso latino-americano, impõe-se uma ampliação do problema: entra em pauta a questão do imperialismo e da subordinação dos países subdesenvolvidos aos padrões necessários ao grande capital.

[...] o mais interessante é que o discurso de Chávez realizará uma articulação de equivalência entre o projeto da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), promovido pelos Estados Unidos e as potências mundiais, e o neoliberalismo. Ademais, não só criticará a ALCA, mas também proporá, em contraposição, uma nova forma de integração nacional e regional, que apresentará uma alternativa ao modelo de inserção acrítica a ordem global. Nesse marco, já no ano de 2001, se referirá a necessidade de conformar uma Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). (p. 58)

Chávez lidará, a sua maneira e coalhado por enormes contradições, de um problema que sempre rondou os países latino-americanos: a relação entre autonomia e subordinação da nação. Questão que a academia, muitas vezes, apresenta como superada ou *démodé*, mais que resurge constantemente nos conflitos mais variados dentre os países que foram alvos das disputas imperialistas – e de forma dramática, pois se traduz em um alto grau de violência que atinge principalmente as parcelas mais desamparadas destas sociedades.

O problema da autonomia nacional reaparece no artigo sobre Florestan Fernandes e a “transição transada”. No qual acompanhamos a reflexão de Fernandes sobre a institucionalização da ditadura militar no Brasil, se contrapondo, assim, a ideia de que houve uma “democratização” no país. Para ele a democratização significaria superar a autocracia burguesa, própria destes países que denomina como “dependentes”, é dizer, significaria a superação da própria dependência.

Se nos lembrarmos do debate travado nos anos 60, sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, a saída apresentada por um dos principais discípulos de Fernandes, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi a de que seria possível o desenvolvimento porque a dinâmica interna dos países – a relação entre as classes sociais – permitiria, através de uma atuação na *esfera política*, um aproveitamento adequado das possibilidades de desenvolvimento, mesmo sob o estatuto da “dependência”. Ao que nos parece, a obra clássica de Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, deixa claro o quão infecunda é a esfera política nacional ao se tratar de problemas relacionados “aos de baixo”. Ou seja, o quão autocrática é a burguesia nacional su-

bordinada ao capital internacional, concentrando riqueza e poder em grau incompatível com a democracia burguesa.

Não é de se estranhar as dificuldades dos movimentos sociais para ganharem peso e serem moral e juridicamente respeitados nesses países. Na verdade, no mais das vezes, as pessoas que compõem esses movimentos não tem respeitada nem mesmo a integridade física.

Contudo, ao longo dos anos e de acordo com as conjunturas políticas e econômicas, as formas de manifestações desta autocracia burguesa variam entre mais ou menos cruentas. É o que nos apresenta Laura Nazaré de Carvalho em seu artigo sobre a mineradora, ex-estatal, Vale do Rio Doce – fundada sob o Estado Novo e estando hoje entre as maiores empresas de mineração do mundo. Ao longo da história da companhia vemos como a relação entre capital e trabalho foi sempre mediada por relações sindicais que padecem, subjugadas por esta estrutura de dominação que caracteriza o capitalismo brasileiro: seja através da intervenção estatal direta e indireta, característica em seu primeiro período, quando enquadrada pela “conciliação classista”, própria da atuação de Vargas; seja pelos momentos de criminalização e repressão escancarada dos movimentos sociais – agora em outra ditadura: a de 1964 ; ou em sua face mais “moderna”, que conjuga não só a herança depurada dos períodos anteriores, como também mecanismos mais sofisticados de cooptação e fragmentação sindical:

Os casos de terceirização de trabalhadores demitidos para exercer a mesma função como terceirizados no mesmo local são comuns. Nesses casos, os salários são rebaixados e os benefícios não são extensivos aos seus familiares. As fraudes envolvendo empreiteiras que prestam serviço a Vale também são comuns, como, por exemplo, o caso da empresa Serminas, que não possuía empregados, e sim 50 sócios que não tiravam férias e nem recebiam décimo terceiro salário e foi contratada pela Vale para transportar pessoas e materiais. (p. 100)

Outra face particular do problema da autocracia burguesa pode ser constatada no artigo de Luciana Marinho de Melo sobre *A formação sociocultural de Boa Vista*. Neste caso, vemos como sistematicamente a posição dos povos autóctones do extremo norte brasileiro é desrespeitada. A luta pela terra na região ganha contornos dramáticos – verdadeiros massacres que passam bem longe dos olhos e preocupações das classes médias dos grandes centros – durante toda a história nacional e que continua acesa. Mantendo formas societárias inteiras sempre sob o risco dos interesses “universais” próprios da sociabilidade do capital:

Desse retrato, pouco se alterou nos dias atuais. Embora haja um restrito grupo indígena que tenha alcançado certa ascensão social em Boa Vista, destaco que a grande maioria so-

brevemente em condições de extrema vulnerabilidade social, na preferência da capital. As mulheres indígenas permanecem trabalhando com serviços domésticos e os homens ainda servem de mão de obra de baixo custo no ramo da construção civil. [...] assim como a existência de estradas nas proximidades das comunidades e a constante travessia de automóveis, evidenciou um grave problema que se apresenta diante das famílias. Trata-se do tráfico de meninas e mulheres indígenas para redes de prostituição na cidade [...] (pp. 125 e 127)

A proposta da autora se vincula também a atuação no âmbito político, como forma de resolução destes conflitos, demonstrando como seria coerente uma participação bem mais ampla das populações originárias da região – em especial os povos Macuxi e Wapichana –, no que diz respeito a cultura, na estrutura administrativa de Boa Vista.

Em síntese, os vários artigos reunidos no presente número da *Revista Textos & Debates* nos convidam para diálogos específicos dentro dos quadros epistemológicos e temáticos de interesse variados. Mas podemos estender um pano de fundo sob tal diversidade, buscando uma unidade no diverso, no qual ressaltamos as contradições que a política expressa como esfera de atuação privilegiada e seus limites inerentes: a contradição entre vida pública e vida privada, entre interesses gerais e particulares. Daí a escolha como epígrafe desta *Apresentação* de um texto pouco conhecido de Marx, autor que pensa sempre a política como metapolítica, pois, no caso contrário, ao pensar a política tendo por fim a própria política, tender-se-ia a divisar “a causa de todas as mazelas na vontade”. Para Marx o entendimento político tende a ocultar as raízes da penúria social e a perpetuar o Estado; e isto por uma questão simples: “o Estado jamais verá no ‘Estado e na organização da sociedade’ a razão das mazelas sociais”.¹

Comitê Editorial

1 Tanto a epígrafe quanto o restante das citações desta parte final do texto podem ser encontradas em: K. Marx; F. Engels. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 38-41.

ARTIGO

QUESTÃO DA UNIVERSALIDADE E DO HUMANISMO SOB A
LUZ DA SUPRESSÃO DO CAPITAL EM MARX E LUKÁCS

Resumo

Neste artigo, pretende-se tratar da relação entre marxismo e humanismo, partindo-se de apontamentos de Marx e debatendo-se brevemente com Lukács. Com isso, pretende-se mostrar que, por mais que a oposição a uma forma específica de humanismo e de universalismo (aquela amparada na universalidade do capital) possa ser, até certo ponto, justificada, tal oposição ao humanismo e ao universalismo como um todo, considerando-se a obra de Marx, mostra-se insustentável. Isso aparece claramente na obra de György Lukács que diz que o mercado mundial, pela primeira vez na história, coloca os homens em conjunto, ao mesmo tempo em que a universalidade deste avilta a personalidade do homem. Tal unidade é a do gênero humano a qual, para Lukács, somente se expressa de modo pleno (na especificidade do gênero humano para-si) quando se suprime a própria base do aviltamento capitalista da personalidade, a saber, o próprio capital.

Palavras-Chave:

Marx; Lukács; Capital; Universalidade; Humanismo.

Abstract

The objective of this article is to analyze the relation between Marxism and humanism taking in account Marx and Lukács. This article intends to prove that, even though some may criticize certain kinds of humanism and universalism, it is unacceptable to criticize it as a whole, from the Marxist point of view. It is clear, for example, when it comes to Lukács who stipulates that, within the world market, man, for the first time in history, are put together on an universal form of sociability, laying ground for something like the human genre as a real entity. It happens, although, simultaneously within the destruction of human personality and individuality. So, the humanity could only be expressed on rational and proper way when the basis of personality's destruction, the capital, is suppressed.

Keywords:

Marx; Lukács; Capital; Universality; Humanism.

* Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo, USP. Professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

Hoje, quando se fala de marxismo e humanismo, logo nos lembramos de Althusser, que se tornou célebre por traçar uma oposição forte, por meio do famoso “corte epistemológico”, entre o “jovem Marx” “ideológico” e o Marx “maduro” e “científico”. Mesmo que tais noções possam, até certo ponto, se aproximar de um viés neopositivista, não se pode certamente colocar o filósofo radicado na França de lado quando se trata de um debate sério acerca do marxismo. Na questão do humanismo, por exemplo, esse autor não deixou de ser influenciado pelo melhor da filosofia burguesa de sua época sobre o assunto: Althusser diz que “de Heidegger, só li tardiamente a Carta a Jean Beaufret sobre o humanismo, que não deixou de influenciar minhas teses sobre o anti-humanismo teórico de Marx.” (ALTHUSSER, 1993, p. 158) Ou seja, muito embora Althusser não pudesse ser considerado um grande conhecedor de Heidegger, este autor alemão controverso deixou marcas sobre o grande defensor do “anti-humanismo teórico” no marxismo. Essas marcas podem ser encontradas, por exemplo, em sua concepção de “materialismo aleatório” (Cf. ALTHUSSER, 1998), materialismo esse o qual o autor também acredita estar presente no próprio Marx. Assim, quando se trata do humanismo no marxismo, pode ser importante se averiguar como diferentes influências relacionam-se a distintas posições (seria essencial ver isso em relação a Lukács e a Althusser tendo em conta Hegel e Heidegger, por exemplo), mas a questão essencial relaciona-se ao modo como é percebida a concepção de “gênero humano” em meio ao solo em que se explicita a teoria marxista, a própria sociedade civil-burguesa.

Aqui, pretende-se ver, partindo de Marx e depois se tratando brevemente de Lukács, como essa questão pode ser delineada sem que se deixe de ter em conta a problemática althusseriana ao mesmo tempo em que se busca refutar as bases da concepção do importante filósofo francês na medida em que, na esteira do Lukács da *Ontologia do ser social*, se esboça uma concepção ontológica do legado de Marx.

Deve-se ver como aparecem em Marx e Engels traços de humanismo quando os autores tratam da própria sociedade civil-burguesa e de sua consolidação sob a égide do capital, mostrando a gênese e a função social das bases do humanismo que se apresentam nessa sociedade.¹ Assim, vale mencionar uma famosa passagem de Engels sobre os homens dos primórdios da modernidade, sobretudo, do Renascimento:

Os heróis dessa época não se achavam ainda escravizados à divisão do trabalho, cuja ação limitativa, tendente à unilateralidade, se verificava frequentemente entre seus sucessores. Mas o que constituía sua principal característica era que quase todos participavam ativamente das lutas práticas de seu tempo [...]. Daí essa plenitude e força de caráter que fazia deles homens completos. (ENGELS, 1979, p.16)

O autor refere-se a esses homens como “completos”, sendo a divisão do trabalho capitalista desenvolvida a seguir fonte da unilateralidade que permearia a sociedade civil-burguesa, cuja anatomia, segundo Marx, “deve ser procurada na economia política.” (MARX, 2009, p. 47). Deve-se, pois, desde já, perceber que não há uma muralha chinesa entre esses homens e os seus sucessores: ambos encontram-se no próprio processo que tem consigo a sociedade que Marx e Engels combateram (mesmo reconhecendo suas conquistas) durante suas vidas. Com isso, resta haver um processo contraditório o qual permite que, com base em elementos até certo ponto presentes nele mesmo, possa-se ter em mente, não só pessoas “completas” que “participavam ativamente das lutas práticas de seu tempo”, mas, em potencialidade, os germes de uma forma de sociabilidade emancipada. A emancipação, no sentido adotado pelos autores agora analisados, suprimiria a divisão do trabalho. E, com o teor expresso acima, “a divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual.” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26) Deste modo, aquilo que Engels elogia deve ser visto não só em relação com uma época “heróica” em que alguns indivíduos “ainda não se achavam ainda escravizados à divisão do tra-

1 O pressuposto desse artigo, pois, deve-se ser honesto, já é oposto àquele de Althusser, o que faz com que haja significativa diferença no que toca as conclusões do presente artigo em relação a esse grande teórico. Nisto, adota-se uma concepção de marxismo muito próxima àquela de Lukács, o qual sempre tratou, assim como Marx, das ideologias como algo efetivo na própria realidade social. Veja-se como Althusser é distinto nesse aspecto: “o exame ao qual vou proceder é um exame puramente teórico. Não proponho examinar a natureza e a função social do Humanismo como ideologia, nem, portanto, questionar o “direito” à existência do Humanismo como ideologia. Proponho-me apenas examinar, do ponto-de-vista teórico, os títulos em nome dos quais os ideólogos do Humanismo teórico (o jovem Marx, nossos modernos, etc.) pretendem fazer com que noções ideológicas como o Homem, o Gênero Humano, etc. desempenhem um papel teórico. É, portanto, do ponto de vista teórico, e apenas desse ponto-de-vista, que vou tratar dessas noções como obstáculos epistemológicos diversos.” (ALTHUSSER, 2002, p. 45)

balho”. Deve-se dizer que essa divisão do trabalho tem seu desenvolvimento pleno justamente com a sociedade civil-burguesa, rica em contradições e, ao mesmo tempo, em potencialidades cujo desenvolvimento, sob a égide do capital, traz também a unilateralidade e o aviltamento.²

Para se tratar com o devido cuidado da questão do humanismo, e do universalismo relacionado a esse, deve-se ver como é possível que aquela sociedade cuja anatomia é marcada pela reprodução fetichista do capital tenha em seu desenvolvimento tanto o modelo de “homens completos” como aquele do homem cujas potencialidades sejam caladas de modo brutal e aviltante. Pode-se, pois, lembrar de uma importante passagem de Marx para iniciar:

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa ou francesa, foram revoluções de tipo europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para uma nova sociedade européia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário a partir da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. (MARX, 2010, p. 322)

Marx traça a emergência e consolidação da sociedade civil-burguesa em meio às revoluções em que triunfa a burguesa, com ela, vindo uma forma mais universal de domínio político (que tem consigo a divisão do trabalho mencionada acima). Ou seja, a política se coloca, enquanto forma universal, de modo mais claro com o triunfo dessas revoluções as quais o próprio Marx noutra lugar chamou de “revoluções políticas” (Cf. MARX, 2010b) – e, com isso, efetivamente, há um progresso, não há dúvidas: emerge uma “nova ordem social”. Ela, até certo ponto, rompe com o provincianismo, com o corporativismo, com a superstição, com a dominação a partir da terra, com os privilégios feudais e com aquilo que se mostrara como entrave ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Essas revoluções, assim, trouxeram à tona a própria sociedade civil-burguesa, com a burguesia como uma classe revolucionária que rompe com o localismo e estabelece algo de universal cuja expressão é clara no iluminismo, por exemplo. Neste sentido, a emergência dessa “nova so-

2 Segundo Lukács, a questão é essencial. Na sociedade civil-burguesa, “a divisão social do trabalho é muito mais antiga que a sociedade capitalista, mas – como consequência da amplitude cada vez maior assumida pelo domínio da mercadoria – suas repercussões adquirem uma difusão e profundidade que assinalam mesmo uma transformação de quantidade e qualidade.” (LUKÁCS, 2010 b, p. 62)

cidade européia” ultrapassa em muito o mero domínio burguês, ao mesmo tempo em que é indissociável deste e, mais importante, dos rumos, sempre contraditórios, deste.

Em sua consolidação, pois, a burguesia e a sociedade trazida com seu triunfo possuem um papel relacionado também à própria possibilidade de conceber o homem de forma mais universal, tendencialmente sem entraves “feudais”. Tal universalidade, como resta claro, ganha muita força com essas revoluções mencionadas.

E a própria noção de razão, essencial para a dialética que, em sua “configuração racional”, “não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária” (MARX, 1988, pp. 20-21) não deixa de ter relação com esse processo. Mas, se a emergência da “nova ordem” é um avanço, ela não é, nem pode ser, o derradeiro: trata-se de uma forma de sociabilidade cujas soluções e resoluções encontram-se no campo da política e, assim, também no campo da dominação, por mais permeada por uma forma de universalidade que essa dominação possa estar. Tratando-se de uma sociedade calcada no antagonismo de classes e na divisão do trabalho mencionada acima, a forma pela qual a universalidade se apresenta não pode deixar de ter tons de particularismo, do particularismo da própria sociedade civil-burguesa. No que, em retrospectiva, Engels não pôde deixar de notar:

Os filósofos franceses do século XVIII que abriram o caminho para a revolução, apelavam para a razão como único juiz de tudo quanto existe. Pretendia-se instaurar um Estado racional, e tudo que contradissesse a razão eterna deveria ser enterrado sem a menor piedade. [...] na verdade essa razão eterna não era senão a inteligência idealizada do homem de classe média daqueles tempos, do qual haveria de sair, em seguida, o burguês. (ENGELS, 1990, p. 223)

Engels reconhece o caráter progressista e tendencialmente universal, da noção iluminista de razão. No entanto sublinha também que seus rumos são aqueles daquele que se tornaria o “burguês”, segundo Marx, o “indivíduo egoísta” (it. MARX, 2010b). No que, novamente, não há uma muralha chinesa entre aquilo que houve de mais progressista na cultura burguesa e a sua consolidação em seu oposto.

Aquilo colocado pela própria burguesia em sua fase revolucionária, até certo ponto, já se volta contra ela mesma; caso se leve os ímpetos progressistas da própria burguesia até as últimas consequências, tem-se algo que deve ultrapassar a própria sociabilidade burguesa; no entanto, a verdade da universalidade que é calcada no capital, sempre é bom ressaltar, é a negação da efetiva universalidade; a verdade da razão iluminista não deixa de ser a irracionalidade do capital. Deve-se sublinhar, pois: com a sociedade civil-burguesa, há um progresso o qual expressa uma situação em

que as relações dos homens são crescentemente sociais, os homens são socializados de forma patente – os liames entre eles não são aqueles da “terra”, dos “costumes locais”; antes, trata-se de uma situação em que o próprio “afastamento das barreiras naturais”, tão enfatizado por Lukács, dá ensejo a uma sociedade permeada por imperativos, cada vez mais, advindos das próprias relações traçadas entre os homens. Assim, é preciso que se diga que, com a sociabilidade burguesa emergente, os rumos da vida dos homens não mais aparecem necessariamente sob o domínio de forças estranhas.³

Ao mesmo tempo, entretanto, é justamente esse tipo de forças que compõe a natureza essencial da “anatomia” da sociedade emergente, mas com uma diferença importante quanto ao passado: se antes os homens colocavam-se sob o domínio da “terra”, dos “costumes locais” da própria natureza, agora, é a propriedade que os domina, o Direito burguês e as relações de produção burguesas que se colocam como entraves ao seu desenvolvimento. Trata-se de limitações sociais e não naturais.

Na mesma sociedade, pois, tem-se um desenvolvimento sem igual de potencialidades, advindas do enorme “afastamento das barreiras naturais”, ao mesmo tempo em que esse afastamento mesmo é realizado de forma desumana, contrária a qualquer ímpeto que traga um “homem completo”. Com isso, a sociedade que traz a possibilidade de se pensar universalmente rompendo-se com as limitações locais também estabelece entraves. Separa radicalmente também, por meio da divisão do trabalho, a execução e prévia ideação presentes no processo de trabalho, dando ensejo a uma forma de universalidade ilusória, cuja maior expressão é aquela da própria política e do Estado.⁴ Esses entraves, porém, podem ser superados, por serem oriundos da própria organização social e não de algo inerente a qualquer “condição humana”.

O maior progresso trazido com a sociedade civil-burguesa, pois, tem consigo uma dimensão universal a qual não pode ser negligenciada - sob o domínio burguês, no entanto, essa dimensão é essencialmente limitada por aquilo que solapa também aquele homem completo elogiado por Engels: a divisão do trabalho (coagulada na política)⁵ e os próprios imperativos do capital. Marx, neste sentido, diz que a revo-

3 “A construção da sociabilidade burguesa constituiu um salto fundamental no desenvolvimento do gênero humano; possibilitou que, em escala social, os indivíduos compreendessem que a história é a história humana e, indo além, que tomassem a tarefa prática de mudar o rumo da história.” (LESSA, 2007, p. 81)

4 Segundo Marx, na sociedade civil-burguesa, “no Estado, [...], no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado da sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal.” (MARX, 2010 b, ps. 40-41)

5 A esfera política, nas palavras de Livia Cotrim “é, pois, coágulo de forças sociais, genéricas, usur-

lução política “representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente.” (MARX, 2001, p. 24) Reconhece-se, deste modo, o caráter limitado da “nova ordem”: trata-se de um caráter essencialmente político o qual tem por trás de si a dominação classista, a propriedade privada, o Direito burguês, a divisão do trabalho, com tudo que isso implica. E deve-se insistir neste ponto: Marx opõe uma emancipação “política” à autêntica “emancipação humana”, aquela mesma que poderia trazer em âmbito universal, um “homem completo” – portanto, vê-se, a universalidade que emerge com a ordem burguesa é aquela do capital, o qual tem por trás de si uma forma mais universal, certamente. Mas é *também* uma forma de dominação universal em que a “vontade” política só é efetiva na medida em que as mazelas da sociedade civil-burguesa estão pressupostas e restam preservadas.⁶

Com o “afastamento das barreiras naturais”, a coação física direta diminui e a organização social é permeada por relações sociais indissolúveis dela e entrelaçadas com ela, mas dela distintas.⁷ Na sociedade civil-burguesa, isso se expressa de modo claro quando o Direito burguês e o “mercado” dão as diretrizes do cotidiano na medida em que, aí, apresentam-se “relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”. (MARX, 1988, p. 71) Veja-se, por exemplo, como um ato universal e extremamente trivial depois da “construção da sociabilidade burguesa” deixa isso claro:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõe resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar a violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto, apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete numa relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. (MARX, 1988, p. 79)

padas de seus produtores e concentradas.” (COTRIM, 2010, p. 25)

6 “O princípio da política é a vontade. Quando mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente os limites naturais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais.” (MARX, 2010, p. 62)

7 O assunto é tratado por Lukács e foi desenvolvido em SARTORI, 2010.

A reificação das relações sociais descrita por Marx acima tem sob seus “próprios pés” a sociedade civil-burguesa, com o Direito, o mercado, o contrato (e não a força física exercida diretamente) como mediadores universais no simples ato de troca. E longe de tal situação se apresentar na medida em que há limitações naturais ao desenvolvimento humano, ocorre o oposto – os homens, efetivamente estão unidos pelo mercado, colocam-se como componentes do mesmo processo. No entanto, neste processo, somente “reconhecem-se reciprocamente como proprietários privados”, reforçando a tese engelsiana que relaciona o burguês com a forma universal pela qual a razão se apresenta na sociedade civil-burguesa. E mais: a forma de universalismo vigente no cotidiano burguês da troca é vista também como alienada, estranhada, na medida mesma em que a humanidade do homem somente é aceita com a mediação do metabolismo do capital, fazendo com que o caráter universal da pessoa humana sob o domínio burguês seja aquele do “possuidor de mercadorias”, do “guardião”. Se as mercadorias – apesar das aparências fetichistas efetivas no cotidiano capitalista – *não possuem vida própria*, é o caráter vampiresco do capital que faz com que os homens, expressando suas vontades (essenciais para a esfera política, segundo Marx) nada mais façam que expressar, com o aviltamento de suas personalidades, uma relação econômica estranha ao real desenvolvimento e emancipação do homem.

Aqui, pois, viu-se rapidamente o traçado que vai dos *primórdios da modernidade*, passa pela consolidação da sociedade civil-burguesa sob as revoluções políticas e chega a uma ordem cujo metabolismo não é outro que o do capital. Assim, percebe-se um modo duplo pelo qual o caráter universal da personalidade do homem e da humanidade se relacionam por meio da sociedade civil-burguesa segundo Marx e Engels. Com o “afastamento das barreiras naturais” sem igual, há um progresso que leva cada homem a se relacionar com toda a humanidade na medida em que se impõem o mercado, a nacionalidade, o domínio burguês. No entanto, sob a base da reprodução do capital, tal universalidade afirma o particularismo da produção capitalista e a reificação das relações sociais as quais fazem da “pessoa” uma função da troca mercantil e daquilo que lhe dá amparo, a própria relação-capital. Ou seja, o universalismo e o apelo à noção de humanidade não são alheios a Marx e Engels. Porém, eles também são os primeiros a mostrar como, em meio às relações sociais capitalistas, aquilo que há de mais progressista pode se transformar e se colocar a serviço do historicamente velho. Deste modo, com a emergência da “nova ordem”, determinações universais aparecem trazendo a primeira e tendo um papel de enorme importância. No entanto, essas determinações aparecem como indissociáveis dos rumos desta ordem. O caráter universal dos ideais da Revolução Francesa e do

Iluminismo, por exemplo, vem a ter sua verdade na dominação burguesa, na propriedade privada, no Direito burguês e no Estado-nação, todos, assentados sob a reprodução da relação-capital, com todas as suas vicissitudes. Aquilo que emerge com as “revoluções européias”, pois, é a “emancipação política”, em verdade, a emancipação do próprio mercado e dos imperativos do capital, de modo que se trata de algo oposto à efetiva “emancipação humana”. Marx, por seu turno, reivindica para si o humanismo da emancipação humana cuja base está também no próprio caráter universal da dominação burguesa, mas que nunca se confunde com ela. Marx e Engels, assim, partem das suas épocas. Buscam superá-las, em parte, com aquilo que emerge como potencialidade na própria sociedade civil-burguesa e, nisto, há certamente uma dimensão universal, porém, ela não se confunde com a universalidade posta pelo capital, mesmo que tenha essa como condição prévia. Ao invés da reificação, da luta de classes, da sociedade antagônica e irreconciliável, os autores do *Manifesto Comunista* buscam “uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos. (MARX; ENGELS, 1998, p. 45) Somente isso possibilitaria “homens completos” e uma universalidade efetiva e não calcada na universalização do aviltamento e da exploração do homem pelo homem.

Nota-se, pois, que, em Marx e Engels, há um apelo humanista sem dúvida. Este é claro, por exemplo, quando Marx diz que “ser radical é segurar tudo pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem.” (MARX, 2005, p. 53) No entanto, também se nota: sem se referir ontologicamente à própria realidade material (algo sempre feito pelos dois autores), corre-se o risco de se permanecer em uma forma de universalidade a qual não é outra que aquela do sistema do capital. Este último, como bem acentua Mézaros, é o primeiro “que se constituiu como totalizador irrecusável e irresistível” não importando “quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar que encontre resistência.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97) Viu-se, pois, que o “afastamento das barreiras naturais” é sem igual na sociedade civil-burguesa, colocando os homens pela primeira vez em conjunto devido a fatores de natureza essencialmente sociais e entrelaçados com o desenvolvimento desta própria sociedade, a qual vem a ser mediada por um mercado tendencialmente mundial. Neste sentido, é mundial também o modo pelo qual os homens se relacionam, podendo-se sem risco de se cair no idealismo, falar-se em algo como a humanidade como um todo. No entanto, como

visto, a forma pela qual a humanidade é universalmente organizada faz com que esse caráter universal mesmo tenda a trazer o particularismo e faça com que as potencialidades humanas trazidas com tal desenvolvimento sejam esboçadas de modo contraditório, pelo próprio aviltamento do homem e por sua reificação. Tendo isso em conta, deve-se, agora, ver como Lukács lidou com a questão buscando dar um tratamento ontológico à questão do gênero humano.⁸

Enquanto autores como Althusser acreditam ser a noção de gênero um “obstáculo epistemológico” o qual impediria a reta compreensão do legado de Marx e das relações sociais, Lukács enfatiza:

O engano idealista consiste em não ver na universalidade da genericidade uma expressão do ser, mas apenas uma determinação do pensamento (abstração). Essa “abstração”, porém, jamais é separável da verdadeira essência da objetividade existente, é uma determinação do pensamento somente em termos secundários, derivados. Ela não é senão a constatação, no pensamento, de uma situação existente. (LUKÁCS, 2010, p. 78)

Lukács tem grande apreço pela passagem de Marx segundo a qual as categorias são “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 1993, p. 106), compreendendo a teoria de Marx como uma ontologia do ser social: para ele, definitivamente, “a crítica de Marx é uma crítica ontológica” (LUKÁCS, 2010, p. 71). O autor entrelaça o desenvolvimento do homem à sua história, de modo que indivíduo e gênero humano são indissociáveis – “para o marxismo o gênero não é simplesmente um conceito biológico-antropológico, mas também e sobretudo histórico-social.” (LUKÁCS, 2007, p. 217) Portanto, tem por base a noção de gênero, segundo o marxista húngaro, não uma construção universalista “abstrata” e arbitrária (no sentido utilizado na passagem acima), mas a própria objetividade social. Assim, para analisar a questão do gênero, deve-se ver as linhas gerais de como a própria objetividade processualmente torna-se social pelo “afastamento das barreiras naturais”; e, nesse aspecto, deve-se diferenciar o “gênero mudo” e o “gênero não mais mudo”, primeiramente. Depois, deve-se averiguar como a efetiva superação do mutismo do gênero, para Lukács, apenas seria possível quando gênero e indivíduo desenvolvem-se conjuntamente e de forma não antagonica, não mais em um gênero somente “em-si”, mas também “para-si”.

Em sua ontologia, o marxista húngaro trata abundantemente dessas questões, de modo que, agora, deve-se esboçar, rapidamente, os traços gerais da problemática.

8 Partindo de uma análise dos manuscritos de 44 de Marx, Lukács acredita ser essencial a questão na medida em que “Marx nunca cessou de avistar no desenvolvimento da genericidade o critério ontológico decisivo para o processo de desenvolvimento humano.” (LUKÁCS, 2010, p. 75)

Segundo o autor, a “generidade muda” é aquela “não feita conscientemente, que não busca expressão consciente nem a encontra, mas que nos processos reais do ser se expressa efetivamente” (LUKÁCS, 2010, p. 77) e, assim, ela é característica de uma forma de ser em que a expressão do gênero impõe-se sobre as características singulares dos componentes desse. Não se trata, pois, do ser social. No mutismo, há certas formas de comunicação, mas, nesta situação: “Um organismo que se move autonomamente só pode reproduzir-se em um ambiente cujos acontecimentos típicos e mais importantes para a sua reprodução sejam por ele percebidos e, nesse quadro, também sejam comunicáveis no interior do gênero.” (LUKÁCS, 2010, p. 79)

Ou seja, aí, há uma delimitação clara do singular dentro da funcionalização do universal, o qual se impõe naturalmente. Por outro lado, no ser social, socializado por seu próprio trabalho, afastando as barreiras naturais, a situação muda e diferencia-se de uma mera adaptação ao meio ambiente, com a “adaptação ativa, com o que a sociabilidade surge como nova maneira de generidade e aos poucos supera, processualmente, seu caráter imediato puramente biológico.” (LUKÁCS, 2010, p. 79) Assim, é verdade que “o ser humano nunca cessa de ser *também* ente natural” (LUKÁCS, 2010, p. 80), mas a sua configuração enquanto ser social coloca-se a partir do momento em que, objetivamente, pode-se falar de uma relação consciente do indivíduo com o gênero, por mais que essa última possa ser problemática de acordo com o grau de desenvolvimento social. Se Marx disse que “seres humanos se tornam indivíduos somente pelo processo da história” (MARX, 1993, p. 496), Lukács traz ecos dessa passagem quando enfatiza o papel do trabalho no tornar-se homem do homem vendo o ser social como essencialmente histórico. Com isto, o mutismo e o imediatismo da reprodução meramente biológica são ultrapassados quando se tem uma diferenciação, histórica, entre o gênero e o indivíduo, não se podendo subsumir o indivíduo ao gênero ao mesmo tempo em que o primeiro não é uma união de singularidades esparsas, mas uma totalidade social complexa.

A mudança estrutural provocada pelo pôr teleológico no trabalho, pela relação sujeito-objeto ontologicamente nova que nesse se forma, que é chamada a vida, pelas suas consequências diretas às quais também pertence a linguagem como órgão de comunicação, recebe exatamente nessa totalidade, em sua abrangência objetiva das formas e conteúdos de todos os destinos individuais, nas inter-relações entre processos de reprodução dos indivíduos em seu conjunto, a sua constituição como totalidade social, como fundamento objetivo de toda generidade no nível do ser da sociabilidade. (LUKÁCS, 2010, p. 90)

O caráter do ato de trabalho, advindo da própria “adaptação ativa” do homem ao ambiente que se expressa pela “relação sujeito-objeto ontologicamente nova”, faz da consciência algo distinto de um epifenômeno, de modo que o afastamento

das barreiras naturais também se expressa na medida em que finalidades humanas podem ser inscritas na realidade objetiva.⁹ Nisso, deve-se sempre lembrar que “a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc. surgem sem dúvida do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente determinável, e sim simultaneamente, quanto à essência.” (LUKÁCS, 2004, p. 59) A própria estruturação do gênero não mais muda tem em si a interdependência efetiva entre os homens, de modo que indivíduo e gênero humano não são determinações naturais, mas determinações do ser social e, como tais, históricas. Trata-se sempre de indivíduos colocados em sociedade e relacionados por meio da mediação crescente dessa. A própria constituição de uma totalidade social, pois, é “fundamento objetivo de toda generidade no nível do ser da sociabilidade”. A generidade e a individualidade são processos objetivos, “formas de ser, determinações de existência”, não se tratando, quando se tem em conta a conexão dos nexos reais existentes, de qualquer forma de idealismo enfatizar tal aspecto.

Neste nível ainda basilar de sua análise, o autor húngaro deixa claro que, na própria constituição do homem, ele é um ser social o qual tem por indissolúveis os pólos do gênero e do indivíduo.

Isso, claro, não quer dizer que não haja problemas quando se entrelaça a universalidade do gênero com o indivíduo sem o devido cuidado e as mediações necessárias. É verdade que há a “abrangência objetiva das formas e conteúdos de todos os destinos individuais”, no entanto, o afastamento das barreiras naturais é um processo histórico que, como tal, é contraditório. De início, inclusive, é preciso se destacar o “caráter não unitário, por princípio, dessa nova generidade” (LUKÁCS, 2010, p. 90), caráter esse o qual se entrelaça justamente com a divisão do trabalho a qual “é, desde logo, social, e o desenvolvimento das forças produtivas, e com ele o desenvolvimento da própria divisão do trabalho, a torna sempre predominantemente social.” (LUKÁCS, 2010, p. 90) Por conseguinte, é preciso perceber que o desenvolvimento histórico traçado por Lukács com referência ao afastamento das barreiras naturais não é de modo algum destituído de contradições, a saber, aquelas da própria história. E, para que se trate disso, esse aspecto histórico do ser social faz com que, a princípio, haja um caráter não unitário do gênero, caráter esse o qual somente é ultrapassado de modo tendencialmente global a partir do momento em que o homem, conscientemente, intervém na organização social como um todo. Mesmo no nível de abstração em que Lukács se coloca aqui, pois, percebe-se que as determinações mais basilares

9 Cf. LUKÁCS, 2004 e 2010.

traçadas pelo autor em sua ontologia sempre estão inseridas no processo histórico o qual, por sua vez, delinea-se partindo, não de qualquer *télos* transcendente, mas da práxis humana determinada socialmente em meio ao processo de afastamento das barreiras naturais. Tendo isso em conta, deve-se ver algo essencial para esse ponto:

O mercado mundial é a base imprescindível para que se realize a unidade existente – por si do gênero humano; mas pode produzir só o em-si, isto, porém, o produz necessariamente, que poderá se elevar a ser-para-si apenas como ato consciente dos próprios homens. (LUKÁCS, 1981, p. LI)

A sociedade civil-burguesa é aquela cujas relações são mais puramente sociais, de modo que o afastamento das barreiras naturais é sem precedentes – com isso, o próprio gênero já se coloca de forma unitária, embora sempre contraditória, por meio do mercado mundial. Isso, tal como ocorre em Marx, não é ausente de problemas na medida em que se trata de uma base indispensável para que se possa falar efetivamente da realização de valores humanistas, mas essa base, nem de perto, é suficiente. Antes, ocorre o oposto. Os processos que imediatamente se apresentam no cotidiano, seguindo o raciocínio de Lukács, levam à continuidade dessa unidade meramente “em si”. E, para a superação de tal situação, é necessária a atividade consciente do homem a qual deveria suprimir as próprias bases do aviltamento da personalidade. Nisso, é essencial se levar em conta o “fator subjetivo” destacado primeiramente por Lênin, e enfatizado por Lukács em sua ontologia, para que o caráter genérico do homem pudesse ser tornado consciente e o desenvolvimento das potencialidades humanas pudesse corresponder àquele da personalidade do homem. Isso pressuporia se ver indivíduo e gênero não como opostos, mas quando se tem em conta que “a personalidade é uma elevação à genericidade que escapa da particularidade singular” e enquanto “no quadro do ser social a genericidade não é, em absoluto, idêntica à média da particularidade” (LUKÁCS, 1981, p. LXXXVII) Nisso, se “na realidade, o homem não é [...] um ser isolado, mas um ser social, cuja vida está ligada por milhares de fios aos outros homens e ao conjunto do processo social” (LUKÁCS, 2010 b, p. 210), deve-se reconhecer que a mediação do mercado mundial também afirma o particularismo e dificulta “uma elevação à genericidade”, por mais que seja condição histórica para a mesma. Ele é um nivelador que faz do homem uma personificação de uma relação social estranha e faz do caráter universal e unitário do gênero humano algo que se apresenta, com a sua mediação, como aviltamento da personalidade. Sendo claro: ao se permanecer no gênero somente “em-si”, a universalidade do gênero pode parecer – sob a sociedade civil-burguesa – se confundir com aquela do próprio capital; ao mesmo tempo em que a existência

do mercado mundial coloca as condições para que se possa pensar a humanidade e o gênero humano de modo efetivamente universal, a continuidade do mercado e da relação-capital é, para Lukács, um anacronismo que supõe a universalidade do capital e torna a universalização da autêntica personalidade impensável.

Isto posto, se percebe como o marxista húngaro tenta ver o gênero humano, a própria humanidade, não como uma abstração arbitrária, mas como parte constitutiva do real. Nisso, se percebe que ele traça o percurso que vai do gênero mudo, passa pelo gênero não mais mudo e pode chegar a gênero não mais meramente “em-si”, mas também “para-si” na medida em que o desenvolvimento das potencialidades da humanidade poderia ter consigo o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos.

Algumas questões tratadas por Marx e Engels e analisadas acima não foram vistas em nossa análise de Lukács feita até aqui. Somente se mostrou como o autor húngaro mostra que a noção de gênero não é um constructo arbitrário, mas uma expressão do ser social e histórico. Restou claro também que a emergência do mercado mundial teria um papel essencial. Agora, deve-se analisar brevemente como Lukács vê a permanência do gênero “em si” na sociedade civil-burguesa, sobretudo, no que diz respeito à crise do universalismo burguês.

Esse universalismo, na forma como se manifesta na sociedade civil-burguesa, teria como suposto o capital, teria sua verdade na dominação burguesa, mas traria tensões na consolidação dessa sociedade: para Lukács, “a Revolução Francesa pôs a tensão entre o *citoyen* e *bourgeois* no seio do povo livre.” (LUKÁCS, 2007, p. 30) E as influências dessa revolução seriam tremendas, tanto que, aquela que teria tido um papel retrógrado no século XX, “a ideologia irracionalista”, relacionada por Lukács ao próprio fascismo e nazismo, “nasceu opondo-se à Revolução Francesa e, por isso, dirige-se energeticamente contra o conceito de progresso, contra a necessidade da destruição do velho pelo novo.” (LUKÁCS, 2007, p. 40) Ou seja, o ímpeto progressista dessa revolução seria patente à época, ao passo que aquilo de mais regressivo no século XX teria suas raízes, primeiramente, na oposição a essa revolução e às tensões que teriam se apresentado com ela. Ou seja, se com a sociabilidade burguesa aparece pela primeira vez na história a perspectiva de uma forma de universalidade efetiva, os rumos do capital e da própria burguesia fazem com que essa universalidade, mesmo com suas limitações, seja esvaziada. Acompanhada daquilo que Lukács chama de de-

cadência ideológica da burguesia¹⁰, vem uma sociedade civil-burguesa que não conta mais com uma burguesia revolucionária, mas com aquela que se mostra na medida em que “depois de 1848 a sociedade capitalista se apresenta já com toda a sua fealdade consumada”. (LUKÁCS, 1965, p. 106) Desta maneira, a emergência da forma de sociabilidade burguesa teve consigo a expressão ainda progressista do universalismo que tem por base o capital e a formação do gênero “em-si”. No entanto, com a sua consolidação, a partir do momento que teve que lidar com o movimento emergente dos trabalhadores,¹¹ esse caráter se esvai: no lugar do caráter também plebeu da revolução Francesa, vem a dominação burguesa pura do liberalismo.

A democracia formal do liberalismo privatiza o homem. O desaparecimento do cidadão não apenas corresponde ao empobrecimento e a uma desmoralização da vida pública [...], mas ao mesmo tempo significa uma mutilação do homem como indivíduo e como personalidade. (LUKÁCS, 2007, p. 30)

Tratando-se de uma democracia formal, deve-se reconhecer desde logo: qualquer ideal de “homens completos” está ausente – a atuação nas “lutas práticas de seu tempo” também passa longe de qualquer dimensão universal, essas são vistas de modo burocrático, inclusive. Com isso, justamente as vicissitudes da divisão capitalista do trabalho são levadas ao extremo (e principalmente no âmbito político). A dominação burguesa mostra sua verdadeira face no momento em que se coloca como uma força conservadora, aquela do ímpeto manipulatório o qual não prescindira do universalismo da razão outrora, mas que, ao final, reconcilia-se com o irracionalismo do capital mesmo quando invoca a liberdade, antes revolucionária:

O que se costuma chamar hoje de liberdade é o resultado da indiscutível vitória das forças capitalistas. [...] Na verdade, pode-se e deve-se dizer que, no curso desse desenvolvimento, as características fundamentais dessa democracia burguesa afirmam sua natureza, sua vida interior, com clareza e pureza ainda maiores do que fora possível nos períodos revolucionários iniciais, que ainda comportavam muitas ilusões. [...] A democracia atual – culminação de um desenvolvimento secular – é a democracia de um imperialismo manipulado, cujo domínio se apóia na manipulação. (LUKÁCS, 2008, p. 95)

Em tempos de imperialismo, depois do desenvolvimento, inclusive hegemônico, do irracionalismo, tanto em sua forma clássica na Alemanha, como em uma

10 Veja-se como Lukács aponta a questão: “a decadência ideológica surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, vistos como a força motriz da realidade. Precisamente porque o movimento histórico objetivo contradiz a ideologia burguesa, mesmo a mais “radical” e “profunda” introdução de tais momentos puramente subjetivos transformar-se-á objetivamente num apoio à burguesia reacionária.” (LUKÁCS, 1968, p. 99)

11 Cf. LUKÁCS, 2010 b.

“nova forma de irracionalismo, envolto em uma roupagem aparentemente racional” (LUKÁCS, 1959, p. 628) expressa, sobretudo no pós II Guerra Mundial, a situação do universalismo e do humanismo com bases no capital se complica mais ainda.

A manutenção do gênero meramente “em-si” é claramente irracional, expressa a irracionalidade do próprio capital de modo que é patente no século XX a “a crise da democracia, a crise da idéia de progresso, a crise da confiança da razão, e a crise do humanismo”. (LUKÁCS, 2007, p. 26) Assim, é claro e se deve reconhecer que se apoiar nos universais amparados na efetividade do capital é sempre ilusório, em verdade. No entanto, sem essas ilusões, o domínio burguês oscila entre a brutalidade clara e a manipulação crassa (o que não exclui que elas se combinem sempre, tratando-se em verdade, de uma questão de preponderância). Daí, um tratamento efetivamente humanista e universalista dever remeter “para além do capital”, para dizer com Mészáros. Deste modo, os rumos da sociedade civil-burguesa, se amparados pelo capital, são catastróficos para Lukács, levando, principalmente depois que a burguesia já é uma força regressiva, à manipulação e à “mutilação do homem como indivíduo e como personalidade”. Para o autor, neste contexto, é essencial se colocar de modo rigoroso a questão do gênero, explicitando a base real para que ele surja como não mais mudo e trazendo à tona, em verdade, a necessidade da supressão da relação-capital.

Contra uma forma de humanismo idealista, Lukács toma todo o cuidado em sua ontologia ao dar amparo à noção de gênero, mostrando esse como expressão do próprio ser social e de seu desenvolvimento processual e histórico. Deste modo, é preciso que se perceba o embasamento ontológico das próprias propostas desse que talvez possa ser reconhecido como o maior pensador socialista do século XX:

A liberdade e a igualdade não são simples ideais, mas formas concretas de vida dos homens, relações concretas entre eles, ou seja, relações concretas com a sociedade e, mediadas por esta, com a natureza; a realização da liberdade e da igualdade exige, portanto, a necessária transformação das condições sociais das relações humanas. (LUKÁCS, 2007, p. 28)

Lukács não abandona simplesmente o apelo a “ideais” como liberdade e igualdade, ele dá base concreta a eles na medida em que, partindo de sua própria época, em que são efetivos de modo aviltante, não negligencia a existência de uma dimensão, embora meramente “em-si”, universal em que eles se apóiam também. O autor é claro quando relaciona essas “formas concretas de vida dos homens” com a reprodução da sociedade como um todo, exigindo “a necessária transformação das condições sociais das relações humanas.” Isso somente seria possível com a supressão do capital e a emergência de uma forma de sociabilidade em que gênero e indi-

víduo relacionem-se de modo que o desenvolvimento da personalidade do homem ande junto com aquele do gênero, tratando-se da “grande perspectiva da revolução socialista: a supressão da divisão do trabalho e a formação do homem universal” (LUKÁCS, 2010b, p. 42), ou seja, da afirmação de uma forma de humanismo que não tem por trás de si o aviltamento, a reificação, a unilateralidade e o desenvolvimento de potências estranhas e alheias ao controle social. Trata-se, como já dito, de “uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”. E isso aparece sob nova luz quando se tem em conta a teoria de Lukács a qual pode ser de grande importância para aqueles que buscam uma vida plena de sentido e livre do domínio reificante do capital.¹²

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.

Referências Bibliográficas:

- ALTHUSSER, Louis. *A Querela do Humanismo (I)*. In: Crítica Marxista n° 9. São Paulo, Xamã, 1999
- _____. *A Querela do Humanismo (II)*. In: Crítica Marxista n° 14. São Paulo: Revan, 2002.
- _____. *Marxismo como Teoria Finita*. In: Revista Outubro, n°2. São Paulo:Xamã, 1998.
- _____. *O Futuro Dura Muito Tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- COTRIM, Livia. A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana. In: MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: EDUC, 2010
- ENGELS, Friedrich. *Anti-During*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LESSA, Sergio. *Lukács, Ética e Política*. Chapecó: Argos, 2007.
- LUKÁCS, Georg. *Apontaciones a la Historia de la Estetica*. México: Grijalbo, 1965.
- _____. *La Riproduzione, Ontologia Dell' Essere Sociale II*. Riuniti. Roma. 1981b - Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.
- _____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.
- _____. *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O Jovem Marx e Outros Escritos Filosóficos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- _____. *Ontologia del Ser Social. El Trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

12 Aqui, devido ao espaço, não se pode tratar da questão da supressão do Direito e do Estado em Lukács. Para uma análise da questão, Cf. SARTORI, 2010.

- _____. *Socialismo e Democratização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MARX, Karl. *A Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010 b.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. Crítica à Filosofia do Direito de Hegel (Introdução). In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de Um Prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010c.
- _____. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1993.
- _____. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: EDUC, 2010.
- _____. *O Capital*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MARX e ENGELS, Karl e Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. *Lukács e a Crítica Ontológica ao Direito*. São Paulo: Cortez, 2010.

ARTIGO

QUEM TEM MEDO DA FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL?

Resumo

Entre 2000 e 2006 a Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas empreendeu um estudo acerca do fenômeno da fragmentação do direito internacional. O estudo foi marcado a princípio por preocupações essencialmente negativas acerca do fenômeno, que, aprofundando-se a partir do final da segunda guerra mundial, estaria a modificar e desnaturar a ordem jurídica internacional, podendo mesmo desintegrá-la em múltiplos subsistemas desconectados. No entanto, ao longo do desenvolvimento das discussões sobre o assunto, emergiu a percepção de que o fenômeno da fragmentação era também um sinal de vitalidade e crescimento do direito internacional e que, conquanto trouxesse desafios à manutenção da coerência e sistematicidade do mesmo, era essencialmente um fenômeno positivo de expansão do império do direito e um fruto da busca por maior eficácia do sistema por seus próprios atores.

Palavras-Chave:

Fragmentação do direito internacional. Expansão do direito internacional. Diversificação do direito internacional.

Abstract

Between 2000 and 2006 the International Law Commission of the United Nations undertook a study on the subject of fragmentation of international law. In the beginning, the study was essentially marked by negative concerns about the phenomenon that having grown since the end of World War II, would modify and denature the international legal order and could even disintegrate it into multiple disconnected subsystems. However, during further discussions on the matter, a perception emerged that the phenomenon of fragmentation was also a sign of vitality and growth of international law and even though bringing challenges to its consistency and systematicity, was indeed a positive phenomenon of expansion of the rule of law and a result of the quest towards greater effectiveness of the system for their own players.

Keywords

Fragmentation of international law. Expansion of international law. Diversification of international law

* Doutorando em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor assistente da Universidade do Estadual do Maranhão (UEMA).

1. Introdução

A hipótese central deste artigo é que o fenômeno da fragmentação do direito internacional não representa uma ameaça, mas sim o fruto de um processo de expansão e diversificação desse ramo do direito que suscita constantemente o desenvolvimento de soluções técnicas que preservem a organicidade do sistema jurídico internacional em meio à pujança de seu desenvolvimento.

Para demonstrar a hipótese será feita uma apreciação dos estudos realizados sobre o tema no âmbito da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas entre 2000 e 2006, das primeiras conclusões obtidas e de sua repercussão.

Cabe esclarecer desde já que o grupo de estudos sobre a fragmentação do direito internacional apresentou seus resultados em duas partes: o relatório analítico, que reuniu os estudos parciais dos diversos membros e foi finalizado por Martti Koskeniemi, presidente do grupo; e as conclusões, apresentadas sob a forma de uma série composta por quarenta e duas proposições sintéticas, que resumiram o relatório analítico e as discussões do grupo.

O desenvolvimento do texto foi dividido em três partes:

O primeiro item foi dedicado ao resgate histórico dos trabalhos do grupo de estudos, desde a inclusão do tópico fragmentação no plano de trabalho da Comissão de Direito Internacional, em 2000, até a apresentação dos resultados finais, em 2006. Foi desenvolvido a partir dos relatórios da Comissão, compreendendo a origem dos trabalhos, as preocupações e os debates que acompanharam a sua produção.

Na segunda parte foram reproduzidas e comentadas as primeiras dez conclusões do relatório sintético apresentado ao Sexto Comitê (Jurídico) da Assembleia Geral das Nações Unidas, que correspondem às duas primeiras partes do documento, incluindo aspectos gerais e as considerações sobre o preceito *lex specialis derogat legi generali*.

O terceiro item foi dedicado ao tratamento dado ao tema e aos trabalhos da Comissão pela doutrina, buscando perceber como a percepção do fenômeno foi se formando e modificando ao longo do tempo e atentando também para as questões julgadas mais relevantes e polêmicas.

Como considerações finais, ponderou-se que a fragmentação é melhor descrita como um processo de expansão e diversificação do direito internacional e que, embora imponha desafios técnicos aos seus operadores, não representa uma ameaça de colapso desse sistema jurídico, mas, ao contrário, manifesta a satisfação de demandas dos atores internacionais por crescente regulação e ordenação de suas relações conforme seus interesses peculiares.

2. Histórico dos trabalhos do grupo de estudo

Na 52ª Sessão da Comissão de Direito Internacional, em 2000, sob a presidência de Chusei Yamada, do Japão, decidiu-se pela inclusão do tópico *risks ensuing from the fragmentation of international law* em seu plano de trabalho de longo prazo. Naquele momento foi pontuado que o tema provavelmente não seria passível de codificação ou desenvolvimento progressivo, ainda assim, a Comissão considerou que a pesquisa poderia trazer uma contribuição significativa para a compreensão de um assunto de crescente importância para o direito internacional (ROSENSTOCK, 2001, p. 226). Nas palavras do relatório da 52ª Sessão apresentado à Assembleia Geral das Nações

Unidas:

The Commission took note that the last topic, “Risks ensuing from fragmentation of international law”, was different from other topics which the Commission had so far considered. Nevertheless, the Commission was of the view that the topic involved increasingly important issues relating to international law and that the Commission could make a contribution to the better understanding of the issues in this area. The Commission also took note that the method and the outcome of the work of the Commission on this topic, while they did not fall strictly within the normal form of codification, was well within the competence of the Commission and in accordance with its statute (ILC, 2000, p. 132).

Na 54ª Sessão, em 2002, presidida por Robert Rosenstock, dos Estados Unidos, a Comissão iniciou os trabalhos preliminares sobre a fragmentação do direito internacional. Para isso, constituiu um grupo de estudo, presidido por Bruno Simma, sobre “*Risks of the Fragmentation of International Law*”, mesmo nome do estudo de viabilidade apresentado por Gerhard Hafner na 52ª Sessão, em 2000, o qual foi utilizado para delimitar a discussão (ROSENSTOCK; GRIMES, 2003, pp. 162 e 166).

O estudo apresentado por Hafner em 2000 afirmava que, em tempos recentes, principalmente a partir do final da Guerra Fria, o direito internacional tornara-se sujeito a uma fragmentação maior que em períodos anteriores. Esse efeito era atribuído principalmente ao aumento da regulação internacional, tendo como fatores adicionais a crescente fragmentação política aliada ao crescimento da interdependência regional e global em áreas como economia, meio ambiente, energia, recursos naturais, saúde e proliferação de armas de destruição em massa (HAFNER, 2000, p. 143).

Nesse estudo preliminar sobre os riscos decorrentes da fragmentação, Hafner presumia que não há um sistema homogêneo de direito internacional. O direito internacional existente não consiste em uma ordem jurídica, mas é composto eminentemente por diferentes sistemas parciais, produzindo um sistema não-organizado

(*unorganized system*), composto por partes cujos comportamentos não apresentam regularidade ou uniformidade e que são estruturados cada qual à sua maneira (HAFNER, 2000, p. 143-144). Dizia ele:

Hence, the system of international law consists of erratic parts and elements which are differently structured so that one can hardly speak of a homogeneous nature of international law. This system is full of universal, regional or even bilateral systems, subsystems and subsystems of different levels of legal integration (HAFNER, 2000, p. 144).

Ainda assim, o direito internacional composto por estes subsistemas jurídicos distintos, de comportamento imprevisível, possui indubitavelmente um aspecto positivo, que é o de promover o império do direito nas relações internacionais. Por outro lado, está exposto ao risco de atritos e contradições entre essas várias regulações jurídicas, e mesmo à possibilidade dos Estados terem de cumprir obrigações mutuamente excludentes, o que acarretaria inevitavelmente responsabilidade internacional. Eis onde Hafner situou o papel da Comissão de Direito Internacional, cuja missão principal é a codificação e o desenvolvimento progressivo do direito internacional, de acordo com o art. 13 da Carta das Nações Unidas, no interesse da estabilização do direito e, conseqüentemente, das relações internacionais. Uma vez que a fragmentação ameaça a estabilidade, a coerência e o caráter sistêmico do direito internacional, o estudo dos meios de superar seus efeitos adversos seria parte das tarefas da Comissão (HAFNER, 2000, p. 144).

Ainda na 54ª Sessão, em 2002, quando se decidiu empreender estudos preliminares sobre a fragmentação, manifestou-se preocupação acerca da conotação negativa dos termos *risks* e *fragmentation*, presentes no trabalho de Hafner e adotados na designação do tópico de estudo, os quais poderiam ser vistos como uma manifestação de contrariedade em relação à expansão do direito internacional para novas áreas. Com isso, o grupo de estudos sugeriu a mudança do título do tópico para *Fragmentation of International Law: Difficulties Arising from the Diversification and Expansion of International Law*, e prosseguiu com o intento de expor os aspectos positivos e negativos do fenômeno (ROSENSTOCK; GRIMES, 2003, p. 167).

As expressões diversificação e expansão do direito internacional, constantes no subtítulo do grupo de estudos representam de modo mais acurado o objeto de estudo, com a vantagem de afastar a conotação negativa do termo fragmentação, sem deixar de ressaltar os desafios e dificuldades decorrentes do fenômeno.

A sugestão de alteração do título foi aceita pela Comissão em suas reuniões de 6 e 7 de agosto de 2002, que emendou e adotou o relatório apresentado pelo grupo de estudos (ILC, 2002, p. 237).

O grupo concordou que a fragmentação não é um fenômeno novo e que é tanto inerente ao direito de um mundo fragmentado quanto uma consequência natural da expansão do direito internacional, logo, a abordagem do tema deveria necessariamente considerar os mecanismos já existentes desenvolvidos pelo direito internacional ao longo de sua evolução histórica. A fragmentação impõe de fato riscos e desafios à unidade e coerência do direito internacional e o trabalho da Comissão deveria ter em mente o enfrentamento e superação destas questões. Por outro lado, também há aspectos positivos a serem considerados, entre eles: a expansão do direito internacional é um sinal de sua vitalidade; a proliferação de normas, regimes e instituições podem fortalecer o direito internacional; com sua expansão e diversificação, o direito internacional atinge áreas outrora ignoradas; é vantajosa a existência de uma pluralidade de vozes e valores jurídicos e de um sistema policêntrico de direito internacional (ILC, 2002, p. 238-239).

Do mesmo modo, dada a atipicidade do assunto, que reunia diversas questões de difícil solução, a Comissão resolveu não aplicar seus métodos de trabalho usuais – esboçar um tratado ou uma declaração – preferindo submeter um relatório à Assembleia Geral apresentando uma visão do estado da evolução do direito internacional, com ênfase no crescimento da fragmentação (ROSENSTOCK; GRIMES, 2003, p. 167).

Discutiu-se ainda a metodologia a adotar, decidindo-se afinal por uma abordagem mais exploratória e que desse alguma flexibilidade para a definição futura dos contornos da pesquisa. Entretanto, foi excluído desde logo o tema da criação e relacionamento entre instituições judiciais internacionais, nas palavras do relatório:

There was agreement in the Study Group that the Commission should not deal with questions of the creation or relationship among international judicial institutions. It was, however, considered that, to the extent that the same or similar rules of international law could be qualified and applied differently by judicial institutions, problems that may arise from such divergences should be addressed (ILC, 2002, p. 240).

Nas recomendações do grupo de estudos foi definido que o objetivo dos trabalhos deveria ser auxiliar os operadores jurídicos internacionais a lidar com as consequências da diversificação do direito internacional, sendo para tanto definidos cinco tópicos de estudo, conforme o relatório:

The Study Group recommended that a series of studies on specific aspects of the topic be undertaken and presented to the Commission for its consideration and appropriate action. The purpose of such studies would be to assist international judges and practitioners in coping with the consequences of the diversification of international law. In this regard the following topics, among others, could be made the subject of study:

- (a) The function and scope of the *lex specialis* rule and the question of “self-contained regimes”;
- (b) The interpretation of treaties in the light of “any relevant rules of international law applicable in the relations between the parties” (article 31 (3) (c) of the Vienna Convention on the Law of Treaties), in the context of general developments in international law and concerns of the international community;
- (c) The application of successive treaties relating to the same subject matter (article 30 of the Vienna Convention on the Law of Treaties);
- (d) The modification of multilateral treaties between certain of the parties only (article 41 of the Vienna Convention on the Law of Treaties);
- (e) Hierarchy in international law: *jus cogens*, obligations *erga omnes*, Article 103 of the Charter of the United Nations, as conflict rules (ILC, 2002, p. 241).

Finalmente, o grupo de trabalho concordou com o desenvolvimento de uma caixa de ferramentas destinada a auxiliar na solução de problemas práticos decorrentes das incongruências e conflitos entre os regimes e normas jurídicas existentes. Os trabalhos deveriam ser iniciados pela primeira das ferramentas idealizadas: a norma *lex specialis*, sua função e alcance e a questão dos regimes especiais (*self-contained regimes*). Foi definido que o presidente do grupo de estudos apresentaria um estudo sobre este tópico no ano seguinte (ROSENSTOCK; GRIMES, 2003, p. 167; ILC, 2002, p. 242).

Na 54ª Sessão, em 2003, a Comissão substituiu o presidente do grupo de estudos, Bruno Simma, que fora eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, por Martti Koskenniemi. Em suas reuniões, o grupo procurou reestruturar suas tarefas tendo em vista o restante daquele quinquênio, a encerrar-se em 2006, distribuindo os temas definidos em 2002 entre seus membros e empreendendo uma discussão preliminar sobre a função e escopo da norma *lex specialis* e a questão dos regimes especiais, a partir de esboço apresentado pelo presidente (ILC, 2003, p. 268).

Nas discussões, percebeu-se que era possível estabelecer duas perspectivas distintas com relação à fragmentação, uma institucional e outra substancial. A primeira era relativa à coordenação e hierarquia entre instituições e à necessidade dos vários atores, particularmente os tribunais, atentarem para as decisões uns dos outros. A segunda era relativa ao processo pelo qual a substância do direito internacional em si mesma poderia haver se fragmentado em regimes especiais entre os quais haveria uma ausência de coerência ou cujas disposições seriam contraditórias. Tal distinção era importante para determinar como a Comissão desenvolveria o estudo do tema, sendo que foi rememorado e mantido o posicionamento do grupo na 54ª Sessão, de

não tratar da criação de ou do relacionamento entre instituições judiciais internacionais, nas palavras do relatório: “*the Commission was not being asked to deal with institutional proliferation*” (ILC, 2003, p. 269).

Com relação aos aspectos substanciais, constatou-se a existência de pelo menos três diferentes padrões de conflitos que poderiam interessar ao estudo da fragmentação: o conflito entre diferentes interpretações do direito internacional geral, exemplificado pela aplicação de critérios distintos nos casos *Tadic* (*International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia*) e *Nicarágua v. Estados Unidos* (Corte Internacional de Justiça); o conflito decorrente do desvio em relação ao direito geral em virtude da aplicação de direito especial, como no caso *Belilos*; o conflito proveniente da contradição entre dois campos especializados do direito internacional, como ilustrado pelos casos *Tuna/Dolphins disputes* (GATT) e *Beef Hormones* (OMC) (ILC, 2003, pp. 270-271).

Em seu relatório, o grupo de estudos também destacou a importância da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados como uma moldura apropriada para o desenvolvimento das investigações (ILC, 2003, p. 272).

No relatório de 2003 consta também a divisão dos tópicos de estudo entre os membros do grupo, com a previsão de sua conclusão em 2005, sendo que o ano de 2006 ficou reservado para a consolidação do relatório final envolvendo todos os tópicos (ILC, 2003, pp. 273-274).

Consta do relatório da 56ª Sessão, de 2004, a realização das tarefas distribuídas no ano anterior, *verbis*:

At the current session, the Commission reconstituted the Study Group, which held eight meetings on 12 and 17 May, on 3 June, on 15, 19, 21, 26 and 28 July 2004. It also had before it the Preliminary report on the Study on the Function and Scope of the *lex specialis* rule and the question of self-contained regimes (ILC(LVI)/SG/FIL/CRD.1 and Add.1) by Mr. Martti Koskenniemi, Chairman of the Study Group, as well as outlines on the Study on the Application of Successive Treaties relating to the same subject matter (Article 30 of the Vienna Convention on the Law of Treaties) (ILC(LVI)/SG/FIL/CRD.2) by Mr. Teodor Melescanu; on the Study on the Interpretation of Treaties in the light of “any relevant rules of international law applicable in relations between parties” (article 31 (3) (c) of the Vienna Convention on the Law of Treaties), in the context of general developments in international law and concerns of the international community (ILC(LVI)/SG/FIL/CRD.3/Rev.1) by Mr. William Mansfield; on the Study concerning the modification of multilateral treaties between certain of the parties only (Article 41 of the Vienna Convention on the Law of Treaties) (ILC(LVI)/SG/FIL/CRD.4) by Mr. Riad Daoudi; and on the Study on Hierarchy in International Law: *jus cogens*, obligations *erga omnes*, Article 103 of the Charter of the United Nations, as conflict rules (ILC(LVI)/SG/FIL/CRD.5) by Mr.

Zdzislaw Galicki (ILC, 2004, p. 282).

Em suas discussões, o grupo reafirmou a intenção de estudar a fragmentação em seus efeitos positivos e negativos como uma expressão da diversificação e expansão do direito internacional. Foi observado que o Sexto Comitê (Questões Jurídicas) da Assembleia Geral das Nações Unidas apoiou a ênfase do estudo em questões substanciais bem como a decisão de utilizar a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados como base para as considerações acerca da fragmentação (ILC, 2004, p. 283).

O Sexto Comitê também recomendou que, em seu trabalho final, a Comissão evitasse embarcar em um exercício puramente acadêmico e preparasse algumas orientações (*guidelines*) sobre o tema. No debate que se seguiu, alguns membros do Comitê fizeram notar que o tema era particularmente amplo e teórico e que não serviria de base para o esboço de artigos ou orientações (SIXTH COMMITTEE, 2004, p. 49-50).

Em vista disso, o grupo deliberou submeter à Comissão, em 2006, um documento composto por duas partes: a primeira contendo um estudo sobre o tema da fragmentação e a segunda um resumo conciso de suas conclusões e, se apropriado, orientações sobre como lidar com as dificuldades decorrentes do fenômeno (ILC, 2004, p. 283).

Houve nesse momento uma certa diferença de visões entre o Sexto Comitê e a Comissão, o primeiro demandando a produção de um guia com instruções substanciais para lidar com a fragmentação e o segundo ponderando quanto à dificuldade de dar orientação normativa às conclusões de um estudo que por sua natureza era eminentemente teórico. A solução adotada, de produção de dois documentos, procurou conciliar as necessidades de elaborar um estudo mais extenso e analítico, que reunisse as contribuições dos membros do grupo de estudos, e de apresentar ao Sexto Comitê um apanhado sucinto que se aproximasse tanto quanto possível da formulação de orientações.

Em 2005, os estudos distribuídos para realização pelos membros do grupo de estudos em 2003 estavam prontos para serem discutidos, conforme o relatório:

At the current session, the Study Group was reconstituted and it held 8 meetings on 12, 17 and 23 May, on 2 June, on 12, 18, 27 July and on 3 August 2005. It had before it the following: (a) a memorandum on regionalism in the context of the study on “the function and scope of the *lex specialis* rule and the question of self-contained regimes”; (b) a study on the interpretation of treaties in the light of “any relevant rules of international law ap-

plicable in the relations between the parties” (article 31 (3) (c) of the Vienna Convention on the Law of Treaties), in the context of general developments in international law and concerns of the international community; (c) a study on the application of successive treaties relating to the same subject matter (article 30 of the Vienna Convention on the Law of Treaties); (d) a study on the modification of multilateral treaties between certain of the parties only (article 41 of the Vienna Convention on the Law of Treaties); and (e) a study on hierarchy in international law: *jus cogens*, obligations *erga omnes*, Article 103 of the Charter of the United Nations, as conflict rules. The Study Group also had an informal paper on the “Disconnection Clause” (ILC, 2005, p. 205).

Dentre os estudos apresentados, foram destacados o realizado por Martti Koskenniemi sobre a máxima *lex specialis* e regimes especiais (*self-contained regimes*) e o realizado por Zdzislaw Galicki sobre hierarquia no direito internacional. A partir do trabalho de Koskenniemi, o grupo de estudos concluiu não há hierarquia entre as fontes do direito internacional, mas que os atores internacionais tendem a dar preferência à aplicação de normas mais específicas. Do mesmo modo, não existem regimes inteiramente autônomos (*entirely self-contained*), pois todos eles operam dentro da moldura do direito internacional geral. O estudo de Galicki tratou especificamente de *jus cogens*, obrigações *erga omnes* e do artigo 103 da Carta das Nações Unidas. A partir desse trabalho, o grupo de estudos reconheceu o caráter diferenciado dessas obrigações em relação a outras fontes do direito internacional, porém, não estabeleceu qualquer hierarquia entre as três categorias, reconhecendo, entretanto, que o caráter *erga omnes* de certas obrigações não é um princípio hierárquico. O grupo também decidiu não tentar elaborar um catálogo de normas de *jus cogens* (MATHESON, 2006, p. 422).

Na visão de Matheson:

The study group has been wise in not going further on these points. In particular, the content and legal effect of the *jus cogens* category are matters of considerable current controversy in both state practice and academic debate, and it would be inappropriate for the Commission to attempt to prejudge them at this point. The same holds true for hypothetical conflicts between *jus cogens* norms and Chapter VII decisions of the Security Council. For present purposes, it is more appropriate for the Commission to help international actors understand the relevant issues and their practical implications, and the work of the study group to date is properly aimed in that direction (MATHESON, 2006, p. 422).

Com relação à abordagem, o grupo de estudos reafirmou a orientação adotada de focalizar os aspectos materiais da fragmentação e de não se deter na chamada fragmentação institucional. Em relação às recomendações do Sexto Comitê, o grupo reiterou seu propósito de atingir um resultado que possuísse valor prático e ofereces-

se recursos que permitissem aos operadores do direito internacional em vários níveis lidar com obrigações conflitantes ou sobrepostas. Quanto ao produto final de suas atividades, o grupo reafirmou o intento de oferecer um documento de autoria coletiva em duas partes: uma delas um estudo analítico relativamente extenso, compilando as contribuições dos diversos membros, a partir, principalmente, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados; e a outra um apanhado sintético das conclusões, orientações e princípios que surgiram a partir das discussões em grupo, com ênfase em orientações para refletir e lidar com as questões da fragmentação na prática jurídica (ILC, 2005, pp. 206-207).

Em 2006, na 58ª Sessão da Comissão de Direito Internacional, foram submetidos os resultados finais do grupo de estudos sobre fragmentação. Como previsto no ano anterior, foram apresentados um relatório analítico, mais extenso, e um conjunto com 42 conclusões, que sintetizam o trabalho realizado e suas conclusões (ILC, 2006, pp. 400-423).

Parte dessas conclusões será apresentada a seguir. Serão empregadas as expressões “relatório analítico”, quando for mencionado o relatório compilado e finalizado pelo presidente do grupo, Martti Koskenniemi, e “conclusões”, quando for referido o documento finalizado pelo conjunto do grupo de estudos.

3. Resultados dos trabalhos do grupo de estudos

Quando os resultados dos trabalhos foram analisados pela Comissão, um dos membros do grupo de estudos propôs que fosse feita uma distinção entre fragmentação positiva e negativa, a qual não foi aceita. Na sequência, a Comissão tomou ciência das conclusões e as encaminhou à atenção do Sexto Comitê (Jurídico) da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Comissão solicitou que o estudo analítico fosse disponibilizado em seu *site* e publicado em seu anuário (ILC, 2006, p. 402).

Martti Koskenniemi dividiu o relatório analítico em sete partes e um apêndice. Nas duas primeiras partes introduziu o trabalho e apresentou sua concepção do fenômeno da fragmentação. Nas quatro partes em que dividiu o desenvolvimento do trabalho, abordou as formas pelas quais as ferramentas do direito internacional podem ser empregadas para resolver os problemas técnicos de aplicação do direito internacional ocasionados pela fragmentação. Ele concluiu reiterando suas conclusões mais gerais e apresentando uma proposta de estudos para o campo do direito internacional. No apêndice, ele destacou o papel da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados como uma base sobre a qual pode se estruturar o estudo do conflito de leis tal como ele se apresenta no contexto da fragmentação.

As conclusões apresentaram os resultados das discussões finais do grupo de

estudos e seguiram aproximadamente a divisão temática do relatório analítico, dividindo-se em: 1. Geral; 2. Máxima *lex specialis derogat legi generali*; 3. Regimes especiais; 4. Artigo 31(3)(c) da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados; 5. Conflitos entre normas sucessivas; 6. Hierarquia no direito internacional. Em sua redação foi adotada a forma de tópicos numerados, dos quais os dez primeiros, que compõem os itens 1 e 2, são reproduzidos e comentados a seguir.

3.1 Considerações gerais

A primeira parte das conclusões trouxe as considerações gerais do grupo de estudos acerca do fenômeno da fragmentação e é composta por quatro assertivas.

A primeira conclusão afirma que o direito internacional é um sistema jurídico cujas normas atuam e devem ser interpretadas umas em relação às outras, considerando sua hierarquia, seus graus de generalidade e especificidade e o momento de sua produção, como se pode ler:

(1) *International law as a legal system.* International law is a legal system. Its rules and principles (i.e. its norms) act in relation to and should be interpreted against the background of other rules and principles. As a legal system, international law is not a random collection of such norms. There are meaningful relationships between them. Norms may thus exist at higher and lower hierarchical levels, their formulation may involve greater or lesser generality and specificity and their validity may date back to earlier or later moments in time (ILC, 2006, p. 407).

O mais importante nessa conclusão é a afirmação do caráter sistêmico do direito internacional, o que contrasta com a posição firmada pelo Prof. Gerhard Hafner no estudo de viabilidade mencionado no início deste trabalho. O preceito remete à necessidade de considerar o direito internacional em seu contexto normativo, ressaltando que ele não é um conjunto disperso, desconexo ou incoerente de normas jurídicas, pois há relações hierárquicas, de generalidade/especialidade e de temporalidade que se articulam para conferir-lhe unidade sistêmica.

Já a segunda conclusão trata dos conflitos, aparentes ou reais, quando há necessidade de determinar, em certas situações, qual a relação precisa entre duas ou mais normas válidas aplicáveis *prima facie* à mesma situação, *verbis*:

(2) In applying international law, it is often necessary to determine the precise relationship between two or more rules and principles that are both valid and applicable in respect of a situation. For that purpose the relevant relationships fall into two general types:

Relationships of interpretation. This is the case where one norm assists in the interpretation

of another. A norm may assist in the interpretation of another norm for example as an application, clarification, updating, or modification of the latter. In such situation, both norms are applied in conjunction.

Relationships of conflict. This is the case where two norms that are both valid and applicable point to incompatible decisions so that a choice must be made between them. The basic rules concerning the resolution of normative conflicts are to be found in the VCLT (ILC, 2006, p. 407-408).

O postulado afirma que quando duas normas são válidas e aplicáveis a certa situação, é necessário determinar a relação entre elas. Por vezes, é possível, mediante um exercício hermenêutico, estabelecer a interação entre as normas e aplicá-las em conjunto, coerentemente. Em outras situações, pode ocorrer das normas aplicáveis apontarem para soluções distintas, quando então será necessário determinar critérios para aplicação de uma em detrimento da outra, como o auxílio das normas existentes na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

A Convenção de Viena tem sua importância ressaltada na terceira conclusão, em particular os dispositivos relativos à interpretação de tratados. As relações entre normas em conflito devem ser determinadas por meio da aplicação direta ou analógica das regras contidas na Convenção, particularmente seus artigos 31 a 33, como se vê abaixo:

(3) *The VCLT.* When seeking to determine the relationship of two or more norms to each other, the norms should be interpreted in accordance with or analogously to the VCLT and especially the provisions in its articles 31-33 having to do with the interpretation of treaties (ILC, 2006, p. 408).

O grupo de estudos concluiu que as orientações contidas nos artigos 31 a 33 da Convenção de Viena devem ser aplicadas diretamente, quando cuidar-se de tratados, ou por analogia, quando o cotejo se der com os produtos de outras fontes. Essa afirmativa irá ecoar por todas as demais conclusões, sendo também a pedra de toque do relatório analítico. Deve-se ressaltar aqui que os desafios trazidos pela expansão e diversificação do direito internacional não são sintomas de desintegração ou colapso, o que por vezes é entendido a partir do termo fragmentação, cuja conotação negativa foi razão de discussão desde a inclusão do tópico no programa de trabalho da Comissão de Direito Internacional. Os desafios existentes são desafios hermenêuticos, são problemas técnicos que reclamam a atuação do jurista para dar feições harmônicas e funcionais ao produto jurídico de relações políticas, econômicas e culturais dos mais diferentes atores e nas mais diversas escalas concebidas pelo agir humano.

Essa afirmação é corroborada na quarta e última conclusão da parte geral, ao

afirmar que as relações entre duas ou mais normas aplicáveis à mesma situação devem ser, tanto quanto possível, observadas de acordo com o princípio da harmonização e interpretadas de modo a construir um conjunto unificado de obrigações compatíveis. É o que se lê abaixo:

(4) *The principle of harmonization.* It is a generally accepted principle that when several norms bear on a single issue they should, to the extent possible, be interpreted so as to give rise to a single set of compatible obligations (ILC, 2006, p. 408).

Eis o princípio da harmonização, pelo qual se compreende que os atores internacionais não assumem obrigações contraditórias e que respeitam o conjunto do direito ao desenvolver novas relações e compromissos. Portanto, deve-se assumir sempre que há uma harmonia subjacente ao sistema jurídico e buscar soluções que privilegiam a construção de um sistema normativo coerente.

Pela leitura dessas quatro primeiras assertivas pode-se constatar que o grupo de trabalho sobre a fragmentação do direito internacional, embora ciente do fenômeno da expansão e diversificação normativa e dos desafios que este traz aos juristas, seguiu descrevendo o direito internacional como um sistema coerente, cujas normas estão relacionadas por relações de compatibilidade e dotado de ferramentas técnicas, sintetizadas nos dispositivos da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, capazes de orientar a resolução de conflitos normativos.

3.2 *Lex specialis derogare lege generali*

O segundo item das conclusões tratou da máxima *lex specialis derogat legi generali*, a máxima é uma técnica comumente aceita para resolução de conflitos no direito internacional, que sugere a aplicação da norma mais específica sempre que duas ou mais normas forem aplicáveis à mesma situação, é o que se lê na quinta conclusão:

(5) *General principle.* The maxim *lex specialis derogat legi generali* is a generally accepted technique of interpretation and conflict resolution in international law. It suggests that whenever two or more norms deal with the same subject matter, priority should be given to the norm that is more specific. The principle may be applicable in several contexts: between provisions within a single treaty, between provisions within two or more treaties, between a treaty and a non-treaty standard, as well as between two non-treaty standards. The source of the norm (whether treaty, custom or general principle of law) is not decisive for the determination of the more specific standard. However, in practice treaties often act as *lex specialis* by reference to the relevant customary law and general principles (ILC, 2006, p. 408-409).

Deve-se ressaltar a diversidade de hipóteses de aplicação da máxima, que pode

resolver conflitos na aplicação de normas dentro de um mesmo tratado, ou entre tratados diferentes, ou entre normas oriundas de fontes diversas. A conclusão não chega a detalhar a aplicação do preceito às normas de *soft law*, no entanto, acreditamos que seja possível, desde que se compreenda que os preceitos de *hard law* e *soft law* encontram-se em patamares distintos, pois estes últimos não constituem direito internacional propriamente dito. Feita esta ressalva, é possível imaginar a aplicação da máxima entre postulados do mesmo nível, isto é, entre dois ou mais preceitos de *hard law* ou entre dois ou mais preceitos de *soft law*. Da mesma forma, é possível que um postulado de *soft law* seja de auxílio no esclarecimento do sentido de um preceito jurídico internacional, desde que não implique em alteração do mesmo.

As conclusões também procuram fazer notar que a relação entre a máxima *lex specialis* e outras normas de solução de conflitos, como a *lex posteriori*, não pode ser determinada em abstrato, devendo sempre levar em conta o contexto, como se pode ler abaixo:

(6) *Contextual appreciation*. The relationship between the *lex specialis* maxim and other norms of interpretation or conflict solution cannot be determined in a general way. Which consideration should be predominant - i.e. whether it is the speciality or the time of emergence of the norm - should be decided contextually (ILC, 2006, p. 409).

Esse contexto vai envolver a situação fática, seus antecedentes, a vontade das partes envolvidas e o restante do direito aplicável. Como se vê, essa conclusão reforça o princípio da harmonização, pois a interpretação e aplicação do direito internacional deve sempre considerar a inserção da norma ou regime no contexto do direito internacional e este por sua vez deve ser considerado em conjunto com os fatores que lhe dão origem ou lhe modificam.

É evidente que a determinação da norma mais específica nem sempre será clara e evidente, mas isso é comum e somente pode ser resolvido no caso concreto e controlado por meio da obrigação que tem o magistrado de justificar sua preferência pela aplicação de certa norma entre as possíveis (MATHESON, 2007, p.427).

Na sétima conclusão justifica-se a prioridade da norma mais específica por sua maior proximidade e adequação aos fatos que regula, normalmente oferecendo resultado mais equitativo e concorde à vontade das partes, como se pode ler:

(7) *Rationale of the principle*. That special law has priority over general law is justified by the fact that such special law, being more concrete, often takes better account of the particular features of the context in which it is to be applied than any applicable general law. Its application may also often create a more equitable result and it may often better reflect the intent of the legal subjects (ILC, 2006, p. 409).

O direito geral fornece as linhas mestras, mas, por sua característica essencial, de prover um plano de fundo para a aplicação das normas às situações concretas, não tem o grau de detalhamento que frequentemente é necessário à segurança e previsibilidade das relações entre os atores internacionais. Por outro lado, as normas gerais são indispensáveis para vincular normas, tratados e conjuntos de tratados vinculados a determinado assunto à estrutura mais abrangente do direito internacional, bem como para delinear as características distintivas dessa ordem jurídica. Esse tem sido um dos desafios decorrentes do fenômeno de expansão e diversificação do direito internacional, a manutenção da unidade em meio à diversidade, principalmente em um contexto político-jurídico no qual os atores procuram promover suas agendas por meio do adensamento normativo dos subsistemas jurídicos que melhor refletem seus interesses. O pleito por maior autonomia para esses subsistemas é, nesse contexto, compreensível. Não entanto, longe de representar um risco de fragmentação, tais pleitos revelam a existência de um quadro normativo mais amplo, cujas exigências jurídicas nem sempre agradam ou são expedientes, mas que pautam a evolução do direito internacional.

Por outro lado, o direito internacional permanece um sistema dotado de elasticidade suficiente para conviver com evoluções e modificações constantes sem perder sua integralidade. É disso que fala a oitava conclusão, leia-se:

(8) *Functions of lex specialis*. Most of international law is dispositive. This means that special law may be used to apply, clarify, update or modify as well as set aside general law (ILC, 2006, p. 409).

Efetivamente, a maior parte do direito internacional é dispositivo, ou seja, na maioria das vezes, suas alterações estão condicionadas unicamente à observância do princípio *pacta sunt servanda*, com isso, normas mais específicas podem esclarecer, modificar ou afastar o direito geral. Por conta dessa característica, as mudanças no direito internacional com o surgimento de novas áreas temáticas de regulação não representam o fim do direito internacional, ao contrário, remetem à crescente necessidade dos atores internacionais de terem as suas relações estabilizadas pelo direito.

As normas gerais e as normas específicas compõem o quadro de necessária diversidade normativa que permite ao direito internacional adaptar-se as novas necessidades da sociedade internacional ao mesmo tempo em que preserva suas características essenciais. É o que reza a nona conclusão, na qual a Comissão de Direito Internacional afirma que a aplicação da lei especial, via de regra, não extingue a lei geral que continuará, de acordo com o princípio da harmonização, a orientar a interpretação e aplicação da lei especial;

(9) *The effect of lex specialis on general law.* The application of the special law does not normally extinguish the relevant general law. That general law will remain valid and applicable and will, in accordance with the principle of harmonization under conclusion (4) above, continue to give direction for the interpretation and application of the relevant special law and will become fully applicable in situations not provided for by the latter (ILC, 2006, p. 409).

Assim sendo, a aplicação do preceito *lex specialis* não acarreta a revogação do direito geral, mas apenas afasta sua aplicação naquele caso específico – o direito geral permanece fornecendo o contexto de aplicação do direito e aplica-se a todos os pontos para os quais a norma especial não prover solução (MATHESON, 2007, p. 427).

É claro que surge certa inquietação quanto ao papel crescentemente subsidiário do direito internacional geral. Pode-se mesmo indagar se não será essa subsidiariedade que acabará por tornar os subsistemas jurídicos específicos ilhas desconectadas em meio à regulação incoerente e conflitante. Esse momento, no entanto, ainda não chegou. Ao contrário, certos segmentos do direito internacional geral seguem, sólidos, como os pilares normativos do sistema, sujeitos à evolução, evidentemente, mas indispensáveis para regular as relações entre os atores internacionais. Pode-se citar como exemplos o direito que regula as relações diplomáticas e consulares, a responsabilidade internacional e o direito dos tratados.

Sobre essa questão da permanência e transitoriedade das normas no direito, Paul Guggenheim (1952, p. 40-50) deu, há mais de cinquenta anos, uma importante contribuição. Segundo ele, a origem histórica de um grande número de normas internacionais está ligada ao sistema criado pela Paz de Westphalia (1648), estando intimamente relacionadas ao Estado moderno. De acordo com a evolução histórica dessas normas é possível dividi-las entre aquelas que pouco se modificaram após sua criação e revelam a presença de uma estrutura que se modifica muito lentamente e que encontrou expressão no moderno sistema de Estados, aquelas que se modificaram em função de mudanças políticas e econômicas, mas que conservaram algumas características intrínsecas e aquelas que surgiram por razões passageiras, tiveram sua importância e depois caíram em desuso.

Da categoria das normas mais estáveis e estruturais do sistema jurídico internacional progressivamente chegou-se à concepção de *jus cogens*, normas internacionais peremptórias que só podem ser alteradas por outra norma da mesma natureza, na conformação dada pelo art. 53 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados. Tão fundamentais são essas normas que não podem ser afastadas por outras mais específicas. É o que reza, entre outras coisas, a décima conclusão do grupo de estudos sobre a fragmentação:

(10) *Particular types of general law.* Certain types of general law may not, however, be derogated from by special law. *Jus cogens* is expressly non-derogable as set out in conclusions (32), (33), (40) and (41), below. Moreover, there are other considerations that may provide a reason for concluding that a general law would prevail in which case the *lex specialis* presumption may not apply. These include the following:

Whether such prevalence may be inferred from the form or the nature of the general law or intent of the parties, wherever applicable;

Whether the application of the special law might frustrate the purpose of the general law;

Whether third party beneficiaries may be negatively affected by the special law; and

Whether the balance of rights and obligations, established in the general law would be negatively affected by the special law (ILC, 2006, p. 410).

Como visto, a máxima *lex specialis* também pode ter sua aplicação afastada em decorrência da natureza ou forma da norma geral em questão, da vontade das partes, ou caso a aplicação da norma especial possa frustrar o propósito da norma geral, gerar prejuízos a terceiros ou comprometer o equilíbrio das relações jurídicas.

Em síntese, há casos em que as normas especiais não irão prevalecer em relação às normas gerais, tal é o caso quando a norma geral for imperativa, ou quando o contexto, a intenção das partes envolvidas, ou o equilíbrio das obrigações implicarem em tal solução (MATHESON, 2007, p. 427).

4. Repercussão dos trabalhos do grupo de estudos

O fenômeno da fragmentação pode ser encarado como uma consequência da expansão do próprio direito internacional. À medida que este passou a assumir um papel regulador mais amplo e pronunciado das relações entre os Estados, foi necessária uma especialização temática para atender às peculiaridades de vários segmentos e essa necessidade acentuou-se a partir da II Guerra Mundial.

Para Koskenniemi, essa especialização é parte de um processo mais abrangente de diferenciação funcional e ocorre juntamente com uma relativa ignorância entre os diversos sistemas normativos que se formam (KOSKENNIEMI, 2006, p. 11).

É possível supor que o próprio processo de diferenciação funcional gera especialização e relativa desinteligência entre os subsistemas do direito internacional, para não falar de aberta competição entre os mesmos pelo predomínio no campo regulatório. Isso pode de fato ser visto como uma ameaça, pois conduz à dissolução da ideia de ordem jurídica, de coerência e de unidade, tão caras aos juristas.

Quando Koskenniemi aborda o problema de forma descritiva e como algo inevitável, mas ao mesmo tempo ressaltando a capacidade das ferramentas existentes

no direito internacional darem tratamento às questões emergentes, isso tanto alivia alguns, pois o problema pode ser abordado como uma questão de técnica jurídica, quanto, ao mesmo tempo, exaspera outros, para os quais a percepção instrumental do direito internacional tem se revelado um ameaça à efetivação dos valores superiores dos quais esse ramo do direito é vetor. Tem-se então, a enriquecer o debate sobre a fragmentação também uma colisão entre visões de mundo e ideologias relativas à função do direito internacional. Poderá essa divergência teórico-ideológica ser vista como uma reedição do velho confronto entre Kelsen e Triepel, entre monismo e dualismo, já tantas vezes declarado morto, sepultado e sem interesse para a teoria do direito?

A primeira conclusão apresentada pelo grupo de estudos – a de que o direito internacional é um sistema jurídico – é mais um postulado que uma conclusão propriamente dita. É um postulado sujeito a disputas, causadas justamente pela possibilidade do de que o direito internacional não seja, no fim das contas, um sistema, ou ainda mais, um sistema coerentemente organizado, à moda dos sistemas de direito interno. O grupo de estudos da Comissão de Direito Internacional apresentou um postulado normativo para responder a uma questão ontológica e, a partir daí, responder às questões técnicas relativas às interações entre as normas de direito internacional (MICHAELS; PAUWELYN, 2012, p. 349).

Isso demonstra como o antigo debate entre monismo e dualismo continua aceso. No entanto, revela também que a discussão teórico-epistemológica acerca da natureza do direito internacional, por fascinante que seja, é insolúvel e pode contaminar os aspectos mais simples e operacionais da questão e comprometer a sua resolução.

Para Michaels & Pauwelyn, a discussão ontológica acerca do caráter unitário ou plural, sistemático ou fragmentado do direito internacional, tem sua importância superestimada, pois os principais problemas relativos à fragmentação são técnicos e não normativos, dizem eles:

There exists a widespread normative preference for coherence over fragmentation, order over disorder, system over plurality. We do not go so far as to claim that the question of whether international law is a coherent system or not is normatively irrelevant. However, we do think that its normative implications are overrated, and that the main problems with fragmentation are technical, not normative, in nature. If the resolution of conflicts were only possible within a coherent system, then the question of whether international law is such a system would have direct normative implications. If, by contrast, it can be shown that conflicts can be resolved also in the absence of one coherent system, then what looked like a normative question becomes a technical one: the prime question is then which of different types of technical rules we have to apply to deal with the conflict (MICHAELS;

PAUWELYN, 2012, p. 350).

Com relação aos tipos de regras a serem usadas na resolução de conflitos, o relatório analítico ressaltou a utilidade de atentar para as ferramentas tradicionais do direito internacional, são regras que se referem a conflitos dentro de um sistema jurídico, chamados de conflitos normativos (*conflicts of norms*). O uso dessas regras pressupõe que o direito internacional é um sistema comparável aos sistemas jurídicos nacionais (MICHAELS; PAUWELYN, 2012, p. 350).

Indeed, it appears scholars often *want* to see international law as a system (rather than a pluralist or fragmented agglomeration) in part because this makes it possible to apply traditional conflict of norms rules (such as the principles of *lex posterior* or *lex specialis*). When the report of the ILC Study Group discusses ideas of legal pluralism, for example, it does so with the concern that such pluralism will be incompatible with the systematic approach and the rules on conflict of norms it encompasses. Its main author, Martti Koskeniemi, has elsewhere expressed his normative concerns over such Pluralism (MICHAELS; PAUWELYN, 2012, p. 351).

No entanto, há outras regras tradicionais para lidar com conflitos no direito internacional que não as regras para conflitos normativos intra-sistêmicos, são as regras para conflitos entre sistemas legais, as regras do direito internacional privado (*conflict of laws*).

De acordo com Michaels & Pauwelyn (2012, pp. 351-352):

Such conflict-of-laws rules have occasionally been considered for public international law, too. In 1953, Wilfred Jenks argued that “some of the problems which [conflicts between treaties] involve may present a closer analogy with the problem of the conflict of laws than with the problem of conflicting obligations within the same legal system.” Philip Jessup, in his famous lectures on transnational law, also discussed the problem of applicable laws before international tribunals as one of choice of law and compared it explicitly with the task of the national judge in determining which law to apply. More recently, Andreas Fischer-Lescano and Gunther Teubner have developed the idea that the national differentiation of law is now overlain by a sectoral differentiation and that conflicts between sectoral laws-regimes-must, like conflicts between national laws, be dealt with through a system of conflict of laws.

No entanto, os autores em seguida enfatizam que não existem discussões desenvolvidas sobre quando e como uma abordagem de direito internacional privado poderia ajudar a resolver conflitos de direito internacional público. Eles atribuem o pouco desenvolvimento das discussões no setor ao fato dos autores no campo assumirem que o direito internacional é ou deve ser um sistema coerente, derivando daí suas conclusões (MICHAELS; PAUWELYN, 2012, p. 352).

Em diversos campos do direito internacional, as normas gerais tornaram-se insuficientes para definir o padrão de conduta adequado. O que se pode dizer, em outras palavras, é que o direito internacional passou a adotar um papel regulatório mais minucioso e disso decorreu uma expansão na quantidade de normas, uma diversificação de sua temática e também uma variação na sua força normativa. Essa evolução foi encarada com alguma preocupação, uma vez que apontava para rumos não previstos pelo direito internacional da forma como concebido até a metade do século XX.

Uma das expressões mais nítidas dessas preocupações foi o artigo publicado em 1982, por Prosper Weil, no *American Journal of International Law*. O artigo retratava as preocupações com a relativização das normas do direito internacional e com a diluição de suas fontes produtoras em uma diversidade de fontes mais ou menos fortes e relativamente independentes do controle estatal – normas de *jus cogens*, obrigações *erga omnes*, costume instantâneo. Essas mesmas preocupações foram retomadas no Curso Geral que Weil ministrou na Haia em 1992 (WEIL, 1983, 1992).

No relatório analítico, Koskenniemi esclarece o que é conflito de normas e procura demonstrar como ele ocorre no direito internacional. Ele chega a ressaltar que não apenas há um conflito potencial, como também há uma competição entre regimes especializados, cada um deles revelando uma tendência própria e cada um deles sendo objeto de promoção ou objeção política dos Estados à medida que são úteis para a promoção de suas respectivas agendas.

Talvez seja essa visão da utilização do direito como uma ferramenta para promoção dos interesses dos Estados que gere maior debate entre os leitores do relatório. A questão pode ser colocada como um capítulo na disputa filosófica relativa ao papel do direito internacional, se de instrumento ou de limite do exercício da soberania dos Estados. Parece que Martti Koskenniemi aceita uma duplicidade no papel do direito que, no mínimo, incomoda e ameaça a concepção do direito orientada por valores superiores e, no máximo, é errada por ser simplesmente incompatível com essa visão. Mas a visão de Koskenniemi comporta também a ideia de que a especialização do direito internacional e a concorrência entre sistemas normativos especializados pode ser abordada ao largo das questões estratégicas nacionais e vista pelo ângulo técnico-formal da aplicação do direito.

Desse ponto de vista, a fragmentação é um fenômeno a ser superado pelo desenvolvimento de ferramentas técnicas e conceituais capazes de determinar, à margem das preferências político-ideológicas dos apoiadores da expansão de determina-

dos regimes, qual a jurisdição competente para os conflitos que envolvam o direito internacional e quais as regras aplicáveis para sua solução.

5. Considerações finais

Mais adequado que a expressão fragmentação do direito internacional é falar de diversificação e expansão do direito internacional. A primeira expressão assume uma conotação eminentemente negativa, a segunda parece referir mais fielmente um fenômeno que, independentemente de nossas expectativas acerca do mesmo, está a ocorrer.

É difícil compreender a emissão de juízos de valor acerca do fenômeno da diversificação e expansão do direito internacional, a não ser que estas sejam percebidas como posicionamentos decorrentes da adoção de uma visão normativa, que preconiza que o direito internacional deve ser sistemático, unitário e coerente e que a fragmentação representa uma patologia desse sistema.

Os resultados do grupo de estudos reafirmaram o caráter unitário e sistêmico do direito internacional. Mesmo em um contexto de fragmentação, esse caráter é assegurado pelo direito internacional geral, que jaz como pano de fundo para todas as normas, sistemas e subsistemas do direito internacional. É de se notar que o relatório analítico e as conclusões, ainda que tenham buscado afastar-se de digressões teóricas, assumiram um ponto de vista ontológico em relação ao direito internacional, pelo qual este é ou deve ser uma ordem jurídica.

O direito internacional geral, em um contexto de expansão e diversificação do direito internacional, tem sua importância ampliada, como ferramenta para a construção de soluções técnicas para solução de antinomias.

Todas as soluções dadas pelo direito internacional geral, ou melhor, pela aplicação do direito internacional geral pelas instituições competentes, devem ser encaradas como soluções tópicas, cujos fundamento e construção argumentativa não pode ter a pretensão de cristalizar e imobilizar concepções acerca do direito internacional.

O direito internacional é um fenômeno dinâmico cujas mudanças correspondem à necessidade e às agendas distintas dos vários atores internacionais.

A expansão e diversificação do direito internacional é um fenômeno decorrente da evolução deste ramo do direito, não uma indicação de seu fim. Portanto, deve ser vista como a busca da realização de oportunidades históricas de desenvolvimento do direito internacional, mas também como a proposição de renovados desafios com relação à manutenção do caráter sistêmico e unitário do direito internacional.

Por fim, a utilização de ferramentas típicas do direito internacional privado não

deve ser descartada como um novo capítulo que se abre para pesquisas e discussões acerca da resolução de conflitos entre os subsistemas do direito internacional.

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013

Referências bibliográficas

GUGGENHEIM, Paul. Les Principes de Droit International Public. *Recueil des Cours*, v. 80, p. 1-189, 1952.

HAFNER, Gerhard. Risks ensuing from fragmentation of international law. In: INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-second session (2000)*. A/55/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2000/repfra.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-second session (2000)*. A/55/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2000/repfra.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-fourth session (2002)*. A/57/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2002/2002report.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-fifth session (2003)*. A/58/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2003/2003report.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-sixth session (2004)*. A/59/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2004/2004report.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-seventh session (2005)*. A/60/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2005/2005report.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION (ILC). *Report of the fifty-eighth session (2006)*. A/61/10. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/ilc/reports/2006/2006report.htm>>. Acesso em 8 jan. 2013.

KOSKENNIEMI, Martii. *Fragmentation of International Law: difficulties arising from the diversification and expansion of international law*. Geneva: International Law Commission (United Nations), 2006. 256 p.

MATHESON, Michael T. The Fifty-Eighth Session of the International Law Commission. *The American Journal of International Law*, v. 101, n. 2, apr. 2007, p. 407-441. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4492898>>. Acesso em 28 dez. 2012.

_____. The Fifty-Seventh Session of the International Law Commission. *The American Journal of International Law*, v. 100, n. 2, apr. 2006, p. 416-428. Disponível em: <<http://>

www.jstor.org/stable/3651154>. Acesso em 28 dez. 2012.

MICHAELS, Ralf; PAUWELYN, Joost. Conflict of norms or conflict of laws?: different techniques in the fragmentation of public international law. *Duke Journal of Comparative and International Law*. v. 22. 2012. p. 349-376. Disponível em: <<http://heinonline.org>>. Acesso em 15 jan. 2013.

ROSENSTOCK, Robert. The Fifty-Second Session of the International Law Commission. *The American Journal of International Law*, v. 95, n. 1, jan. 2001, p. 221-226. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2642063>>. Acesso em 28 dez. 2012.

ROSENSTOCK, Robert; GRIMES, Benjamin K. The Fifty-Fourth Session of the International Law Commission. *The American Journal of International Law*, v. 97, n. 1, jan. 2003, p. 162-167. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3087112>>. Acesso em 28 dez. 2012.

SIXTH COMMITTEE (LEGAL). *Topical summary of the discussion held in the Sixth Committee of the General Assembly during its fifty-eighth session, prepared by the Secretariat (2004)*. A/CN.4/537. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/216/84/PDF/N0421684.pdf?OpenElement>>. Acesso em 10 jan. 2013.

WEIL, Prosper. Le droit international en quête de son identité. *Recueil des cours*, v. 237, p. 9-370, 1992.

_____. Towards Relative Normativity in International Law? *American Journal of International Law*. v. 77, n. 3, jul. 1983. p. 413-442. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2201073>>. Acesso em 28 dez. 2012.

ARTIGO

LA REVOLUCIÓN DEMOCRÁTICA EN EL DISCURSO DE
HUGO CHÁVEZ (1999-2002)*

Resumo

El trabajo analiza el discurso de Hugo Chávez durante el período 1999-2002. El marco teórico asume una perspectiva transdisciplinaria, que toma como base las herramientas de la teoría del discurso de Ernesto Laclau, complementado con un análisis socio-histórico y politológico. La hipótesis principal afirma que el discurso chavista plantea una revolución democrática e integral. Esta revolución presenta dos innovaciones. En primer lugar, articula de un modo complejo elementos de la concepción participativa y representativa liberal de la democracia. En segundo término, integra los planos económico, social, político, institucional y ético, edificando una ruptura radicalizada con los poderes constituidos.

Palavras-Chave:

Hugo Chávez; Discurso político; Venezuela.

Abstract

The paper analyzes the Chavez's discourse during the period 1999-2002. The theoretical framework takes an interdisciplinary perspective, which draws on the tools of Laclau's theory of discourse, complemented by a socio-historical and political analysis. The main hypothesis affirms that Chavez's speech raises a democratic and integral revolution. This revolution has two innovations. First, articulates in a complex way elements of participative and representative liberal conception of democracy. Second, integrates the economic, social, political, institutional and ethical planes, building a radical rupture with the constitute powers.

Keywords

Hugo Chavez; Political speech; Venezuela.

* Este trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación científica UBACyT "De la vieja a la nueva democracia en Venezuela: entre la continuidad y el cambio fundacional", Secretaría de Ciencia y Técnica, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires (UBA), Programación Científica 2012-2014. Director: Dr. Santiago C. Leiras.

1. Introducción

La quiebra del sistema bipartidista que se estructuró luego de la firma del Pacto de Punto Fijo (1958), generó en Venezuela una profunda crisis de representatividad política. La emergencia de la figura de Hugo Chávez Frías, fue una consecuencia directa de aquella crisis, que era tanto económica y social, como político-institucional. El siguiente trabajo, sin embargo, se propone examinar el aspecto discursivo del liderazgo chavista. Para ello, se toman como base sus alocuciones oficiales en la primera etapa de chavismo, durante el período comprendido entre su llegada al poder, en 1999, y el intento de Golpe de Estado de abril del año 2002. La hipótesis principal afirma que el discurso de Chávez plantea una revolución democrática e integral. Esta revolución presenta dos innovaciones. En primer lugar, articula de un modo complejo elementos de la concepción participativa y representativa liberal de la democracia. En segundo término, integra los planos económico, social, político, institucional y ético, edificando una ruptura radicalizada con los poderes constituidos.

1.1. Consideraciones teórico-metodológicas

El marco teórico-metodológico de la presente investigación se basa en una perspectiva transdisciplinaria centrada en las herramientas de la teoría del discurso de Ernesto Laclau, aunque complementado con elementos socio-históricos y politológicos. Desde esta perspectiva, el discurso es entendido en un sentido amplio, incluyendo en su seno a las prácticas lingüísticas y extra-lingüísticas. Además, se parte de la base que lo social solo puede ser entendido desde su configuración discursiva y que el discurso, en sentido amplio, organiza el orden social. Básicamente, Laclau destaca que el orden social se enmarca en una “lucha hegemónica” contingente por la “fijación parcial” de sentido. Esta disputa político-cultural se expresa mediante “cadenas de equivalencias” que articulan determinados significantes y estructuran “fronteras políticas” de forma antagónica (LACLAU y MOUFFE, 1987; LACLAU, 1996, 2005). Aunque el discurso incluye elementos extra-verbales, en este trabajo haremos hincapié en el aspecto lingüístico o verbal del discurso chavista. Para ello, hemos seleccionado un *corpus* de discursos oficiales del Presidente durante el período 1999-2002, de modo tal de examinar lo que definimos como la primera etapa de la revolución chavista, que se inicia con su llegada al poder, y concluye con el intento de Golpe de Estado de abril del 2002.

2. La crisis económica y social y la respuesta discursiva de Chávez

2.1. La apelación a la situación de emergencia económica: la Venezuela “destrozada” de finales de los años 90

Hugo Chávez asumió el poder, en febrero de 1999, en el marco de una profunda crisis de representatividad de los partidos tradicionales (Acción Democrática y COPEI). En gran medida, esta crisis era producto de la ineficacia decisional para solucionar la creciente crisis económica y social. En ese contexto, el discurso de Chávez hará mención a la situación de emergencia recibida, vinculada a una crisis terminal: “Esta crisis que nosotros hoy estamos sufriendo, es la más severa y es la más prolongada de este siglo, comparable a alguna de las crisis del siglo pasado” (Discurso del 25 de marzo de 1999, p. 57).

La crisis, caracterizada también como una “depresión prolongada” que “se acerca a la catástrofe” (Discurso del 25 de marzo de 1999, p. 60), un “país que se hunde” (p. 60) y una “Venezuela que está destrozada” (p. 64), será vinculada a la profunda caída del Producto Bruto Interno (PBI), el aumento de la tasa de “inflación” y la fuerte merma de la “inversión externa”:

En 1998, el Producto Interno Bruto había caído o cayó en un 20%, en relación a 1978. Es decir, en veinte años en Venezuela, el Producto Interno ha caído casi que a razón de 1% anual, y eso de manera sostenida [...]. Por otra parte, la tasa de inflación promedio, desde 1980 hasta esta fecha, es una tasa de inflación que se mantiene por encima del 30%, en estos últimos diecisiete años [...]. La caída de la inversión bruta fija real, en porcentaje del producto interno bruto, fíjense ustedes cómo ha caído, en un 20%, aproximadamente, tanto la pública, como la privada (Discurso del 25 de marzo de 1999, pp. 58-59).

Un segundo componente de la crisis estará representado por el incremento de la deuda externa y la creciente fuga de capitales al exterior:

La deuda pública externa, que es otro de los fardos en lo económico y social aquí, y además a nosotros nos ha tocado en estos próximos cinco años, producto de las renegociaciones anteriores de aquella llamada ‘la mejor renegociación del mundo’, tan publicitada en su momento [...] Debemos cancelar la cantidad de 14.500 millones de dólares, en estos cinco años, producto de la deuda externa, y en los cinco años subsiguientes, 8.400 millones de dólares. [...] Esa es otra de las variables de muy fuerte impacto sobre la situación que tenemos [...]. Además [...], se han ido del país en los últimos catorce años, 37 mil millones de dólares de capitales venezolanos que están en el exterior. Estos son capitales venezolanos. La mayor parte de ellos, están en el exterior, y hacen falta en este mismo instante para la reactivación del aparato productivo (Discurso del 25 de marzo de 1999, pp. 59-60).

Finalmente, en ocasiones, Chávez se referirá a la caída del barril del petróleo (“En los últimos años se vinieron abajo los precios del petróleo”, 25-03-99, p. 61).

3. La ruptura radical en el plano económico y social

3.1. La ruptura con el “infierno” neoliberal y la búsqueda de una “sociedad justa”

El discurso de Chávez representa un discurso a contramano de la corriente de su tiempo. En efecto, el Presidente venezolano será el primer mandatario en asumir una postura de fuerte crítica a las políticas neoliberales, no solo en su país, sino en toda la región. Desde el discurso chavista, el neoliberalismo será caracterizado como un “paradigma fundamentalista”, que condujo a Venezuela al “infierno”:

Estamos entrando al siglo XXI, y creo que ya muy pocas personas pudieran dudarlo, ya no se trata de la caída del Muro de Berlín; no se trata de la caída de la Unión Soviética, es que ha caído también el paradigma fundamentalista del neoliberalismo. Ese no es el camino, y creo que esa es una de las verdades que, sin temores de ningún tipo, debemos discutir en esas cumbres, y más allá de las cumbres, en la cotidianidad de todos los días, y en todos los espacios donde circundan nuestros pueblos y su esperanza. ¿Es el neoliberalismo económico el camino para los pueblos del Caribe? Decimos desde Venezuela: definitivamente sí, el camino al infierno (11-12-2001, p. 688).

El “modelo neoliberal”, en ese contexto, será definido como un “viejo modelo político y económico que hizo ese milagro al revés de llevar a la pobreza, a la marginalidad, a la gran mayoría de un Pueblo que vive en un territorio lleno de riquezas” (11-12-2001, p. 684). Además, será vinculado a una inserción económica “salvaje”, que promovió la importación de productos, afectando a la producción nacional (“El modelo neoliberal salvaje que estaba aquí instalado importaba, importaba e importaba todo tipo de productos y teníamos a los productores nuestros abandonados”, 02-02-2000, p. 51). En ese marco, se asumirá una visión contra-hegemónica en relación a la tesis del “Fin de la Historia”, criticando al “Pensamiento único” y su concepción a favor de la globalización neoliberal:

El camino al infierno es el neoliberalismo; esta tesis del mundo globalizante, la idea global, el fin de la historia, la era tecnocrática, el pensamiento único; ese es un fundamentalismo, pero de los más grandes de nuestra historia. La tesis del mercado como que es casi Dios. Ah, y Venezuela ha puesto allí el punto sobre la i (03-02-2000, p. 65).

Si el significante neoliberalismo articulará la frontera de exclusión del discurso chavista, vinculado a un modelo tecnocrático de exclusión social, Chávez planteaba otro tipo de integración posible: “Cuando hablamos de la integración, tenemos que

preguntarnos de qué integración estamos hablando: ¿De la integración que aquí se montó en América Latina sobre el carril del neoliberalismo, y desechó la política?” (11-12-2001, p. 689).

En contraposición a la integración socialmente excluyente del neoliberalismo, el discurso de Chávez construirá un doble proceso de integración, que será tanto económico-social, como político. En el plano económico, articulará significantes clave provenientes de diversas tradiciones. Por un lado, en un discurso que podemos denominar productivista nacional, destacará la necesidad de promover las “inversiones” dirigidas al “desarrollo productivo”, con el objeto de alcanzar el crecimiento del PBI: “En Venezuela, prácticamente, no hay inversión, ni pública ni privada, que genere el desarrollo productivo, que pueda levantar el PBI. Es necesario de manera urgente que incrementemos la inversión” (02-02-2000, p. 59).

Esta “dinámica nacional de desarrollo” (02-02-2000, p. 64), que se dirigirá a la defensa de la “economía real”, la “productiva” (11-12-2001: 692), marcará un punto de ruptura radical con el discurso anti-estatista, promovido por el neoliberalismo. En ese contexto, Chávez se referirá a la necesidad de que retornen los recursos fugados al exterior (“Es el momento que cada quien haga un aporte, arriesgue algo, el país lo clama, 37.000 millones de dólares en los últimos catorce años se han ido de Venezuela”, 02-02-2000, p. 68). En cuanto al destino de la inversión pública, será articulado con la inversión del Estado en el campo de la educación y la salud pública (“Quisiéramos dirigir la inversión pública hacia la educación, por ejemplo, hacia la salud urgentemente”, 25-03-1999, p. 68).

Ahora bien, en los discursos de Chávez, la crisis provocada por la aplicación del neoliberalismo tendrá, a su vez, un segundo componente, representado por la herencia de crisis social. Esta crisis, que generó una Venezuela “destrozada”, se expresará en altísimas tasas de “pobreza” y “desigualdad” y una sociedad fragmentada y con exclusión social:

También hablamos del equilibrio social, hacia una sociedad justa. No solamente el Estado está destrozado en Venezuela. Una sociedad de excluidos, una sociedad de miseria, de desigualdad del 85%, de pobreza, miles y miles de niños abandonados, una sociedad desintegrada tenemos hoy en Venezuela (25-03-1999, p. 65).

En ese marco, Chávez hará mención al “incremento de las tasas de desigualdad en el ingreso nacional, que en Venezuela son unas de las más acentuadas de todo el continente”. Se referirá, en ese sentido, al “cuadro macabro y terrible, que nos ha traído hasta aquí” (25-03-99, p. 58). En efecto, según el Presidente, “es terrible la

situación social del país, sumamente terrible y peligrosa, por explosiva”. Como respuesta a ello, un “objetivo de primer nivel” de su proyecto político, definido como “Proyecto Bolívar 2000”, será ubicado en la “atención a los excluidos” (25-03-99, pp. 69-70).

4. La ruptura con el proyecto neoliberal del ALCA y la propuesta de inserción al ALBA para conformar la “Patria Grande”

Junto a las críticas económicas al neoliberalismo, el chavismo planteará una ruptura radicalizada en relación al modelo reinante de inserción internacional. En ese marco, el Presidente hará suya la defensa de elementos clásicos del populismo de la segunda posguerra, como el resguardo de la “soberanía nacional”: “Aquí hay un gobierno soberano que no está subordinado a ningún centro de poder, ni político, ni militar, ni económico, de ninguna parte del mundo [...] (estamos en) un país libre y soberano” (02-02-2000, pp. 47-48).

No obstante, lo más interesante es que el discurso de Chávez realizará una articulación equivalencial entre el proyecto del Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA), promovido por los Estados Unidos y las potencias mundiales, y el neoliberalismo. Pero además, no sólo criticará al ALCA, sino que planteará, en contraposición, una nueva forma de integración nacional y regional, que presentará una alternativa al modelo de inserción acrítica al orden global. En ese marco, ya en el año 2001, se referirá a la necesidad de conformar una Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA):

El ALCA es una invitación; nos están invitando a una integración, pero enfocada desde el punto de vista del neoliberalismo. Nosotros decimos: no. Si pudiéramos comenzar a discutir lo que pudiera llamarse el ALBA, casi ALCA pero con B: Alternativa Bolivariana para las Américas (11-12-2001, p. 691).

Para legitimar esta alianza política, que buscaba integrar a los países de la región para sopesar el poder estadounidense, Chávez apelará con insistencia a dos de las figuras centrales de la conformación de la independencia regional: San Martín y Bolívar. En ese marco, se referirá a la necesidad de construir la “Patria grande”, siguiendo el ejemplo de los próceres latinoamericanos (“San Martín, que junto a Bolívar soñaron con la Patria Grande”, 11-12- 2001, p. 689).

5. La concepción democrático-popular y participativa del discurso de Chávez

Una vez asumido el poder, el 2 de febrero de 1999, el objetivo inicial del gobierno de Chávez consistirá en llamar a la Constituyente para reformar la Carta Magna.

La reforma, en ese marco, será construida como una respuesta que permitía salir de la crisis institucional y socioeconómica. En ese contexto, una particularidad de la experiencia chavista será la revalorización de una concepción participativa de la democracia, antagónica a la tradicional concepción de la democracia representativa liberal. Así, el referéndum para convocar a la Asamblea legislativa y reformar la Constitución, colocaba como punto nodal la necesidad de “transformar el Estado y crear un nuevo ordenamiento jurídico que permitiera el funcionamiento efectivo de una democracia social y participativa” (LEIRAS, 2013). En ese sentido, se incorporaron una serie de mecanismos políticos vinculados a un tipo de democracia directa y participativa, en oposición a la habitual democracia representativa. Entre ellos, se incluyó la posibilidad de revocatoria popular de los mandatos. Además, en el marco del plan de Desarrollo Económico y Social, junto a la defensa del Estado regulador y defensor del petróleo nacional, se tipificó la propiedad comunal y se establecieron los derechos sociales universales e imprescriptibles (MAYA, 2004).

En el contexto de un gobierno que, en sus prácticas sociales extra-lingüísticas, era contrario a la democracia representativa liberal y a los valores republicanos (Spinetta, 2010), la oposición política, nucleada en la Coordinadora, se expidió en reiteradas ocasiones sobre la inconstitucionalidad de la reforma chavista, ya que contradecía lo especificado en el artículo 3° de la Constitución de 1961. Como una respuesta a estas críticas, en el discurso de Chávez el proceso de cambio iniciado durante su gobierno será resignificado como plenamente democrático. Para ello, se revalorizará una concepción alternativa de la democracia, vinculada a una concepción participativa, que podemos denominar también social o popular. En esta democracia social, el principio básico no era la *accountability* vertical y horizontal (O'DONNELL, 1996, 1997), sino la defensa de la soberanía popular. De este modo, frente a la visión liberal de la democracia, en la que el Gobierno sólo gobierna por medio de sus representantes, Chávez promoverá una concepción rousseauniana (Rousseau, 1996), en el que la democracia era equivalente a la “participación” del “Pueblo” en las decisiones políticas:

Por primera vez en muchísimos años, Venezuela entró en un proceso realmente democrático, porque su sustancia vital no puede ser otra que el clamor y la participación de un pueblo; y aquí se hablaba de democracia, pero el pueblo andaba por un lado y la fulana democracia por otro. Ahora se han conseguido un proyecto político y un pueblo y eso sí, verdaderamente, podemos calificarlo de democrático o de democracia (11-01-2000, p. 16).

Desde esta cosmovisión, el proceso constituyente se hacía equivalente a un proceso “soberano” y “popular”, de manera tal que el “Pueblo” ejercía la soberanía:

En el mundo entero Venezuela se ha convertido en una referencia del proceso constituyente originario, un proceso soberano y popular. En los países vecinos y hermanos del Continente hay una gran expectativa y están pidiendo manuales, información y le estamos enviando, a todo el que pide le enviamos la información que tenemos para que estudien el caso Venezuela, cómo llegó a darse este proceso (03-02-2000, p. 64).

Esta concepción popular-social de la democracia, expresada también en la fuerte política de inclusión de las masas (López Maya, 2004), asumirá, además, varios de los valores sociales típicos de los discursos nacional-populares radicalizados. En ese marco, Chávez se referirá a la necesidad de promover una “política en defensa a fondo de los derechos humanos fundamentales del hombre” (11-01-2000, p. 16). También recuperará el principio democrático de la igualdad. En sus palabras, “Si el siglo XX fue el siglo de las desigualdades que siguen hoy azotando al mundo, luchemos para que el siglo XXI sea el siglo de la igualdad” (11-01-2000, p. 16).

5.1. La soberanía compartida

Ahora bien, esta concepción horizontal y participativa de la democracia, emparentada con la visión clásica de la democracia, se encuentra en fuerte tensión con la idea de soberanía ejercida verticalmente desde la cima del poder político. Como señala Nun (2001), existe una tensión entre la visión de la democracia participativa o deliberativa, que lo entiende como “gobierno del pueblo”, y la visión representativa, que define a la democracia como el “gobierno de los políticos”.¹ De hecho, las prácticas discursivas de Chávez tendrán un importante componente de liderazgo decisorio fuerte, concentrando el poder en su persona (Spinetta, 2010). Sin embargo, desde el discurso del Presidente, se planteará una especie de “soberanía compartida”, en el que tanto el Pueblo, como el “Gobierno”, eran igualmente “soberanos”. Pero además, incorporando un nuevo elemento de nacionalismo anti-imperialista, la soberanía popular, la soberanía de “nuestro pueblo”, será vinculada, a su vez, a la defensa del “derecho” a la “soberanía nacional”. De este modo, desde el discurso presidencial, el Pueblo es soberano porque no “acepta” las “presiones” que ejerce el “centro de poder mundial”, simbolizado implícitamente en la figura excluyente de los Estados Unidos:

Ustedes han podido evaluar, sin duda, los signos fundamentales de nuestra nueva política exterior: soberana, hecha aquí en Caracas, que obedece sólo a la soberanía de nuestro pueblo y a la soberanía de nuestro Gobierno; que no obedece a centros de poder de ningún tipo ni acepta presiones de ningún centro de poder mundial y que extiende las manos y abre el corazón a todo el mundo, a todos los países del mundo por igual, a todos los pue-

1 Esta tensión, en relación al caso venezolano, ha sido destacada por Coppedge (2002).

blos del mundo, a todos los gobiernos del mundo, que respeta la autodeterminación de los pueblos, que respeta la soberanía de los pueblos, que respeta el derecho de los pueblos a buscarse a sí mismos como queremos, y aspiramos que se siga respetando ese derecho a nuestro pueblo, al pueblo venezolano (11-01-2000, p. 16).

Así, reapropiándose de significantes típicamente democráticos, como la participación social, la autodeterminación, la soberanía del pueblo y la igualdad, Chávez logrará borrar el vínculo que separa a su figura del Pueblo, convirtiéndose en la encarnación de lo popular. Al mismo tiempo, se posicionará como un líder plenamente democrático, al responder al mandato del pueblo mediante una lógica de participación horizontal en la toma de decisiones. La respuesta popular, entonces, sólo podía ser un plebiscito permanente a su figura, en tanto portavoz de la pura presencia del Pueblo.

5.2. La articulación entre la concepción participativa y la concepción representativa de la democracia y la ruptura con el “pasado ignominioso”

Hemos visto la visión neocomunitarista y social de la democracia que defenderá Chávez, asociada a una democracia participativa. Pero lo más interesante, y que distanciará al discurso de Chávez de otras experiencias populistas asociadas a la segunda posguerra, como el cardenismo, el peronismo o el varguismo, es que su discurso se situará dentro de los valores liberal democráticos. En ese marco, que actuaba en consonancia con el triunfo mundial de la concepción liberal de la democracia, se presentará una nueva ruptura discursiva. Esta ruptura radical, esta vez en el plano político-institucional, ya no será en relación al régimen punto-fijista. En cambio, se delimitará frente a las Dictaduras y autoritarismos de períodos previos (“Hemos podido romper con un pasado ignominioso, sin tener que hacer lo que hicieron otros hombres y mujeres en otra época”, 11-01-2000, p. 16).

De un modo similar, diferenciándose de su continua apelación al pensamiento de Bolívar (ARNOUX, 2008), así como de otras experiencias políticas previas en su país, Chávez destacará, dentro de su proceso de “transformación”, la defensa de valores típicamente liberales, como la “libertad de prensa” y la “libertad de expresión”:

Aquí no hubo ni una gota de sangre, ni un perseguido político, ni un preso político, ni un exiliado político, ni un medio de comunicación cerrado. Por el contrario, se abrieron las puertas a la libertad de crítica, como continúan y continuarán abiertas de par en par, a la libertad de pensamiento, a la libertad de expresión, a la libertad de participación (11-01-2000, p. 15).

De esta forma, el discurso de Chávez hará un doble uso del concepto de democracia. Por un lado, en su sentido popular. Por el otro, en su sentido liberal.

6. *La revolución pacífica e integral del chavismo y la Venezuela que “renace”*

Hemos visto la ruptura radical del discurso chavista con el orden pre-existente y el doble uso del concepto de democracia. En ese marco, hace su aparición un nuevo significante que ocupará un lugar privilegiado en la discursividad presidencial: la idea de revolución. En efecto, el discurso de Chávez planteaba una innovadora idea de “revolución democrática”.² Sin embargo, lo más interesante es que, desde la visión chavista, no podía pensarse en un cambio económico, otro político y otro social. En efecto, en el discurso presidencial la política, la economía y la sociedad se hallaban enlazadas entre sí. Así, señalará que “el problema económico influye, sin duda alguna, de manera muy fuerte en lo social”. En ese marco, Chávez subrayará que “la visión debe ser integral” (25-03-99, p. 68).

Desde la concepción compleja del Presidente, la revolución chavista implicaba un cambio radical en las condiciones existentes, a partir de una profunda transformación del orden vigente, que debía incluir a la totalidad:

Claro que todo esto está interrelacionado con lo económico, con lo ético y con lo político. Es el todo lo que se dañó aquí, no es la sumatoria de las partes, es el todo. Por eso el planteamiento tiene que ser revolucionario, porque tiene que enfrentar el todo y transformarlo, y eso no tiene otro nombre que revolución, no le tengamos miedo al término. Revolución, no reforma. La situación está tan complicada, que no acepta reforma. Llamo a revolución a todos los venezolanos, los que tengan miedo, vengan, vamos a quitarnos todos el miedo con coraje, con valor, vamos a revolucionar el país (25-03-99, p. 65).

Se puede apreciar en esta cita que el discurso de Chávez no planteaba una simple reforma parcial, sino una verdadera revolución, que buscaba transformar radicalmente el estado de cosas vigente. En dicho marco, el denominado “Proyecto Nacional de Reconstrucción de Venezuela”, será vinculado a una “transformación profunda”, en el contexto del paso de “un mundo a otro mundo”. Este “cambio de época” representaba un “paso histórico” para el país, ya que, a partir de ahora, “Venezuela comienza a renacer” (25-03-99, pp. 55-56).

Se trataba, en efecto, de un “proceso revolucionario” para el “Pueblo”, vinculado a la transformación de “un sistema político que estaba carcomido” (11-01-2000, p. 15). Sin embargo, la “Revolución Bolivariana”, que evoca épocas sangrientas, en el caso de Chávez representaba una revolución “pacífica”, lo que marca una nueva ruptura con otras experiencias revolucionarias (“Este proceso de enterrar una república vieja, de enterrar un régimen y parir otro, y hacerlo pacíficamente, creo que es un logro histórico”, 02-02-2000, p. 46).

² Curiosamente, el mismo concepto, en un sentido similar, se encuentra también en Laclau y Mouffe (1987).

De este modo, el discurso de la revolución chavista realizará una hábil articulación entre la democracia participativa, en tanto equivalente a lo nacional y popular, aunque a partir de una concepción democrática “ampliada”, que no olvidaba el respeto (tensional) a los valores centrales de la democracia liberal. Una revolución que era integral, porque, en contraposición al neoliberalismo y el dominio de la oligarquía nacional e internacional, articulaba el cambio político-institucional, con el cambio ético y el económico-social, siempre bajo el lente del mandato popular del pueblo soberano.

7. El intento de Golpe de Estado de abril del 2002

El proyecto chavista promovió una fuerte polarización de la sociedad, a partir de una serie de políticas públicas que pusieron el acento en la inclusión social y un discurso de antagonismo radicalizado con los poderes constituidos. En ese marco, la estrategia que siguió la oposición política, entre 1999 y 2002, consistió en una oposición dura e inflexible al chavismo. Si en el plano ideológico las críticas se concentraron en la “dictadura”, el “totalitarismo”, el “fascismo”, el “autoritarismo” y el “populismo” de Chávez y su modelo económico, las prácticas sociales extra-verbales apelaron a estrategias insurreccionales. Así, el 10 de diciembre del año 2001, se llevó a cabo un paro nacional, que duró más de tres días, que logró cohesionar a sectores de centroderecha, bajo el liderazgo de Fedecámaras (COPPEDGE, 2002).

A partir de entonces, se produjo una espiral de confrontación ideológica que articuló a grupos económicos nacionales y transnacionales, de orientación neoliberal, junto a la clase media, el sindicalismo disidente de la Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV), sectores religiosos, el Movimiento al Socialismo (MAS) y el alcalde de Caracas, Pedro Carmona Estanga. Mientras que los sectores anti-chavistas buscaban revisar las leyes “revolucionarias” de Chávez, el chavismo, con el apoyo de los sectores populares y los movimientos sociales, se oponía de forma tajante a cambiar el rumbo (MAYA, 2004).

Lejos de morigerarse, las posiciones de ambos bandos contrapuestos se irían endureciendo con el correr de los días (MAYA, 2004). Frente a la lógica de no negociación política entre los sectores enfrentados, el 9 de abril del año 2002 se produjo un segundo paro nacional por 48 horas, que agrupó a Fedecámaras, la CTV y sectores de la Iglesia, apoyados por los medios de comunicación y la clase media. Dos días después, los organizadores de la huelga reclamaron “sacar a Chávez” del poder. Ello derivó, finalmente, en un intento de Golpe de Estado. Sin embargo, luego de

una fugaz detención de Chávez, sus partidarios se movilizaron masivamente en su apoyo y lograron reponerlo en el poder, con el apoyo de las fuerzas armadas leales al Presidente.

A partir del fallido intento de Golpe de Estado, se produjo un fuerte reacomodamiento político. En relación a las fuerzas del chavismo, el Presidente mostró sus dotes de liderazgo, realizando una profunda reestructuración de la empresa petrolera nacional (PDVSA), que despidió a empresarios y empleados públicos insurreccionales. Al mismo tiempo, realizó un descabezamiento de los sectores disidentes de las Fuerzas Armadas. Finalmente, profundizó su política social incluyente, solidificando el consenso de los sectores populares.³ En el plano discursivo-lingüístico, radicalizó su antagonismo con los medios privados de comunicación, instigadores de la “guerra” y contrapuestos a la defensa de la democracia liberal, asociada a la defensa de la “Constitución”, la “paz” y el “entendimiento”.³ En cuanto a la oposición, cambió su estrategia política del intento de Golpe, por el de intento de revocación del mandato presidencial (MAYA, 2004). Se produjo, de este modo, el fin de la primera etapa de la revolución democrática del chavismo, una revolución política, económica, social y cultural, que se extendería por una década.

8. Conclusiones

Analizamos en este trabajo el discurso político de Chávez durante su primera etapa en el poder. El líder venezolano llegó a la presidencia en el marco de una profunda crisis socioeconómica, promovida por la aplicación de las políticas neoliberales, a lo que se le sumaría la caída de los precios internacionales del petróleo. A su vez, la emergencia de su liderazgo era producto de la crisis político-institucional del sistema estructurado tras la firma del Pacto de Punto Fijo, que colapsó a finales de los años '90. En esas circunstancias, Chávez asumió el mando enarblando un discurso de ruptura radical. Este discurso antagonizaba centralmente con el neoliberalismo y sus representantes nacionales e internacionales, representados políticamente en la figura de los partidos tradicionales (AD y COPEI), el *establishment* empresarial local (simbolizado en la figura de Fedecámaras) y las potencias mundiales (simbolizado tanto en el FMI, como en el proyecto del ALCA de los Estados Unidos). A ellos se le agregaría, luego, la oposición irrestricta frente a los medios de comunicación privados. Estos actores políticos eran vinculados por el Presidente al infierno neoliberal y nominalizados de manera negativa como la oligarquía o los poderes

3 Véase, por ejemplo, el discurso de Chávez del 18-04-2002, pp. 296-298.

constituidos. En contraposición, se asumía la defensa del Pueblo soberano, en tanto equivalente a lo nacional y lo popular. La frontera interna del discurso de Chávez se enmarcaba en una defensa del productivismo nacional, a partir del resguardo de la producción nacional y la inversión pública en salud y educación, asociados a la defensa del derecho a la soberanía nacional. El último componente de la ruptura chavista era el mandato de realizar un proyecto de inserción internacional alternativo al ALCA, basado en la integración entre todos los países latinoamericanos. Esta integración regional buscaba conformar el proyecto de la Patria Grande de Bolívar y San Martín, a partir de la propuesta contra-hegemónica del ALBA. En ese marco, vimos que la propia figura de Chávez se adosaba también a esta cadena equivalencial entre el Pueblo y la defensa de la integración nacional y regional. En el plano social, la articulación del chavismo con lo popular se expresaba en una firme defensa de los Derechos Humanos del Pueblo y en la búsqueda de una sociedad más justa e incluyente, basada en el principio de la igualdad social. Este discurso de integración popular se materializaba, a su vez, desde el plano extra-verbal del discurso, en un conjunto de políticas públicas que fomentaban la inclusión social radicalizada de las masas en el sistema político. En la frontera de exclusión se ubicaba la pobreza, la desigualdad, la desnutrición y la miseria, asociadas al neoliberalismo, y articuladas también al proyecto norteamericano del ALCA. Finalmente, en el plano político institucional, el discurso de Chávez realizaba una ruptura radical, que se expresaba en la reforma de la Constitución Nacional de 1999 y en la creación de nuevos mecanismos de participación popular, ajenas a los marcos institucionales formales.

En una segunda parte, destacamos que el discurso chavista presentaba una revalorización y resignificación del concepto de revolución, asociándolo a la defensa de la democracia. En ese marco, Chávez planteaba una revolución democrática que buscaba realizar una transformación radical de las estructuras vigentes. Destacamos que esta revolución democrática presentaba dos elementos novedosos:

En primer lugar, incorporaba una mixtura entre dos tradiciones de pensamiento político corrientemente posicionadas como contrapuestas. Por un lado, asumía una concepción participativa de la democracia, típica de los discursos de populismo nacional histórico, en el que se fomentaba la participación y movilización social y la defensa de los derechos sociales del Pueblo, junto al resguardo de la soberanía nacional. No obstante, en una ruptura con los discursos nacional populares clásicos, el discurso chavista planteaba, a su vez, una participación directa del Pueblo en la toma de decisiones políticas, siguiendo la visión de Rousseau de la soberanía popular. En ese marco se inscribía la incorporación del referéndum y la revocatoria del mandato

presidencial, así como la tipificación de los derechos sociales, en la nueva Constitución Nacional. Pero, al mismo tiempo, el discurso de Chávez se posicionaba también en defensa de los valores centrales de la democracia liberal, asociados al resguardo de la libertad de prensa y de expresión. Se asistía, de este modo, a una revolución pacífica, en contraste con la revolución militar que condujo a los procesos de independencia de los países de América Latina. De esta forma, el Presidente delimitaba una segunda ruptura, esta vez, con el pasado de Dictaduras militares, regímenes violentos y autoritarios.

La segunda innovación del discurso de revolución democrática del chavismo es que asumía una visión integral entre lo político, lo económico, lo institucional, lo social y lo ético. Desde esta concepción integral, la revolución no podía ser sólo económica, sólo social, o sólo política, sino que debía realizarse en su conjunto, promoviendo una transformación profunda de las estructuras vigentes. De este modo, el Presidente rechazaba catalogar a su gobierno como reformista, revalorizando el concepto socialista de revolución. Podemos decir, entonces, que el discurso de Chávez presentaba un pensamiento complejo de lo social, en contraposición a la típica visión simple, y de compartimentos estancos, del neoliberalismo.

El trabajo concluyó con el episodio de diciembre de 2001, que condujo al posterior intento de Golpe de Estado al gobierno, en abril del año siguiente. Este levantamiento fallido marcaría el cierre de la primera etapa política del chavismo. A partir de entonces, se iniciaría una nueva etapa, que no haría sino radicalizar los principales ejes de su revolución democrática, pacífica e integral.

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.

Referências Bibliográficas:

- ARNOUX, Elvira (2008). El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez, Buenos Aires: Biblos,
- COPPEDGE Michael (2002). “Venezuela: popular sovereignty versus liberal democracy”, Documento de Trabajo 294, Universidad de Notre Dame, Indiana: Instituto Hellen Kellog.
- LACLAU, Ernesto (1996). *Emancipación y diferencia*, Buenos Aires: Ariel.
- LACLAU, Ernesto (2005). *La razón populista*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- LACLAU, Ernesto y MOUFFE, Chantal (1987). *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- LEIRAS, Santiago (2013). “La presidencia de Hugo Chávez Frías (1999-2012): la dinámica de cambio en un régimen en cambio”, Buenos Aires: mimeo.

LÓPEZ MAYA, Margarita (2004). “Venezuela 2001-2004: Actores y estrategias”, *Revista del Cendes*, 21 (56).

NUN, José (2001). *Democracia, ¿gobierno del pueblo o de los políticos?*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

O'DONNELL, Guillermo (1996). “Otra institucionalización”, *Ágora*, 3 (5).

O'DONNELL, Guillermo (1997). “¿Democracia delegativa?”. En: G. O'Donnell (Ed.), *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*, Buenos Aires: Paidós.

ROUSSEAU, Jacques (1995). *Contrato social*, Buenos Aires: Planeta De Agostini.

SPINETTA, Robertino (2010). “Autocracia y legitimidad política. Alcances y límites de la forma decisionista de gobierno de Venezuela entre 1998 y 2006”, En: S. Leiras (Comp.), *Democracia y estado de excepción. Argentina 1983-2008* (pp. 131-170), Buenos Aires: Prometeo.

Fuentes

Discursos oficiales del Presidente de la Nación, Hugo Chávez Frías, período 1999-2002: Disponible en: http://www.presidencia.gob.ve/html/publicaciones/publicaciones_discursos.html

ARTIGO

FLORESTAN E A "TRANSIÇÃO TRANSADA" DA REFORMA
PARTIDÁRIA AO COLEGIO ELEITORAL¹

Resumo

O presente artigo expõe aspectos da análise de Florestan Fernandes sobre o processo geralmente denominado de “abertura democrática”. Dentre os vários momentos e elementos que conformam tal processo destacaremos o que o autor chamou de “manipulação dos partidos”, passando pela campanha das Diretas-já e o seu desdobramento na “Transição transada”. Desta forma, demonstramos como a forma “lenta, gradual e segura” desta abertura propiciou a institucionalização da ditadura militar deflagrando alguns dos mecanismos de adaptação que reformularam a composição formal do governo, porém, mantendo os aspectos estruturais da autocracia-burguesa.

Palavras-Chave:

Abertura democrática; Florestan Fernandes; Autocracia burguesa.

Abstract

This article exposes the aspects of Florestan Fernandes analysis about the process usually called “democratic opening”. Among many moments and elements that constitute that process, will be emphasized which one was called by the author “manipulation of the parties”, that had occurred in the “Diretas-Já” campaign and also in its deployment in the “Transacted Transition”. Thus, will be demonstrated how the “slow, gradual and safe” way of this opening enabled the institutionalization of the military dictatorship. This institutionalization had started with the analysis of adaptation mechanisms that reformulated the formal composition of the government, but also kept the structural aspects of the bourgeoisie autocracy.

Keywords

Democratic opening; Florestan Fernandes; bourgeoisie autocracy.

¹ Este texto foi extraído de nossa dissertação de mestrado, *Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil*.

* Professor do Curso de Ciências Sociais da UFRR. Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: rpch.rodrigo@gmail.com

Introdução

Ao final do mandato de Geisel, entra em cena o general que colocaria a “abertura em prática”: João Figueiredo. Tal período, de troca de guardas, expressa, para Florestan Fernandes, “uma fase de fratura aguda do bloco histórico que comanda a contrarrevolução e sustenta a continuidade da ditadura”. Os militares haviam engendrado e enfrentavam uma “instabilidade política que poderia vir à tona de suas profundezas”. (FERNANDES, 1982, p. 68.)

Figueiredo lançou mãos de uma liberalização outorgada através de uma reforma de partidos tutelada, deixando um campo restrito e demarcado para o crescimento da oposição. A questão em pauta era: como conseguir maioria no Colégio Eleitoral que se abriria para um poder civil?

Objetivo estratégico da contrarrevolução, mais do que a fragmentação do MDB ou a pulverização da oposição em geral, foi a criação de um partido alternativo da situação, desconcentrando gradualmente o bloco militar e transferindo as tarefas “sujas” para o polo civil.

O novo governo, ao dissolver a ARENA e o MDB através da promulgação da Lei orgânica dos partidos, de 20 de dezembro de 1979, tira de foco as questões econômicas, que finalmente haviam sido levantadas pelo movimento grevista de 1978 a 1980, pautando o debate sobre os novos rearranjos políticos – aliás, temática diletta de vários grupos e atores da esquerda ao longo da ditadura. Como forma de institucionalizar e prolongar indefinidamente a ditadura de classe, o general Figueiredo toma a “transformação democrática da sociedade” como sua palavra de ordem.

Para analisar o processo político de então, Florestan busca subsídios na particularidade histórica das “sociedades capitalistas de origem colonial, que não se autonomizaram com referência às antigas ou novas metrópoles”, o que impõem algumas exigências especiais para a análise. (*Ib.*, 1982, p. 68.)

Assim, para o autor, é necessário não perder os elos com o passado, mas, principalmente, “nunca se deve perder de vista que é no presente que se encontram as determinações essenciais, que regulam a reprodução das estruturas e a profundidade, a rapidez e a amplitude das transformações históricas em processo”. (*Ibid.*, p. 42.) Ou seja, o passado não se repete pura e simplesmente, mesmo assim, recuar no tempo é vital para qualquer análise sobre os partidos políticos no Brasil.

Desdobramento histórico dos partidos políticos no Brasil

No caso brasileiro, devido a particularidade de seu desdobramento histórico, “prevalencia um contexto psicossocial crônico de dominação política ultradespótica” que faz com que a presença do partido fosse dispensada como mediador da luta pelo poder entre privilegiados e espoliados.

O que fica claro – e que as elites das classes possuidoras e dominantes procuram salvar do “caos” das mudanças – é que a monopolização do poder (de todas as formas de poder e, no caso, do poder especificamente político) se decide em um patamar pré-político. Os partidos apenas contam como agência de fruição, distribuição e centralização do poder entre facções dos estratos sociais privilegiados e “dirigentes”. (*Ibid.*, p. 43)

A distribuição do poder é realizada, originalmente, de forma autocrática e apenas com o desenvolvimento do capitalismo competitivo no país veremos os partidos sofrerem um desnivelamento social. Mas, ainda assim, manteve-se “invulnerável o monopólio do poder das classes altas, na realidade posto fora e acima dos processos eleitorais e da competição política”. (*Ibid.*, p. 44)

Retomando como referência a ideia do “pacto populista”, Florestan observa que o populismo, longe de destruir o clientelismo do período anterior, se revitaliza e moderniza, conferindo à patronagem uma maior importância histórica. No entanto, o quadro populista estabelece uma contradição que abre possibilidades de os partidos passarem a participar “no rateio do poder fora dos estreitos limites históricos anteriores”. (*Ibidem*)

Apesar dos movimentos sociais aparecerem manietados à demagogia populista, na leitura de Florestan, serão justamente as massas populares que possibilitarão o surgimento da “primeira alteração essencial nas relações dos partidos com a sociedade global”. (*Ibidem*)

Não que os movimentos sociais tenham ganhado representação política significativa por eles próprios, mas devido ao fato de que alguns estratos das classes dominantes e das classes médias tentarem avançar na busca de apoio nas massas populares e nas classes assalariadas, o que “como movimento político [...] transcendia aos limites das bandeiras burguesas anteriores”. (*Ibidem*) Contudo, este processo evidencia o quanto o cosmos burguês era demasiado tosco para conter e alimentar positivamente o avanço junto aos movimentos sociais. Por outro lado, os próprios movimentos sociais eram débeis demais para sustentar sozinhos a radicalização do populismo – ou seja, a traição de classe por parte dos “demagogos” que se viram assim emparedados (ex.: Vargas e Goulart).

As pressões das massas populares e a instabilidade que se instaurava, fez com que os partidos fossem “lançados nesse jogo e engolfados pela fogueira que ardia na sociedade civil”, configurando “uma situação histórica de duas vertentes, uma revolucionária e outra contrarrevolucionária”, e como resultado tivemos uma *variante forte* da república autocrática burguesa. (*Ibid.*, p. 46)

A ditadura se instaura como uma tentativa de vergar o arco histórico *para trás* e, ao mesmo tempo, como “pré-requisito político da aceleração do desenvolvimento capitalista e da incorporação do Brasil ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas centrais e de sua superpotência”. (*Ibidem*) Por isso, é contrarrevolucionária, na medida em que interrompe a modernidade que vinha “dos de baixo”, na direção de uma revolução dentro da ordem, e instaura uma modernização controlada de cima e a partir de fora com mão de ferro.

Com este processo, temos uma perda relevante na socialização política dos partidos – socialização que vinha ocorrendo aos poucos e debilmente – assim, retrocede-se: “os partidos oscilam de novo como meio do rateio nacional do poder”. Ainda que se tenha tentado simular a competição democrática na ditadura, o que ocorre na prática é “o mais completo monolitismo de classe no controle pela violência institucionalizada da sociedade civil e da sociedade política”. (*Ibidem*)

O regime de partidos composto pelo “partido oficial” e um “partido simulacro”, a contra gosto, acabou por ganhar realidade histórica que passou a partir de um dado momento a pressionar a ditadura. (*Ibid.*, p. 48)

O projeto de institucionalização integral da ditadura não foi atingido e, frente a esta derrota parcial, são necessários outros meios de prolongamento do sistema. Batida pela história, a ditadura teve que encetar por seus próprios meios “o processo de transição, abastardando-o, contendo-o e desviando-o da natureza e da forma que ele deveria ter se a democracia de participação ampliada se instaurasse por um movimento espontâneo no seio da sociedade civil”. (*Ibidem*)

Na realidade, não se trata de um movimento da própria ditadura em si e por si mesma. Florestan utiliza o conceito “bloco histórico”, de Gramsci, demonstrando que o que estava em processo de reconfiguração era a união entre as forças sociais que impuseram a contrarrevolução e a sua vanguarda militar, cujo objetivo era: “em primeiro lugar [lutar] pela recomposição do bloco histórico constituído entre 1962-1964 e 1968-1969 e pela continuidade da ditadura por outro meios (mudança que se impõe para que o monopólio de classe do poder político estatal permaneça intocado)”. (*Ibidem*)

Naquele contexto a questão dos partidos se tornaram uma luta por fórmulas para ganhar tempo e impor soluções casuístas com o objetivo de divorciar “os partidos emergentes da forma, dos conteúdos e das funções que eles deveriam adquirir para corresponderem às exigências políticas das classes subalternas e dos setores dissidentes das classes possuidoras” e, assim, garantir, ao menos, um “arbitrio relativo” – “mas ainda assim renitente e intolerante, cego diante da realidade existente e do vir a ser histórico”. (*Ibid.*, p. 49)

Ainda estava em aberto qual seria a evolução dos partidos nascidos das classes trabalhadoras nas nações capitalistas neocoloniais ou dependentes na periferia; mas o que parecia “líquido e certo”, para o autor, é que o amadurecimento do regime de classes trazia à cena histórica um novo tipo de partido que se tornaria uma instituição-chave na distribuição, concentração e centralização do poder real.

Salgando o terreno

A adoção do regime artificial de dois partidos tutelados pela ditadura militar visava atender uma dupla demanda: por um lado, manter e fortalecer a articulação política das forças sociais heterogêneas que haviam preparado e liderado o golpe e, por outro, gerar um simulacro formal, de que o país era uma república democrática para as nações capitalistas avançadas que precisavam desta simulação para articular seu apoio nos circuitos políticos internos. Longe de almejam qualquer projeto político democrático como finalidade última do regime, o que prevalecia era a visão “pragmática de que uma ‘ditadura técnica’ constitui, por si mesma, uma ‘defesa da democracia contra o comunismo’” (*Ibid.*, p. 62) – a difusão de um suposto ideal de restaurar a democracia continha uma mistificação e servia de propaganda.

A mistificação que se buscou com o sistema bipartidário sucumbiu devido à tentativa de combinar repressão e opressão sistemáticas com consenso, este último elemento não podia ser esvaziado e comprimido à vontade. Tal situação leva a oposição consentida a “ganhar corpo e elasticidade e, presumivelmente, ultrapassar as regras de um jogo marcado (ou de um jogo sujo)”; o MDB se redefine no campo eleitoral, fugindo ao “cálculo político inicial da ditadura e adquirindo uma *voz política* que soava ao renascimento do confronto”. (*Ibidem*)

As forças sociais que engendraram a ditadura se encontram em meio a um impasse criado por elas mesmas; e, para saírem desta situação, desenvolveram “as manipulações tanto da ‘democracia relativa’ como da ‘abertura democrática’” – ambas compondo uma estratégia política mais ampla, na qual, de um golpe, livram-se “da

inviabilidade do ‘sistema’ artificial de dois partidos e do ônus que ele acarretava, em termos de desgaste do próprio regime ditatorial e de perda de credibilidade de seus governos”. (*Ibidem*)

Buscou, desta forma, possibilidades menos inibidoras do que a ARENA para a arregimentação de apoio popular, aproximando-se nitidamente de dois partidos que naquele momento estavam sob a sigla PP e PDS – contendo o primeiro “a parte mais dócil dos políticos profissionais” e o segundo concentrando “a maior parte da ‘massa reacionária’ da burguesia”.

Por seu turno, o MDB que vinha gradualmente passando de uma oposição consentida para uma oposição real, caminhando mesmo para a desobediência civil, teve de ser fragmentado para que toda a desobediência civil não se concentrasse sob uma única alternativa de oposição válida. Impondo decisões políticas fundamentais, a ditadura lançou os “partidos de massa emergentes”, como o PT e PDT, “a uma dura luta pela existência e pela sobrevivência”; além de deter os “antigos partidos populares e operários, como o PS e o PCB, fora do ‘quadro partidário legal’”. Realizou-se, desta forma, um novo esmagamento da vanguarda operária e sindical, pois as “classes subalternas viram tolhidos os caminhos que permitiriam utilizar suas entidades de classe ou explorar construtivamente suas ideologias políticas na formação de partidos próprios, sem constrangimentos de identidade política de classe”. (*Ibid.*, p. 66)

Diferente da ARENA, “e dadas as circunstâncias, na mutação em PMDB o MDB ganhou mais do que perdeu, malgrado as aparências em contrário”. (*Ibidem*) Foi o único partido de oposição real que contou com uma enorme e comprovada máquina em funcionamento.

Em resumo, a Ditadura militar “salgou o terreno *antes* de alçar seu voo pelas rotas de transição que escolheu”. (*Ibidem*)

Para compreender a racionalidade burguesa nos países periféricos, é necessário lembrarmos que “as burguesias nacionais da periferia *fabricam* o seu destino histórico e o destino histórico de seus países”; além disso, elementos como a dominação imperialista, o subdesenvolvimento, o capitalismo desigual, entre outros, “fazem parte do seu estilo de ser burgueses e da sua arte econômica de converter as fortes desvantagens coletivas em bênçãos de minorias ultraprivilegiadas”. (*Ibidem*)

Esta burguesia nacional tem como característica ser uma *burguesia predatória* – em oposição à chamada *burguesia conquistadora* –, uma vez que “sua via concreta de uso racional da razão política” se dá sob uma “guerra cruel e permanente contra toda e qualquer autonomia relativa das classes despossuídas, subalternas e trabalhadoras”. O ponto central desta lógica de atuação se origina em uma transformação capita-

lista na qual, “burguesias nativas e burguesias centrais se fundem, transferindo da dominação de classe para o Estado (ou seja, para a dominação de classe através do Estado) o caráter de sustentáculo número um da existência, da continuidade e do desenvolvimento do capitalismo”. (*Ibid.*, p. 70)

Neste ambiente, toda vez em que houve uma tentativa de “irrupção dos pobres e oprimidos no circuito da transformação capitalista”, estes foram ignorados, reprimidos e aviltados. Apenas após a queda do Estado Novo, houve uma verdadeira eclosão das massas na arena política, que provocou uma prolongada instabilidade, levando ao golpe de 1964. Os grupos que lutaram a favor das classes trabalhadoras foram “brutalmente reprimidos, adulterados ou expostos a uma clandestinidade permanente”. (*Ibidem*)

O futuro da democracia brasileira não dependia da “abertura democrática” propagada pelo regime, mas sim, de uma organização política independente das classes trabalhadoras, da constituição de partidos próprios, que não fossem caudatários e instrumentais dos partidos burgueses – afastar “o trabalhismo, o socialismo ou o comunismo quer do papel de ‘massa de manobra’, quer da gravitação incessante em torno dos interesses estáticos da ordem burguesa”. (*Ibidem*)

Sendo assim, tais partidos deveriam chegar a um amadurecimento político suficiente para a constituição de partidos de classes e não partidos de massas que sucumbissem à mistificação de se tornar um partido de toda a sociedade, buscando, abstratamente, a “mobilização política”, a “participação da cultura cívica” e o “pluralismo democrático”. (*Ibid.*, pp. 72-73)

Para pulverizar o Estado autocrático burguês, o avanço da classe trabalhadora deveria ser firme, sem provocações, delírios e sem voltar a uma pseudopolítica de alianças.

A burguesia deveria ter sua primeira grande derrota “no plano político e [deveria] consistir no esfarelamento de qualquer forma de manifestação da ditadura de classe”, de forma que os partidos da classe trabalhadora devem aproveitar o máximo as possibilidades de crescimento do partido, ao mesmo tempo em que organiza uma outra frente clandestina para “não se sujeitar aos riscos da identificação do plano político com o plano eleitoral e da mistificação da ‘democracia’ como panacéia universal”. (*Ibid.*, p. 77)

Assim, os partidos não deveriam nascer como partidos da ordem, mas sim subverter a ordem a partir dos “padrões proletários de democracia econômica, social, cultural e política”; e, para isso, se faz necessária uma vinculação socialista que não se renda as alianças burguesas, uma vez que “as classes burguesas são o *inimigo natural*

e *principal* das classes trabalhadoras” e é através da luta “contra elas de modo intransigente, mas metódico, e calculado” que os trabalhadores poderiam organizar-se e adquirir presença política. (*Ibid.*, pp. 84-85)

A compreensão do potencial de luta é essencial para que os partidos compo-
nham seus programas de forma que eles correspondam “à capacidade de pressão
organizada dos setores mais avançados das classes trabalhadoras”. (*Ibid.*, p. 85)

Todas estas postulações nascem da compreensão do autor de que a contrar-
revolução havia iniciado sua rotação de declínio final e abriam-se, no momento,
oportunidades políticas que não se encontravam no passado; e “por mais que a
ingenuidade, a inexperiência política e a timidez os levem a evitar (provisoriamente)
a *polarização ideológica* e a *cruzada classista*, é da natureza das coisas que, para alcançar
seus objetivos e obter o apoio das massas operárias, terão de definir-se nas duas
direções”. (*Ibid.*, p. 87)

As eleições de 1982

No início dos anos 80, Florestan assistirá a reorganização dos partidos sob o
controle do governo militar; não se engajará na criação de nenhum partido e parece
manter-se bastante cético quanto aos partidos de esquerda que aparecem, como o
PT, partido ao qual ele só passará a integrar a partir de 1986.

Em um dos poucos registros teóricos que encontramos do autor no ano de
1982, seu manuscrito *O significado das eleições*, lemos:

1) em termos de programações logística político-militar = vitória do governo. Estes conse-
guiram a sua meta = a ditadura fez o país engolir a transição gradual e a sua rota na direção
da “universalidade constitucional” (o texto constituinte Frankenstein!) e da “democracia
que desejam”. (FERNANDES, 1982b, manuscrito)

No balanço que Florestan realiza, a vitória eleitoral alcançada pela ditadura sig-
nificou na verdade uma derrota política, na medida em que, para alcançá-la, o “sis-
tema” teve de alterar sua tática, pois o PP e o programa partidário sofreram uma re-
formulação na busca de um equilíbrio pelo centro dos principais grupos estratégicos.
A manobra realizada acabou por alienar da “ditadura uma parte solida e poderosa de
sua base social e criou o risco agora real de infundir ao PMDB uma estrutura defini-
tiva de partido de centro, como *partido da ordem*”. (*Ibidem*, grifos do autor)

O processo eleitoral foi convertido, na análise do sociólogo, em um fim em si
mesmo; não conseguiu desencadear um amplo processo de socialização política e
causou, por outro lado, “um impacto retroativo em setores mais avançados *em termos
de posição de luta política*, das classes trabalhadoras”. (*Ibidem*, grifos do autor)

Em relação aos partidos, Florestan aponta que “o PMDB ganha como partido de compromisso de classe, da democracia gradual e do congelamento do radicalismo”; mas dada a configuração de acirramento de luta de classes em relação com o mau andamento da economia, era de se esperar que “o que as eleições não fizeram, os processos políticos reais terão de fazer = e provavelmente, irão fazê-lo de modo relativamente rápido. *O povo, que não foi esclarecido = cobrará a conta = não da ditadura, mas da oposição*”. (*Ibidem*, grifos do autor)

Em relação ao PT Florestan avalia que, ao contrário das análises correntes, o PT, sim, sai com vantagens líquidas:

só que não está em face do “radicalismo ideológico”, mas de como fomentar a independência de classe, a consciência teórica dos trabalhadores e suas lutas sociais e políticas = ceder ao impulso eleitoral e aceitar *suas tarefas políticas* = que são as tarefas do proletariado. Ou converter-se em equivalente do antigo PTB. (*Ibidem*, grifos do autor)

Trata-se, provavelmente, de uma das primeiras análises em que Florestan se refere diretamente às possibilidades do PT e já expressa uma posição de que o partido deveria cumprir as funções de um partido socialista. No entanto, o mais importante a ressaltar é que o Partido dos Trabalhadores aparece como única possibilidade para a esquerda – ainda que não passe de uma possibilidade –, pois a avaliação que o autor realiza sobre o PDT e o novo PTB é aniquiladora:

O PDT firmou-se em suas posições e ganha massa de manobra política = mas seu socialismo serve a cabeça do proletariado em uma salva de prata no altar do capitalismo reformado e da *democracia civilizada*. O PTB é água, a fisiologia sem máscara = sumiu até a demagogia populista. O que ficou = o puro tráfico de influência política *valida!* (*Ibidem*)

A frase com a qual finaliza o manuscrito não deixa lugar à dúvida da posição que Florestan visualiza como a mais acertada: “**FUTURO** = mais do que se pensa, na estratégia do socialismo revolucionário como alternativa. Não surgiu **OUTRA!**” (*Ibidem*)

Retomando a contextualização do momento, na entrevista para *Em Tempo*, Florestan ressalta que houve, de fato, ao final do processo de manipulação dos partidos, um processo no qual “o poder real das classes possuidoras foi, apesar das aparências, reduzido e relativizado. Embora por vias canhestras, soltou-se e cresceu um espaço comum a todas as classes, dentro da ordem burguesa e através dele desprendem-se certas tendências à universalização da cidadania e da justiça social”. (FERNANDES, 1982c, s/p)

Esta leitura de Florestan é importante, pois indica que suas análises estavam acompanhando o andamento do processo histórico. Diferente do que possa ter sido afirmado sobre a visão dogmática do autor em relação à abertura, em vários mo-

mentos, Florestan aponta para possibilidades de mudanças, ainda que no momento seguinte venha a ter grandes decepções.

A situação que o Brasil vivia em 1982 era, para o autor, a típica situação de transição da sociedade de classe, “quando uma massa maior de trabalhadores por condições sociais, materiais e políticas conseguem enfrentar a supremacia burguesa em alguns níveis e forçam o seu espaço político próprio para deixar de ser uma mera cauda eleitoral da burguesia”. (*Ibidem*)

Em contraposição, as classes dominantes tentam alargar suas bases políticas e criar instituições fortes; o que, na América Latina, leva a uma difícil tarefa que até então não tinha sido realizada pelas ditaduras militares. As classes dominantes, do Brasil em particular, estavam com dificuldades em rearticular um novo equilíbrio com os militares. (*Ibidem*)

O impasse no qual as classes dominantes acabaram chegando criava um clima altamente esperançoso no sentido de uma democratização efetiva, pois as várias posições divergentes abriam campo para um avanço das classes trabalhadoras. Mas, sempre buscando manter o realismo, Florestan ressalva: “o mal das esperanças é que elas, por si mesmas, não movem a história”. (*Ibidem*)

O sociólogo finaliza a entrevista apontando a necessidade da criação de partidos políticos próprios das classes trabalhadoras, no intuito de desenvolver sua autonomia de classe e formar vanguardas operárias políticas com capacidade de liderança. No entanto, era necessário evitar a todo custo que se perdesse a autonomia dos movimentos operários e sindicais em troca das utópicas “colaboração de classe” e democracia “de cima para baixo”.

Ou seja, estes partidos das classes trabalhadoras não poderiam nascer e crescer como partidos da ordem e, para isso, deveriam vincular-se ao socialismo proletário e à luta de classes que existiam no momento: “sem conteúdos socialistas nítidos e firmes, os partidos operários oscilariam facilmente para a submissão dócil, o aburguesamento das lideranças e a consolidação política como recurso de sobrevivência, deixando as classes trabalhadoras entregues a si próprias e sem bússola política”. (*Ibidem*)

Para o autor, tratava-se do declínio final da contrarrevolução; mas para garantir uma mudança efetiva em nível estrutural, era necessário que os movimentos sociais se tornassem dinâmicos o suficiente para cumprir uma função positiva neste processo.

As Diretas-já!

No primeiro artigo em que trata do tema – *Significado político das eleições diretas* – o autor fala da importância de qualquer movimento de massa naquele momento, mas aponta com certa desconfiança para o fato de setores vinculados à ditadura participarem do movimento pelas Diretas. Setores estes com interesses que condicionavam as suas posições na luta política, sendo “nesse nível que o apoio às eleições diretas é mais ambíguo e a tentativa da ‘transição por dentro do regime’ ou mediante uma ‘conciliação segura’ se mostra mais forte”. (FERNANDES, 1986, p. 202)

Com a mesma precaução, acautela: “As eleições diretas não são uma poção mágica”. Contudo, apresenta uma eficácia imediata ao fomentar o fim da ditadura e abrir novos caminhos na construção de uma nova sociedade política. (*Ibid.*, p. 195) Era visível, para o autor, que parte da burguesia se mobilizava de forma “politiqueira”,¹ armando um engodo que levaria à despolitização das massas populares para que eles pudessem agir conciliatoriamente através da democracia “dos mais iguais”. Assim, às vésperas do debate das eleições diretas, Florestan alertava que boa parte da burguesia se mobilizava para compor o que chamou de uma “transição política barata”, ou seja, “uma substituição gradual sem traumas ou o menos traumática possível do regime existente” através da típica conciliação que deglute as mudanças sociais profundas. (*Ibid.*, p. 207)

Tal preocupação já vinha sendo alimentada desde as Greves do ABC e principalmente no momento imediatamente posterior: a ditadura tentava gerar um “oposto idêntico”, através de sua institucionalização como governo civil, criando uma democracia saída de sua própria costela. (*Ib.*, 1982, p. 8)

Assim, “na verdade, a ‘política de abertura’ *cede para não dar* e o que ela oferece de palpável, de imediato e no futuro, nada tem de comum com o regime democrático exigido pelas transformações em processo da sociedade civil”. (*Ibid.*, p. 35)

Ao final do processo, Florestan passa a considerar o momento das Diretas como um marco autêntico da sociedade civil e que acaba por demonstrar, através do veto parlamentar, os limites da abertura: o quanto os militares não cediam aos menores riscos e o fato de que não estavam tão debilitados assim.

A sociedade civil de fato estava crescendo e se movimentando no sentido de resolver “as questões pendentes”, mas, para Florestan, este crescimento seria insuficiente para incorporar a massa de milhões de oprimidos e explorados ao processo.

1 A princípio Florestan utiliza os termos “politiqueiro” e “politique” para referir-se a política profissional de gabinete, que visa acordos pelo alto, o equivalente a “pequena política”. Mais a frente o autor passa a usar o termo “politicismo” com o mesmo sentido, como podemos verificar em: *O politicismo burguês* (1986). In: *Ib.*, 1989, pp. 16-19.

Além disso, havia setores da esquerda ao centro que aceitavam uma liberalização outorgada e, somando as posições, “se a sociedade civil não for movida pelas dissensões, aspirações e conflitos das massas de oprimidos e deserdados, ela tenderá a recompor-se e a renovar-se ‘a partir de cima’, sob a ritualização do Estado constitucional e da república democrática”. (*Ib.* 1982, pp. 3-4)

Florestan compreende que “a sociedade civil existente no Brasil incorpora morfológicamente milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres. Porém, ao mesmo tempo, castra-os socialmente”. (*Ib.*, 1989, p. 31) Estas pessoas, apesar de serem parte da sociedade civil morfológicamente, não possuem voz ativa dentro desta, e possuem uma oposição sistemática das classes dominantes, de forma a reduzir o máximo a participação efetiva deste imenso contingente.

Frente a este quadro, o autor entende como parte necessária de uma efetiva democratização a construção de uma “sociedade civil transitória”, que seria a construção de uma “democracia ampliada”; em outras palavras, a efetivação de uma “revolução dentro da ordem” como passo inicial. Cabe aos trabalhadores, aos “que sempre foram tratados como ‘inimigos da ordem’ e sempre foram excluídos da sociedade civil”, adotarem como saída a construção de “uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e antiimperialista à emergência e à vitória do socialismo”. (*Ib.*, 1987, p. 113)

Sendo assim, a democracia ampliada para Florestan era vista como passo necessário, mas não um fim; por isso trata-se de uma “sociedade civil transitória”. As possibilidades do país caminhar naquele momento para uma democracia ampliada apoiavam-se no fato dos “oprimidos [erguerem] os punhos porque não tinham voz na sociedade civil e não possuíam peso em um Estado que os excluía, os odiava e os martirizava”. (*Ibidem*)

As Diretas passaram a serem vistas pelo autor como um reflexo do processo no qual os oprimidos “saíram sozinhos do fundo do poço e quebraram todas as barreiras que o despotismo dentro da empresa, dentro da comunidade local, dentro da sociedade civil e dentro do Estado levantava à sua insurreição muda”. (*Ib.*, 1986, p. 79)

Sociedade civil não civilizada

Florestan aponta que a cidadania desenvolvida sob um capitalismo em sua formação clássica, possibilitou o “aparecimento dos operários que haviam sido mestres; e, mais tarde, tornaram-se técnicos, operários qualificados (além de comerciantes e capitalistas), o que elevou o nível de exigência e de consciência do trabalhador”. Será através da movimentação de uma burguesia que “busca realizar-se, num curto

período de tempo, passando de classe revolucionária para classe dominante e de classe dominante para classe reacionária”, que se dará a “cristalização de um poder popular, da cidadania como uma forma de afirmação de pessoas que a revolução burguesa renegou” e, desta forma, fazendo com que a cidadania “fosse conquistada pela pressão da própria camada social excluída”. (*Ib.*, 1994, p. 184)

Assim, nestes países “onde a revolução burguesa se aprofundou e se alargou, isto foi produto das pressões dos despossuídos”, da ação das classes trabalhadoras; frente a isso, a burguesia precisou consentir “em que a revolução democrática constituísse um processo histórico multipolarizado ou pluripolarizado”, implantando uma democracia que é ampla devido a participação popular. Esta participação, por sua vez, foi tolerada pela burguesia para conter a radicalidade das ações populares. (*Ibidem*)

Contudo, “nos países em que as classes dominantes foram rígidas demais, a maré montante transbordou e apressou o colapso da ordem existente, apenas parcialmente uma sociedade civil em sentido estrito” e dentre estes países de classe dominante rígida, encontra-se o Brasil, onde a burguesia nacional não precisou recorrer aos trabalhadores como forma de efetivar, ou levar à frente, uma “modernização” nacional. Esta debilidade da burguesia nacional só poderia ser superada pelas massas populares e as vanguardas das classes trabalhadoras. (*Ib.*, 1982, p. 4)

Esta ampla camada deve reivindicar seu espaço na sociedade civil, deve agir ativamente reivindicando um projeto nacional voltado para a satisfação de suas necessidades, fazendo com que a burguesia se veja obrigada a conceder parte de seu poder de ação.

É importante notarmos que, ao diferenciar o processo histórico que compõe a sociedade civil no caso clássico e no caso brasileiro, Florestan não faz mais do que afirmar, por outro ângulo, o problema da autocracia burguesa como estrutura histórica no Brasil.

Em resumo, a posição de Florestan é a de que, estruturalmente, o fluxo do poder no Brasil é descendente, na medida em que a estrutura histórica da autocracia burguesa concentra o poder no “topo” por vias extras econômicas – inclusive a policial-militar –; assim, retira ao máximo a autonomia da sociedade civil para que possa efetuar a manutenção da subordinação do país aos países centrais, mantendo-se, enquanto a burguesia nacional, como associada menor do capital internacional e, assim, perpetuando a situação de dependência econômica estrutural que sacrifica a nação em nome de interesses particularistas e imediatistas.

Para Florestan a ideia de voltar à democracia “é uma balela”, na medida em que nunca houve de fato uma democracia no Brasil, uma democracia efetiva implantada de baixo para cima como desdobramento das lutas intestinas de uma sociedade civil:

Isso de dizer ‘vamos voltar à democracia’, como muitos fazem, é uma balela. Antes, não havia uma democracia na qual as classes trabalhadoras tivessem peso e voz, que agora são reivindicados. Esta foi uma alteração substancial. Há o início de um processo. É por isso que afirmo que as eleições diretas não serão um ‘abra-te sésamo’. Não resolverão tudo. Nós vamos criar condições para que as soluções apareçam e soluções que nunca foram utilizadas”. (*Ib.*, 1986, pp. 188-189)

No mesmo sentido em que busca desmistificar a sociedade civil, deixa também claro que o sufrágio, como direito político, não é, por si, suficiente para uma integração automática, nem equivale, necessariamente, à “abolição das ‘prepotências’ e ‘injustiças’ arraigadas, por obra – ou seja, por conta e risco – dos oprimidos”. (*Ibidem*)

Seria necessário, para o autor, aproveitar esse início, esse “despertar” da classe trabalhadora que fez as Greves e que se preparava para um comício de mais de um milhão de pessoas, para romper com a subordinação desta classe, abrindo um espaço que incluísse sua efetiva participação econômica, política e social.

Um dia antes da votação das eleições diretas escreveu: “Toda a oposição sabe perfeitamente que a emenda só é decisiva para o Congresso e que ela não arromba as portas que já estão abertas”. Ou seja, se a emenda fosse derrotada, para Florestan, “ela cumpriu o seu fim e quem perdeu a oportunidade política terá sido o ‘Planalto’, com o seu partido vassalo, o PDS, e as chamadas ‘forças da ultradireita’”; por outro lado, “se for aprovada, o Congresso terá correspondido à pressão popular e avançado no sentido de afirmar-se como um poder respeitável e independente” e não se deveria “menosprezar o que a aprovação da emenda representa como união das reivindicações das lutas travadas em conjunto pela massa mais ativa da população e a ‘classe política’”. (*Ibid.*, p. 184)

O que havia de mais importante no movimento das *Diretas Já* era a participação popular. Obviamente que a resolução na Câmara tinha uma importância política, porém, esse não deveria ser o ponto principal do processo, mas sim o “imenso confronto de massa popular que a ditadura acabou desencadeando contra si mesma [...] o desencadeamento popular da revolução democrática”. (*Ibid.*, p. 186)

A avaliação de Florestan sobre a não aprovação da emenda Dante de Oliveira só chegará efetivamente no dia 5 do mês seguinte, em um artigo fundamental sobre o tema, e no qual o autor rejeita uma interpretação de derrota do povo que foi às ruas. A derrota para ele é, sobretudo, parlamentar: “em troca de uma ‘derrota parlamen-

tar’ ganhamos um exército pronto para o combate político”, afirma. Afinal, a ditadura havia sido batida “dentro do campo da ordem ilegal que ela forjou”. (*Ibid.*, p. 179)

Impõe-se assim, a separação entre o processo político levado a cabo na Câmara e a massa que se mobilizou. Na Câmara, a votação clarificou, segundo o autor, “como a ordem ilegal ditatorial passa por dentro dos partidos e do Congresso Nacional, neste momento de crise aguda da República institucional”. (*Ibid.*, p. 180)

Como já destacamos anteriormente, a emenda foi importante ao permitir o ataque de flanco já que o medo impedia um ataque frontal e forçou que os partidos saíssem do imobilismo, também, nesse sentido, sai vitoriosa. Para o autor, o novo momento exigiria, portanto, uma nova equalização das forças políticas, na qual os adversários de uma revolução política, “os donos do sistema”, tentarão negociar uma emenda que lhes permita continuar no poder e, por outro lado, “os representantes mais articulados da grande burguesia nacional e estrangeira aspiram a uma ‘conciliação nacional’ que aliará os ‘pombos do regime’ aos políticos ‘esclarecidos’ e ‘éticos’ do PMDB e do PDS, numa marcha-à-ré impossível à década de 1950”. (*Ibidem*)

Neste jogo de previsões dos desdobramentos finais para a “nova República”, Florestan compreende que naquele ponto, “as massas que deram peso e voz a partidos enquadrados e ventríloquos [...] não suportarão qualquer recuo, ambiguidade e, em particular, qualquer coisa que pareça traição política”; porém, nem bem completados três meses da publicação destas afirmações, o sociólogo pinta um quadro bem mais opaco em relação ao futuro da luta na “nova República”:

O Brasil passou rapidamente da situação histórica de um país no qual parecia que tudo pode acontecer para outro no qual prevalece um apodrecimento conjuntural. A ordem ilegal forjada pela ditadura não foi estilhaçada. Ao contrário, está sendo brilhantemente conduzida a um impasse artificial, pela colaboração dos principais talentos políticos do governo do PMDB e do PDS. Desse impasse, um acordo de cavalheiros permitirá – se não houver riscos aos interesses burgueses e se se calarem os “radicalismos” – repescar a transição gradual, pacífica e segura que esteve no cronograma político-militar dos dois últimos governos. É fabuloso! (*Ib.*, 1986, p. 163)

“Fabulosa” é também a maneira como as alternativas ficaram nas mãos do regime em liquidação, caminhando para uma aliança-liberal que geraria, na compreensão de Florestan, “um penoso recomeço das classes possuidoras, de suas elites políticas e das ‘forças revolucionárias’ da grande burguesia”. Afinal, foi possível, sim, dar marcha-à-ré, e para além dos anos 50: “uma ‘aliança liberal’ poderia ter sentido em 1930. Hoje é uma irrisão, um salto para trás de meio século”. (*Ibid.*, pp. 164-165)

Nesse momento, inaugura-se uma nova fase do processo da “abertura”, em que “às esperanças das grandes manifestações cívicas, sucedeu-se um apagado e desalentador quadro político”. (*Ib.*, 1986, p. 150) No final das contas, a ditadura poderia ter perdido batalhas, mas, no geral, sai vitoriosa: conseguindo bloquear o desenvolvimento de uma democracia autêntica, dos de baixo, contando com uma oposição que descobriu “os meios para tornar o bloqueio uma manobra encoberta de defesa da ordem e, ao mesmo tempo, rerepresentar-se como a única saída possível”. (*Ibid.*, p. 149)

É, desta forma, arquitetada a “nova República”, através de um acordo que busca evitar o que o então deputado Ulisses Guimarães declarou: “as convulsões sociais estão aí”. Florestan lembrará várias vezes esta fala de Ulisses, a quem apelidou de “mister Diretas já”: “era a resposta da insatisfação popular ao regime; ou tomavam uma iniciativa rápida para restabelecer o equilíbrio ou se defrontariam com a rebelião”. (*Ib.*, 1994, p. 128)

O episódio configura-se, uma vez mais, como a manutenção da contrarrevolução, um continuísmo “na esperança de que da costela da ditadura nasça o seu complemento político, a apregoada ‘democracia pela qual sempre ansiamos’” (*Ib.*, 1982, p. 8): “Nada de revolução democrática de conteúdo proletário e de base popular. Se o controle burguês do Estado colide com a revolução democrática, pior para a democracia... Pois a ditadura militar não é a única via de preservação ou reciclagem da autocracia burguesa”. (*Ib.*, 1986, p. 165)

A ditadura conseguiu, assim, dar um passo importante para a realização da grande façanha de “atravessar a tormenta sem perder a capacidade de usar o Estado para fins privados e com a certeza de que uma nova política econômica autodefensiva poderá ser garantida *apesar de tudo*”. (*Ib.*, 1989, p. 81, grifo do autor)

A transação

Uma vez desbaratada as eleições diretas era necessário que o Sistema desse continuidade à abertura “gradual e segura”. Assim, seria realizada a troca do governo militar para o civil através de uma eleição indireta, por um Colégio Eleitoral: realizar-se-ia uma nova constituição durante este governo indireto, para assim *ceder* o direito ao sufrágio universal.

Para os militares, atender às Diretas em 1984, ou seja, dobrar-se à vontade popular, era algo impossível devido à presença de um “fantasma” de 1964: O governador Leonel Brizola.

A estratégia dos militares foi, então, a de apresentar, através do deputado Marchezan, uma emenda para desarticular a emenda Dante de Oliveira e rachar a esquerda, transferindo as eleições diretas para 1989 e dando tempo para que os partidos se organizassem para o pleito.

Inaugura-se, assim, a fase central do processo de institucionalização da contrarrevolução; é o chamado pacto político “oferecido pela Aliança Democrática, pela ‘Nova República’ e sacramentado por Tancredo Neves”, em que os trabalhadores deixam de ser parte do processo e acabam se tornando objeto de barganha política. Procedimento que “visava salvar o capital de uma catástrofe econômica e a ordem política de uma comoção violenta, de consequências imprevisíveis”. (1986, p. 27)

É a efetivação da possibilidade mais antidemocrática que Florestan tratava de alardear durante todo processo de distensão e abertura:

O que existe de mais parecido com o regime de ditadura – que não foi batido e liquidado, mas incorporado a um pseudo-“Estado de direito”, construído a quatro mãos por chefes militares, líderes políticos conservadores, partidos da ordem e o grande capital nacional estrangeiro – é a “Nova República”. (*Ib.*, 1989, p. 44)

Em outras palavras, “não existe democracia, porém palavrório democratizante”, uma vez que “os de cima não podem oferecer aos de baixo aquilo que eles sequer logram dividir entre si”. É com o início da *nova República* “que tivemos a mais clara definição política das improbabilidades da democracia”. (*Ib.*, 1986, p. 27)

Através do Colégio Eleitoral, desenvolveu-se um pacto conservador “que o jornalista Jânio de Freitas chamou ‘pacto transado’ – houve uma transação em torno do pacto”. Pacto que reuniu amigos e inimigos, e no qual “uma parte da ditadura, através dos chefes militares que eram ditos civilizados”. (*Ib.*, 1986b, s/p)

Deste pacto transado nasce, segundo o autor, um governo enfermo e que não teve seu presidente eleito e, segundo Florestan, para sorte do próprio Tancredo Neves: “ele faleceu antes de ter que enfrentar essa composição que ele engendrou e nós nos vemos dentro de um regime que se proclama democrático, mas que abriga em seu seio um dispositivo militar que toma decisões capitais, inclusive sem máscaras, sem nenhuma mistificação ou ocultação”. (*Ibidem*)

Os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, após anos de censura imposta e de autocensura, passaram, durante toda a ditadura e em especial no período da abertura, a ocupar cada vez mais espaço nas tomadas de decisões políticas. O processo da eleição de Tancredo Neves serve, para o sociólogo, como exemplo de que, através dos meios de comunicação de massa, se desenvolve “uma farsa para legitimar a eleição através do colégio eleitoral”, montando-se um “processo de

campanha política paralela” que legitima “em termos de atividade de massa uma candidatura que foi escolhida por meio escuros”. (*Ibidem*)

Tancredo Neves encarnava, para Florestan, a representação do pacto conservador; tendo, a seu ver, “uma margem de manobra e de liberdade política que nenhum outro governo brasileiro desfrutou”, porém, tal margem de manobra, baseada em compromissos de múltiplas direções, era, por esse mesmo motivo, limitadora, uma vez que um passo em falso criaria “problemas políticos”. (*Ibidem*)

O político mineiro havia participado marginalmente nas mobilizações pelas eleições diretas, “seu ‘realismo’ político e sua tradição de político conciliador o haviam deixado à margem de uma campanha que julgava impraticável, pela dificuldade de obtenção de 2/3 no Congresso”. O novo presidente surgia como o homem certo para estar à testa uma “rendição pacífica”. (*Ib.*, 1986, p. 41) Tratava-se de “um político conservador, muito hábil, que soube tecer o caminho até o poder, usando as armas que os adversários puseram ao alcance de suas mãos”. (*Ib.*, 1989, p. 163)

Mas, dentre as qualidades pessoais interessantes para a burguesia, Florestan levanta a possibilidade de sua grave doença ser a mais atrativa, pois seu eventual substituto seria José Sarney. Este único fato, a escolha de Sarney para ser o eventual substituto, já era, em si, uma escolha clara, uma vez que ele “havia ocupado vários cargos sob a ditadura, tem uma biografia conhecida demais para que se possa ter ilusões a seu respeito e merece o qualificativo que eu costumo aplicar à figura dele, que é o de grão-vizir da ditadura”. (*Ib.*, 1994, pp. 134-135)

Foi justamente José Sarney que se tornou “o presidente político da transição e, portanto, o principal instrumento de colaboração do setor civil com o setor militar. Era uma composição perfeita para que a transição caminhasse devagar”. (*Ibid.*, p. 135) Esta “continuidade natural entre o atual governo [Sarney] e os governos anteriores” era, em termos históricos, o “pior caminho”; pois retirava “do povo, da massa popular e das várias forças que se organizaram ao longo desses vinte e um anos a capacidade de abrir para o Brasil uma saída de imediato mais ampla”. (*Ibid.*, p. 164)

Cria-se uma realidade dramática, “que resultou de um movimento extraordinário, um dos movimentos mais belos na história do Brasil”: passa-se de um alvo grandioso para um resultado melancólico, devido à “iniciativa das elites das classes dominantes”. (*Ib.*, 1986b, s/p)

O pacto transado fechava, assim, a possibilidade de uma ruptura levada à frente via as amplas manifestações que começaram a ser retomadas a partir das greves do ABC. Formalizou o fim da “abertura democrática” e o nascimento da “nova República”, coroada pela figura de José Sarney.

Não se tratava do “fim da história”, mas, do Pacto em diante há progressivamente uma acomodação da radicalidade do processo que envolve as massas e para efetivar uma ruptura com a “ordem ilegal”. A situação política “se alterou rapidamente para ajustar-se ao quadro atual das relações e conflitos de classes (pois cessaram muitas interferências inibidoras e “constrangimentos” paralisadores, impostos artificialmente pela ditadura)”. (*Ib.*, 1986, p. 64)

Dentro deste quadro, o comportamento e estratégias das organizações, incluindo sindicatos e partidos, arrastaram-se “com evidente timidez, como se os avanços realizados fossem automáticos e não exigissem correções profundas de rotas pre-estabelecidas, eliminação de dogmatismos esdrúxulos e ultrapassagem de técnicas superadas de atuação política”. Foi “somente a extrema-direita” quem manteve aceso “o seu facho”, uma vez que conservou “muitas posições vantajosas para tentar a reconquista do poder”. Este pacto político dá corpo a um quadro confuso e anêmico “no qual não se chega a dar um passo à frente e já se deu dois passos atrás”. (*Ibid.*, p. 65)

Para nosso autor, a sociedade civil ficou perplexa, uma vez que o alvo político que almejavam as organizações e forças sociais – ou seja, a derrocada da ditadura – esfumou-se, dificultando assim, os “ataques aos alvos construtivos de uma revolução democrática de forte conteúdo proletário e popular”. (*Ibidem*)

Ao realizar tal balanço, declara que “os marcos de referência da luta de classes e, por conseguinte, da luta política se deslocaram substancialmente”. A nova quadra histórica traz em seu bojo “as transformações silenciosas da estrutura da economia e da sociedade civil”; entram em cena “novas forças sociais e novas exigências de luta política organizada”. O que não significava a garantia de que as classes dominantes conseguiriam conduzir este novo processo da forma que lhes apetecesse, mas era necessário que as “forças da esquerda” se readequassem a este novo panorama “antes de manter compromissos dúplices, de fugir a alianças de classes corretas ou de cultivar uma tradição pseudopopulista, a qual converte as classes trabalhadoras do campo e das cidades em cauda política da burguesia”. (*Ibidem*)

Se até aquele momento “o regime ditatorial concedeu (sem o querer) amplo campo ao florescimento e à eficácia do espontaneísmo, das ações improvisadas e mais ou menos desordenadas pelas quais os de baixo abriram os espaços que foram conquistados”, o novo momento que se inaugurava exigiria mais das organizações de esquerda. Naquele momento, a burguesia voltava à cena com maior dinamismo

e uma capacidade de cooptação generalizada que são, em si mesmos, mais perigosos para o movimento sindical e proletário que as ameaças da extrema-direita, os rumores de um

novo golpe, o imobilismo do governo, a traição do PMDB e do PFL ao “programa tancredista”, o envolvimento do presidente José Sarney e de outros políticos “liberais” na criação de um forte partido de centro-direita, etc. (*Ib.*,1986, p. 66)

Cumpria, agora, que as “forças da esquerda” evitassem o que “os de cima” pretendiam e estavam conseguindo fazer: “colocar na praça seu velho produto, a ‘democracia à brasileira’”. Estava em jogo “vencer o ‘legalismo’, banir o aburguesamento do movimento político do proletariado nas cidades e no campo”. Cumpria estabelecer uma democracia aos “proletários e os humildes” que lhes garantissem “a liberdade maior de ser gente, de ter peso e voz na sociedade civil, de exercer controles sociais diretos e indiretos sobre a composição e o rendimento do Estado”. (*Ibid.* 67)

Considerações Finais

Ao contrário do que possa parecer, a posição de Florestan não nega que houve avanços, mas afirma que tais avanços não ultrapassam “os limites que ele poderia ter atingido por outras vias, mais construtivas para uma verdadeira transformação democrática da sociedade brasileira”.(*Ib.*, 1989, p. 164)

A ditadura, ao efetuar o golpe, havia unificado a burguesia, enquanto as pressões populares, juntamente com a crise econômica provocada pelo fim do “milagre”, levaram à quebra desta unidade. Ao realizar a estratégia de manipulação partidária, a ditadura se desloca estrategicamente para uma retaguarda bastante saliente e arma, via pacto, uma recomposição de forças. Esse recuo da ditadura foi um avanço para a esquerda, pois “um governo nascido de uma composição de forças não tem as mesmas facilidades e autodeterminação que o regime que resultava de uma ditadura militar”.(*Ib.*, 1986, p. 93)

Por outro lado, considerava naquele momento histórico que, levando em conta os processos da classe trabalhadora durante o Estado Novo que criou “um padrão burguês de paz social” e “que instaurou o sindicalismo pelego, ligado ao Estado”, e a ditadura de 1964 – na qual “as classes trabalhadoras foram privadas de meios de autoemancipação coletiva que pudessem organizar as suas lutas” – houve um avanço concreto da perspectiva da esquerda durante os últimos anos, principalmente no que diz respeito à “renovação que se deu no movimento sindical” e à “tentativa de criar mecanismos capazes de unificar a ação dos sindicatos”.(*Ib.*, 1986, 68)

O problema é que, apesar do avanço da classe trabalhadora ser considerável, “ele desemboca no vazio porque neste momento as classes dominantes podem ocupar todo o seu quadro de dominação institucional e as classes trabalhadoras possuem ainda meios fracos de autoafirmação”. (*Ibid.*, p. 94)

O fato é que, ao levar a transição do regime para a via parlamentar, as classes burguesas levam muitas vantagens relativas: “quer dizer, os meios de autoemancipação da classe trabalhadora têm de ser criados agora, nestas condições”. Frente a isso, as classes burguesas ficam inseguras, mas possuem a sombra dos militares para casos de urgência e o problema principal que se desenha é que, “por sua vez, as classes trabalhadoras não estão avançando com ritmos muito intensos, em uma velocidade compatível com as exigências da situação. É uma velocidade pequena em relação ao seu potencial exatamente pela carência de instrumentos institucionais”.(Ibidem)

Sob a ditadura, os partidos de identidade operária estavam com seus campos de ação limitados e, em muitos casos, – por exemplo, no caso do PCB e do PCdoB – “mais preocupados com a conquista da legalidade e ainda presos a um esquema, por causa deste objetivo, de colaboração de classes”. Em relação ao PT, naquele momento, Florestan afirmava que ele não tinha definido “claramente qual é o eixo principal de sua esfera política, qual é o socialismo do PT”.(Ibid., p. 95)

O desdobramento político que a situação de então, com o surgimento de outros partidos e a luta entre eles, poderia favorecer o fortalecimento da classe proletária; assim, “estes partidos têm de atentar agora para a natureza da situação: o que eles devem fazer não segundo a estratégia do poder burguês mas a partir de uma perspectiva proletária”. A previsão do autor era de que a “competição partidária” iria “naturalmente compelir estes partidos a uma proletarização de seu horizonte político, vai obrigá-los a se desprenderem ou de uma visão de cauda política da burguesia ou então de uma versão empobrecida de socialdemocracia”.(Ibidem)

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.

Referências Bibliográficas:

- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. O significado das eleições. Manuscrito. 08 dez. 1982. Colesp-UFSCar – Fundo Florestan Fernandes. 1982b.
- _____. A ditadura em questão (1982). In: *Em Tempo*, 23 mar. 1982. Colesp-UFSCar – Fundo Florestan Fernandes. 1982c.
- _____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Palestra de Lançamento da Campanha de 1986 na Fundação Santo André. Em . Acervo particular prof. Antônio Rago Filho, 1986b.
- _____. Nós e o marxismo. In: CHASIN, J. (org.) *Cadernos ensaio: Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *A constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da Era Atual*. São Paulo: Hucitec, 1994.

ARTIGO

ANÁLISE DA AÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES
DA MINERADORA VALE S.A. NA REGIÃO SUDESTE
BRASILEIRA

Resumo

Após sua desestatização, a Companhia Vale do Rio Doce passou a apresentar um aumento significativo de sua lucratividade, tornando-se uma das maiores empresas de mineração do mundo. Mas, ao mesmo tempo, também se acirraram os conflitos trabalhistas dentro dela. O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar algumas características da ação sindical frente à empresa Vale S.A. ao longo de sua existência. Através de revisão bibliográfica e de pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas informais e questionários, realizamos um estudo de três sindicatos da atividade de mineração da região sudeste do Brasil: Sindimina (RJ), Metabase Inconfidentes (MG) e Metabase Itabira (MG). Para esta análise selecionamos duas dimensões da ação sindical: a direta e a vinculada à sociedade. Pudemos aferir que desde a privatização os sindicatos vêm perdendo sua força de negociação e, buscando se fortalecer frente a uma “nova” empresa, redesenham suas estratégias de luta, procurando atuar também junto a movimentos sociais e em redes sindicais no Brasil e internacionalmente.

Palavras-Chave:

Sindicatos; Mineração; Vale S.A.; Movimentos Sociais.

Abstract

After its privatization, Companhia Vale do Rio Doce is now presenting a significant increase in profitability, making it one of the largest mining companies in the world. But at the same time, also incited labor conflicts within it. The aim of this study was to describe and analyze some characteristics of industrial action against the company Vale S.A. throughout its existence. Through literature review and qualitative research, through informal interviews and questionnaires, we conducted a study of three unions of mining activities of southeastern Brazil: Sindimina (RJ), Metabase Inconfidentes (MG) and Metabase Itabira (MG). For this analysis we selected two dimensions of union action: direct action and union committed to the society. We could infer that since privatization the unions are losing their bargaining strength and seeking to strengthen against the “new” company, redesign their strategies of struggle, seeking also act on social movements and trade union networks in Brazil and internationally.

Keywords:

Trade Unions; Mining; Vale S.A.; Social Movements.

* Pesquisadora no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/Unicamp) e estudante de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/SP).

Introdução

Este artigo apresenta os dados finais da pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Estado do Rio de Janeiro. Na referida pesquisa foi problematizada as atuais condições de trabalho dos empregados da empresa mineradora transnacional Vale S.A., outrora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no atual contexto da mundialização da economia e frente ao êxito da empresa no mercado global, para então analisar a atuação de alguns sindicatos.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942, na cidade de Itabira, no estado de Minas Gerais (MG), com os requisitos de um negócio estatal de interesse estratégico e visando produzir para a exportação (MINAYO, 2004). A face paternalista emprestada pelo Estado apresentava a Companhia como portadora de objetivos sociais, levando a classe trabalhadora a tirar partido desse ideal, reapropriando-se da ideologia da empresa a seu favor. Desse modo, quando a produção decrescia (no sentido de que as demandas internacionais diminuíssem), o quadro de empregados apresentava certa rigidez, isto é, decrescia menos e, inclusive, tendia a se estabilizar. Logo, os trabalhadores nessa época, apesar da alta fiscalização hierárquica a favor da produção, não eram dispensados, ocorrendo demissões só em situações julgadas de alta gravidade, como no caso em que o empregado tivesse cometido uma agressão física.

A preparação para a privatização veio acompanhada de vários tipos de mudanças, não apenas de caráter jurídico-legal da CVRD, mas, sobretudo, na estruturação produtiva. Houve enxugamento da força de trabalho (fato inédito na história da empresa), com dispensa direcionada exatamente aos trabalhadores mais antigos, que adotaram, durante toda a trajetória, a ideologia da Vale-Mãe,¹ valorização maior da técnica e instituição de um regime de trabalho cuja filosofia se fundava na competitividade, na polivalência e no incentivo individual.

A efetivação da privatização da CVRD, em 1997, coroou o sentido das mudanças trocando o “dono” da empresa. O estado patrão, hipoteticamente representante dos interesses nacionais, foi substituído por um grupo de proprietários, cuja relevância foi simbolizada na palavra “lucro” em oposição à expressão “sentido social” (MINAYO, 2004).

1 Segundo dirigente do Sindicato Sindimina/RJ, essa ideologia é mencionada pelos trabalhadores remanescentes da época estatal, que hoje apelidam a empresa de “*Vale-madrasta*” em contraposição a expressão “*Vale-mãe*” da época em que era estatal.

Se no período estatal, a produtividade era incentivada pelo apelo ao sentimento cívico de gerar divisas ao país, hoje ela tem várias outras formas de ser requerida: recompensa econômica coletiva, grupal ou individualizada (através da participação nos resultados e/ou nos lucros); metas estabelecidas e controladas dia a dia, e, não menos importante, a ameaça velada de um mercado de trabalho excessivamente inflacionado, frente a uma demanda da empresa cada vez mais reduzida. Hoje, as admissões são parcimoniosas e não acontecem na proporção necessária nos momentos de crescimento da demanda,² e para cobrir necessidades eventuais a empresa usa o mecanismo das terceirizações.

Frente a este panorama, o objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar algumas características da ação sindical frente à empresa Vale S.A. Através revisão bibliográfica e da pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas informais e questionários, realizamos um estudo de três sindicatos da atividade de mineração da região sudeste do Brasil: Sindimina (RJ), Metabase Inconfidentes (MG) e Metabase Itabira (MG).

Este artigo está organizado obedecendo a ordem exposta na dissertação: iniciaremos apresentando um breve perfil dos sindicatos (1), da empresa (2), das condições de trabalho na Vale S.A (3), para, por último, apresentar a coleta dos dados empíricos (4), a análise dos mesmos (5) e as considerações finais (6).

Breve Perfil dos Sindicatos Estudados

Segundo dados do Instituto Observatório Social (IOS), em 2007, existiam 52 sindicatos, que representavam a diversidade de categorias profissionais verificadas na empresa: mineiros, ferroviários, engenheiros, administrativos, técnicos, dentre ou-

2 Segundo denúncias do Movimento dos Atingidos pela Vale (ORGANIZAÇÕES, 2010), apesar da imagem de sucesso, desenvolvimento sustentável, solidariedade comunitária e redistribuição social dos dividendos propagados pela empresa, a Vale mostra-se para seus trabalhadores e para as populações tradicionais atingidas, bem mais preocupada em ganhos e lucros de seus acionistas. Tãmanha “despreocupação” em relação aos seus empregados a fez demitir, em 2008, cerca de 2.000 trabalhadores diretos e 12 mil terceirizados no Brasil, de um total de 120 mil trabalhadores em todo o mundo, sendo a metade deles terceirizados, alegando, como justificativa a crise mundial. Entretanto, no ano seguinte, em 2009, a Vale dispunha em caixa o valor de US\$ 12,2 bilhões (cerca de R\$ 28 bilhões, ao câmbio de 2,30). Ademais, a empresa pagou aos seus acionistas neste mesmo ano US\$ 2,5 bilhões (cerca de R\$ 5,7 bilhões de reais). Segundo seu relatório de atividades, em 2008, a Vale pagou US\$ 33 milhões de dólares, equivalente a R\$ 77 milhões, a seis diretores executivos, resultando em quase 13 milhões para cada um, e gastou US\$ 2,1 bilhões de dólares (R\$ 4,8 bilhões de reais) em aquisições desde dezembro de 2008 (fábricas e minas na Colômbia, África, Argentina, Canadá e Brasil). É importante destacar que a empresa se instala, muitas vezes, em cidades pequenas, e passa a ter um papel central na economia da região. O medo do desemprego é latente e poderia ser a causa da existência de uma única greve ao longo de toda a sua história. Se na época da estatal, os trabalhadores se sentiam seguros gozando de uma “estabilidade”, fruto de um “acordo tácito” com a CVRD, com a privatização, o medo das demissões é bem forte.

tros.³ Parte pertencia a uma das tendências: CUTVALE, Renovação, União & Lutas e a diversas centrais sindicais. Os sindicatos tidos como “Independentes” atuavam organizadamente, não sendo filiados a uma central sindical. Entre os chamados Independentes estavam: a base dos Ferroviários do Espírito Santo e o Sindicato dos trabalhadores mineiros de Carajás, no Pará, que agregava trabalhadores na extração de cobre, ouro e zinco.

Para este estudo selecionamos três sindicados. O primeiro sindicato analisado foi o *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minérios no Estado do Rio de Janeiro* (Sindimina/RJ), criado em 16 de fevereiro de 1989 e filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde a época de sua fundação. É um sindicato que representa trabalhadores urbanos, empregados e de abrangência estadual. Atualmente representa os trabalhadores da Areiras, Companhia Baía Porto de Sepetiba (CPBS), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), Empresa de Mineração Tanguá (EMITANG), Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Mineração Brasileiras Reunidas (MBR) e da Vale S.A.

A relação entre o Sindimina/RJ e Vale foi classificada por um dos sindicalistas como passiva com confrontos pacíficos, onde em alguns momentos, se deu de forma enérgica, mas, na maioria das vezes, de forma conformada. As diversas diretorias adotaram esta postura em respeito aos empregados da Vale que assim o desejavam. O processo de privatização da empresa foi decisivo a adoção de tais posturas, pois “amedrontou” os trabalhadores que passaram a pensar nos riscos de perder o que tinham (VIEIRA, 2005).

Segundo os sindicalistas do Sindimina/RJ, a empresa Vale adota uma política muito legalista, dando sempre muito mais importância aos fatos jurídicos do que aqueles de caráter negocial e político das reivindicações nas negociações sobre acordos coletivos.

O segundo sindicato é o *Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Extrativas do Ferro e Metais Básicos e Atividades Econômicas Similares, Idênticas e Conexas em Extração do Ferro e Metais Básicos de Congonhas, Belo Vale e Ouro Preto* (Metabase Inconfidentes de Congonhas), localizado na cidade de Congonhas, no estado de Minas Gerais, e faz parte da Associação Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

O terceiro sindicato, *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento do Ferro e Metais Básicos e demais Minerais Metálicos e não Metálicos de Itabira e Região - MG* (Metabase Itabira), surgiu no dia 4 de

3 INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Estudo preliminar sobre o perfil mundial da VALE. São Paulo, 2009.

março de 1945, três anos após a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e foi fundado pela empresa. Primeiramente como associação (Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Presidente Vargas - Presidente Vargas porque era este o nome da cidade de Itabira naquela época), e em 1950 transformando-se em sindicato. Segundo descrição no sítio online do sindicato: “O Metabase e a Vale representam [...] os símbolos de um ciclo na história do Brasil. Um período que começa com o país se afirmando como nação, ao construir as bases para o desenvolvimento industrial e uma economia moderna”.⁴

Hoje possui 5.437 associados sendo 2.310 trabalhadores da Vale; 2.931 aposentados e pensionistas e 196 terceirizados e faz parte da Associação Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

A sede do sindicato Metabase de Itabira/MG se localiza no município de Itabira no estado de Minas Gerais, há 106 km da capital do estado - Belo Horizonte. Itabira sedia a CVRD desde sua origem. As jazidas minerais localizam-se no entorno ou imbricadas no seu sítio urbano. Segundo Silva e Souza (2002), a partir da instalação da CVRD (1942), a empresa passou a predominar na economia e a influenciar os demais aspectos da vida local na cidade tornando-a um espaço de monoindústria e principal empregadora da cidade. Mas minerar não é uma atividade econômica qualquer. Uma empresa mineradora extrai, explode, dinamita; ações incompatíveis com a vida urbana. Os ruídos com as explosões nas minas, o pó que invade a cidade, a devastação paisagística que provoca são alguns elementos que comprometem a qualidade de vida das pessoas que habitam o entorno imediato das minas (LEITÃO, 2007), e aos quais os trabalhadores da empresa estão diariamente e diretamente expostos.

A empresa

A empresa transnacional Vale S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto,⁵ que empregava, em dezembro de 2010, 174,1 mil pessoas (empregados próprios: 70,8 mil e terceiros: 103,3 mil). Neste ano registrou recordes de receitas operacionais de US\$ 46,5 bilhões, um lucro operacional medido pelo EBIT⁶ (lucro antes de juros e impostos) de US\$ 21,7 bilhões, uma margem operacional de 47,9%, e um lucro líquido dos acionistas controladores de US\$ 17,3 bilhões.⁷

4 Fonte: <http://www.metabase.com.br>.

5 Empresa de Capital Aberto é uma sociedade anônima cujo capital social é formado por ações – títulos que representam partes ideais – livremente negociadas no mercado sem necessidade de escrituração pública de propriedade (por parte da pessoa física compradora).

6 *Earnings Before Interest and Taxes*.

7 VALE S.A. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE, 2010.

Destina a maior parte dos lucros aos seus acionistas privados sob a forma de dividendos: dos US\$ 49,2 bilhões em lucros desde a privatização, US\$ 13,4 bilhões foram distribuídos entre eles.⁸

É a maior mineradora diversificada das Américas e a segunda maior companhia na indústria global de mineração de metais. Ao longo de sua história, a empresa expandiu suas operações do sudeste do Brasil, principalmente do Estado de Minas Gerais para todas as regiões do país. Seu expansionismo mundial a leva a atuar hoje nos cinco continentes.

Os financiamentos diretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passaram a ser centrais para se compreender o processo de expansão e internacionalização das atividades da Vale. Em 2008, o BNDES liberou um financiamento de R\$ 7,3 bilhões para a Vale, tratando-se da maior linha já disponibilizada pelo Banco para uma única empresa.⁹ Além disso, o BNDES participa simultaneamente do controle acionário da Companhia e do fornecimento de fundos para investimentos e capital de giro da Vale.

Graças a isso, o valor de mercado da Vale atingiu a cifra de US\$187 bilhões, em maio de 2008, situando a empresa como a segunda empresa de mineração e metais do planeta.

Condições de trabalho na empresa privatizada

Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Empresa, divulgado em 2010, a Vale emprega 174 mil pessoas, dentre empregados próprios (com contrato de trabalho por prazo indeterminado) e terceiros (prestadores de serviço em atividades permanentes e em projetos), um aumento de 33,5 mil pessoas na comparação a 2009.¹⁰

Deste total, 40% correspondem aos empregados das empresas adquiridas na área de fertilizantes (o aumento no quadro de funcionários pode estar mais relacionado com as novas empresas adquiridas do que com a contratação de novos

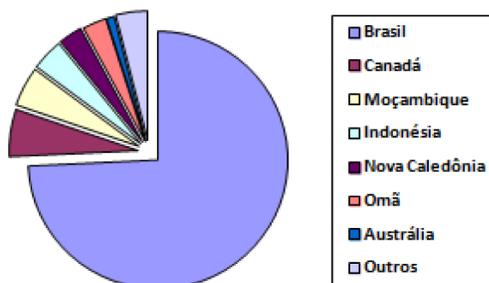
8 ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_-versaoweb.pdf

9 BNDES libera R\$ 7,3 bi para a Vale investir no Brasil. Estado de São Paulo, 1 de abril de 2008. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-libera-r-73-bi-para-vale-investir-no-brasil,149399,0.htm>

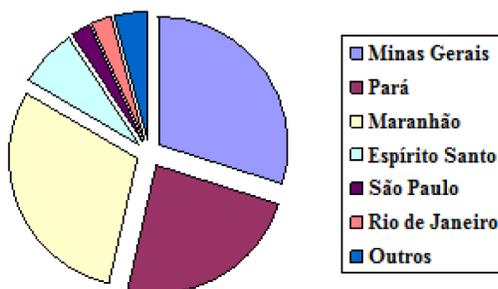
10 Cabe lembrar que no período de 2008/2009 ocorreu uma forte crise econômica mundial. A empresa Vale, nesse período, demitiu um número elevado de trabalhadores, usando a crise como justificativa. Essa justificativa foi/é questionada pelos movimentos sociais, como base nos números de dividendos distribuídos pela empresa aos seus acionistas, que não sofreu qualquer alteração. Nesse sentido, o que é afirmado é que a crise afetou apenas os trabalhadores da empresa. Outro elemento importante a destacar é que através de uma simples conta matemática comprova-se que a empresa demitiu mais que contratou em 2010.

empregados). Aproximadamente 75% dos empregados da Vale atuam no Brasil. Os empregados terceirizados trabalham nas obras de reforma, de expansão, de novos empreendimentos, nos contratos de manutenção, limpeza e segurança patrimonial, entre outros tipos de prestação de serviços.¹¹

**GRÁFICO: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS
PROPRIOS MAIS TERCEIRIZADOS NO MUNDO (2010)**



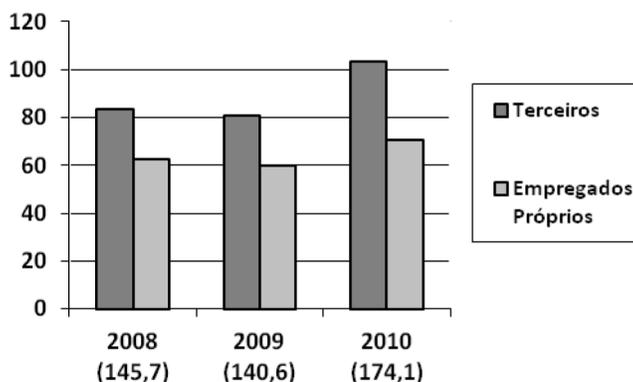
**GRÁFICO: EMPREGADOS PROPRIOS MAIS
TERCEIRIZADOS POR ESTADO BRASILEIRO (2010)**



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2010)

¹¹ Existe uma falta de clareza nos relatórios para distinguir trabalhador terceirizado de contrato temporário. As fraudes por conta dessa “confusão” são conhecidas. Dentre elas a demissão de trabalhador direto e sua recontração como temporário. Este trabalhador passaria a exercer a mesma atividade de antes. Neste sentido surgiu o termo “rodar carteira”, quando o empregado faz outra carteira de trabalho para registrar novo contrato temporário com a mesma empresa, às vezes sem nem ao menos gozar do seu direito de férias.

GRÁFICO: QUADRO DE PROFISSIONAIS EM MILHARES



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2010)

A taxa de *turnover*¹² global da Vale, ou seja, a soma de empregados que deixaram a organização voluntariamente ou não (incluindo aposentados), dividida pelo número de empregados próprios (incluindo aposentadorias e desligamentos) foi de 6%, em 2010, o que significou, segundo o relatório, uma redução expressiva em relação à taxa de 2009, ano da crise econômica mundial, de 10,6.

TABELA: ROTATIVIDADE POR REGIÃO

	2008	2009	2010
Brasil	8,0%	9,2%	5,4%
Canadá	5,0%	19,7%	10,8%
Indonésia	7,0%	9,1%	6,1%
Austrália	18,0%	13,4%	9,5%
Nova Caledônia	-	-	6,7%
Moçambique	-	-	6,0%
China	32,0%	16,7%	3,2%
Outras	7,0%	16,5%	6,3%

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2010)

12 Os dados oferecidos pela empresa não podem ser nossa única fonte de análise, pois, aparentemente, possuem algumas lacunas (propositais ou não), como, por exemplo, ficou a dúvida de como foi calculada a taxa de turnover: apenas com trabalhadores próprios, ou também com o que a empresa chama de terceiros (onde já existe outro erro pois, a empresa chama de terceiros quaisquer trabalhadores que sejam contratados temporariamente ou por terceirização, e existe uma clara distinção na doutrina jurídica).

A Vale afirma oferecer, a todos os seus empregados *próprios*, salário igual ou superior ao mínimo legal praticado em cada localidade, e ainda um pagamento de remuneração variável. Neste programa, o empregado é bonificado de acordo com o seu desempenho individual, de sua equipe, do seu departamento e da empresa, incluindo questões de sustentabilidade, tais como Saúde e Segurança.¹³ Em 2010, 87% dos empregados *próprios* da Vale tiveram o seu desempenho avaliado, sendo a grande maioria por meio do sistema global.

A empresa afirma, ainda, oferecer a 99% dos funcionários (*não especificou se são todos, incluindo os terceirizados*), benefícios como plano de saúde, seguro de acidentes e de acidentes pessoais. Já os benefícios relacionados à previdência privada,¹⁴ auxílio-transporte, formação educacional, refeição no trabalho e/ou auxílio-alimentação e Plano de Assistência ao Empregado (PAE)¹⁵ são oferecidos para cerca de 90% dos empregados *próprios* da Vale (ou seja, excluindo os *terceirizados* e os *temporários*).

Apesar deste panorama positivo, extraído do Relatório de Sustentabilidade da empresa do ano de 2010, o *Sindicato Metabase Inconfidentes*, afirmou que, nos regulamentos internos da empresa, ela busca mostrar autoridade e exigir uma produção cada vez maior, e que a relação com a diretoria da empresa também não é muito boa. Segundo um dos dirigentes sindicais entrevistados:

[...] o diálogo quase não existe, nos acordos a empresa trata as reivindicações dos trabalhadores como um fato a ser apenas debatido, posso dizer que 95% das cláusulas de acordo não são atendidas e as que são é de forma parcial, insistem em jogar cláusulas de interesse da empresa para aumentar seu controle sobre os trabalhadores e burlar a legislação vigente, organização por local de trabalho ainda é um tabu para direção da empresa, discutir cláusulas que envolvem a comunidade, ou movimentos sociais não querem nem escutar. Existe uma política permanente de cooptação do movimento sindical, através da eleição do representante dos trabalhadores no conselho de administração da empresa.

13 As questões de sustentabilidade, como saúde e segurança, coincidentemente também fazem parte do índice de avaliação da Bovespa que avalia a empresa anualmente.

14 O plano de previdência privada, a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia), responsável pela gestão dos planos de previdência complementar das empresas como Vale, Urucum Mineração, Vale Manganês, FCA, CPBS, PPSA, Cadam, Valesul, Alunorte e Albras, é uma entidade fechada sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. As empresas de fertilizantes, recém-adquiridas, estão em processo de adesão.

15 O programa de assistência ao empregado (PAE), além do Programa de Suporte a Incidente Crítico, do Programa de Planejamento de Aposentadoria (PPA) e do curso online de Orçamento Familiar e Planejamento Financeiro representam uma ajuda da empresa aos empregadores, para lidarem como problemas emocionais, financeiros e jurídicos, segundo informação do Relatório de Sustentabilidade.

Terceirizações

As terceirizações, de uma forma geral, se intensificaram nas últimas décadas e têm como objetivo permitir ao empregador reduzir custos que se fariam presentes em virtude de gastos com encargos trabalhistas em função da contratação de mão de obra direta.

De acordo com Bossi, *et. al.* (2009), os trabalhadores terceirizados na Vale, geralmente, realizam atividades que envolvem maior risco, tanto que, dos 14 acidentes fatais ocorridos em 2007, 11 envolviam trabalhadores terceirizados.

Além disso, segundo o *Metabase Inconfidentes*, o número de trabalhadores terceirizados da Vale, atuando na mesma atividade exercida pelos trabalhadores diretos afiliados a seu sindicato na sua área de abrangência, é aproximadamente na ordem de 0,5 por 1 dentro das minas que representam, mas já foi de 3 por 1. O sindicato atua em defesa dos terceirizados, com denúncias nas Delegacias Regionais do Trabalho e processos.

Já de acordo com o *Metabase de Itabira*, uma decisão da Justiça do Trabalho fez com que o sindicato recuasse na atuação em defesa dos terceirizados, pois a maioria deles é representada por outro sindicato.

Os casos de terceirização de trabalhadores demitidos para exercer a mesma função como terceirizados no mesmo local são comuns (IOS, 2004). Nesses casos, os salários são rebaixados e os benefícios não são extensivos aos seus familiares.¹⁶ As fraudes envolvendo empreiteiras que prestam serviço a Vale também são comuns, como, por exemplo, o caso da empresa Serminas, que não possuía empregados, e sim 50 sócios que não tiravam férias e nem recebiam décimo terceiro salário e foi contratada pela Vale para transportar pessoas e materiais (IOS, 2004).¹⁷

16 A contratação de trabalhador por contrato temporário para atuar em atividades-fim da empresa também é considerada outro problema relacionado à terceirização na empresa.

17 A respeito deste assunto segue a Notícia do TST, de 9 de outubro de 2003: 09/10/2003. Vale é condenada por contratar cooperativas fraudulentas. A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação imposta à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por contratar cooperativas de trabalho fraudulentas para atuar na mina de extração de minério de ferro Timbopeba, no município de Ouro Preto (MG). A Vale terá de registrar todos os empregados contratados por intermédio das cooperativas e garantir a todos os direitos assegurados na Constituição. Essas cooperativas são constituídas apenas com o objetivo de burlar direitos dos trabalhadores e sua proliferação têm chamado a atenção de autoridades da Justiça do Trabalho e também da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A condenação é decorrente de acolhimento pelo TRT de Minas Gerais de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). [...] A Cooperativa Nacional dos Trabalhadores Autônomos Ltda. (CNAP) forneceu à Vale do Rio Doce 48 supostos cooperados para trabalhar em atividades-fim da empresa como escavação do solo e transporte de matéria-prima na mina da Timbopeba. Muitos cooperados informaram aos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) que já tinham trabalhado para a Vale antes, desempenhando as mesmas funções, nos mesmos locais de trabalho e recebendo remuneração superior. [...] Já a empresa Serminas – Serviços de Mina Ltda. – tem uma característica atípica: não possuiu nenhum empregado, mas

Aplicação da técnica da pesquisa para coleta dos dados empíricos

Para a análise da ação sindical utilizamos um esboço conceitual proposto por Mattos (2009) e um quadro analítico inspirado na obra organizada por Bensusán (2006). O quadro analítico nos ajudou a conduzir nossa reflexão sobre o tema. Seleccionamos duas dimensões de ação sindical: a direta e a ação sindical vinculada à sociedade.

As variáveis escolhidas para a ação direta foram: greves; mecanismos de manifestação coletiva (manifestações teatrais); criações de redes sindicais e ação sindical que o sindicato tomou diante das perdas coletivas (demissões em massa). A variável da dimensão “ação sindical e sociedade” escolhida foi a participação em movimentos sociais. A metodologia e fontes empregadas foram a revisão bibliográfica, entrevistas com dirigentes sindicais e aplicação de questionários.

Buscamos separar a ação sindical em três períodos históricos: frente à empresa estatal, frente à empresa em processo de privatização (onde estabelecemos um período de 10 anos que antecederam a privatização) e frente à empresa já privatizada (a partir de 1997).

Resultado da pesquisa empírica

Vale Estatal – período de 1942 a 1986

Encontramos dificuldade para coletar dados suficientes acerca do período da Vale S.A. como empresa totalmente estatal, antes do desmonte que sofreu para a privatização, porque vários sindicalistas ingressaram na empresa nesse último período e o sindicato *Sindimina/RJ* foi criado em 1989. Pedimos nos questionários a indicação de antigos sindicalistas da época da empresa estatal para que pudéssemos entrevistá-los para esta pesquisa, mas não obtivemos resposta. Mas pelo o que pudemos aferir junto ao *Metabase/Itabira* neste período não eram realizadas greves e nem manifestações, pois, raramente algum trabalhador era demitido. As despedidas pro-

50 “sócios”. A empresa fazia o transporte de pessoas e materiais para a CVRD. “Pela estrutura jurídica da Serminas, sem ter empregados e prestando os sócios, diretamente, serviços à CVRD e dela recebendo verbas tipicamente trabalhistas, é, sem dúvida, um instrumento criado para a execução da fraude trabalhista”, sustentou o acórdão do TRT, mantido pela Quarta Turma do TST. [...] (RR 738714/2001) (GRIFOS NOSSOS).

Fonte: http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=2985&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=cvrd

movidas pela empresa nesse período eram raras nas minas de Itabira e não ocorriam demissões em massa. Também não havia redes sindicais.

Ocorreram aproximadamente 45 (quarenta e cinco) negociações e acordos coletivos junto à empresa nesse período e os resultados, na maioria das vezes, eram os esperados. As reivindicações mais negociadas e direitos conquistados por via de negociação foram a correção salarial acima da inflação, abonos e benefícios sociais. Nessa época não houve ano sem negociação salarial. Nem o sindicato e nem a empresa ajuizavam dissídios coletivos naquela época. O que podemos afirmar com base na obra de Minayo (2004) é que até a década de 1970, apesar das condições de trabalho não serem as ideais, os trabalhadores evitavam questionar a empresa por conta de dois motivos: as recompensas salariais que eram boas e a ideologia nacional desenvolvimentista que vigorava na época. Segundo a autora, “os mecanismos salariais na CVRD tendem a educar o trabalhador para ser produtivo, competente e grato”. Além disso, o medo do desemprego acentuou a submissão dos trabalhadores desmobilizando-os.

De acordo com o *Metabase/Inconfidentes*, no período totalmente estatal, existiu uma coordenação nacional, na qual participavam, com funcionamento regular e profissional, mesmo com diferenças entre as várias tendências existentes na época, mas com muito mais maturidade política para entender essa necessidade. As demissões eram esporádicas, falava-se na época que se empregar na Vale era quase a mesma coisa que entrar no serviço público para o trabalhador comum.

Já na década de 1980 (durante o período do governo militar), qualquer manifestação política no país era reprimida e na empresa era punida como falta grave, e por isso os dirigentes que iniciaram a retomada dos sindicatos na época, agiram muitas vezes na clandestinidade até que tivessem condições de ganhar os sindicatos.

As negociações coletivas aconteciam anualmente e os resultados eram os esperados. As reivindicações mais negociadas, em seu período totalmente estatal, foram a carteira de benefícios e direitos aprimorados durante o tempo, principalmente no que tange a assistência médica, salários e outros. Os benefícios sociais eram os investimentos nas cidades onde a CVRD tinha suas operações, como hospitais, moradia para os trabalhadores, clubes e outros. Eles não têm notícia de nenhum ano sem negociação. Ajuizaram apenas um dissídio coletivo na época de estatal (mas não especificaram a demanda).

O *Metabase/Itabira* afirmou que nesse período o sindicato não participava de movimentos sociais. Já o *Metabase/Inconfidentes* não soube informar.

O período de preparo para a privatização foi caracterizado pela diminuição dos direitos dos trabalhadores da empresa. Essa era uma das estratégias visando permitir que a empresa fosse privatizada sem gerar grandes prejuízos para os compradores. Esse também foi um momento histórico em que a economia brasileira passava por grandes mudanças. Nas últimas décadas do século XX, no Brasil ocorreram reformas patrimoniais que se concentraram no processo de desestatização, principalmente através da privatização de empresas estatais buscando-se o equilíbrio financeiro do Estado (COSTA e PECCI, 1999). A privatização era vista como uma forma de reduzir o poder do Estado sobre o processo de alocação dos recursos no sistema produtivo; de estancar a sangria financeira imposta ao Tesouro por empresas estatais deficitárias; e de eliminar o efeito da ineficiência alocativa do Estado sobre a administração de empresas estatais, deficitárias ou não, que tenderia a reduzir sua capacidade de corresponder aos padrões tecnológicos competitivos vigentes na economia mundial.

As razões que impulsionaram as privatizações foram conjunturais e estruturais. As de natureza conjuntural foram geradas pela grave crise econômica que o Brasil estava passando durante os anos da década de 1980. A privatização era interpretada como um mecanismo positivo visando a redução do déficit público e de controle da inflação: objetivava-se destinar a receita obtida com a venda das empresas estatais para cobrir o déficit e aumentar a poupança do governo, liberando o Estado do gasto com novos investimentos. E por outro lado, a partir da mudança da sua política intervencionista, buscava-se aumentar a credibilidade do Estado brasileiro frente aos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As de natureza estrutural foram geradas pela onda mundial neoliberal que caracterizou a década de 1980, tendendo a sublinhar as falhas da intervenção estatal e fortalecer a confiança nas forças livres do mercado. O contexto internacional também influenciou fortemente nesse processo. As reformas neoliberais dos governos Thatcher e Regan e a derrocada do socialismo nos países do bloco comunista contribuíram para dar mais argumentos aos neoliberais. Além disso, as transformações nas formas de produção geradas pelos avanços tecnológicos exigiam maior flexibilidade e competência das empresas estatais, características que estas organizações, sujeitas a normas e restrições burocráticas, eram incapazes de oferecer (COSTA e PECCI, 1999).

Várias empresas privatizadas ficaram mais eficientes e lucrativas, principalmente a partir da década de 1990, com o impacto das medidas de abertura econômica e desregulamentação. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, privatizada em

1997, já apresentava em 1998 o maior lucro bruto de sua história (R\$ 756 milhões), que representava um crescimento de 46% sobre o resultado do ano anterior. No entanto, Costa e Peci (1999, p. 13) não descartam que outros fatores possam ter influenciado na obtenção desse resultado, tal como a melhoria dos preços nos mercados internos e externos.

O corte de vários direitos dos trabalhadores da empresa também pode ter contribuído para o crescimento tão significativo da empresa em tão pouco tempo. Segundo os dados levantados com os dirigentes sindicais do Sindimina/RJ, em 1990, os benefícios começaram a diminuir e, através de acordos coletivos a Vale passou a “comprar” os benefícios, como o reembolso educacional. Contudo as assembleias eram forçadas e existia coação para que as propostas fossem aceitas. Assim, durante as negociações coletivas a empresa começou a indenizar benefícios retirados (tais como adicional por tempo de serviço, férias-prêmio e bolsa de estudos dos dependentes dos trabalhadores) e a arrochar os salários. As reivindicações mais negociadas, no período que antecedeu a privatização, foram o reajuste salarial e manutenção de conquistas sociais. O Metabase Itabira ajuizou um dissídio coletivo em 1988 quando recuperaram diferença de reajuste do Plano Bresser (plano econômico de 1987).

Segundo dirigentes do Metabase/Itabira, em março de 1989, ocorreu a única greve geral no Brasil que fez, frente a empresa (já havia ocorrido uma em 1945, apenas na cidade de Itabira), com duração de 10 dias e adesão praticamente total dos trabalhadores da CVRD. A mobilização era muito intensa com manifestações nas portarias e passeatas nas ruas da cidade. O país vivia um período inflacionário bastante intenso que corroía o poder de compra dos salários e que exigia do sindicato constantes campanhas de reposição salarial.

As demissões promovidas pela empresa no período que antecedeu a privatização eram praticadas através de planos de incentivo ao desligamento para os trabalhadores aposentáveis, o que acabava sendo favorável aos trabalhadores, que se aposentavam em melhores condições. A exceção foi no governo Collor, início de 1990, que através de decreto deliberou por um corte linear de 10% dos trabalhadores de todas as estatais. O sindicato, frente a estas demissões em massa, participou de manifestações no Congresso Nacional pela reintegração dos demitidos. Esse movimento, que envolveu entidades sindicais de todo o país, resultou na Lei da Anistia promulgada no final do governo do presidente Itamar Franco.

O sindicato participou ativamente dos movimentos sociais contra a privatização da CVRD juntamente com outros segmentos organizados, como a igreja, partidos políticos, prefeitura, câmara, etc. Em 2 de junho de 1995, aconteceu em Itabira um grande ato público contra a privatização da Vale, com a presença de personalidades

políticas como Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Patrus Ananais e dentre outras. Nesse dia foi elaborada a “Carta de Itabira” que denunciava “o entreguismo e o descaso do governo federal com o patrimônio público”.

Já os sindicalistas do *Metabase/Inconfidentes* afirmaram que este período foi bem conturbado com a greve em 1989, pela implantação do turno de seis horas e lutas salariais e vários anos de manifestações visando denunciar a empresa nos primeiros de maio, ocorreram corte de conquistas, demissões, panelaço na cidade de Mariana (MG) em 1991 com os trabalhadores e familiares contra a política de arrocho praticada pelo governo e já denunciando a intenção do governo de privatizar a CVRD. Em 1993 houve uma manifestação em praça pública denunciando a política de privatização da Vale e demissões. Em 1994 ocorreu um ato em conjunto com outros sindicatos de Minas Gerais e do país contra a privatização e demissões que continuavam a acontecer. Isso perdurou até 1997 quando realizaram o maior ato na região, na cidade de Ouro Preto (MG), com a presença de 15 mil pessoas, onde tomaram a Praça Tiradentes. Logo após, fizeram parte da organização e do ato contra a privatização da CVRD no Rio de Janeiro, onde aconteceu um conflito com a polícia.

Empresa Privatizada 1997-2011

Segundo os dirigentes sindicais do *Sindimina/RJ*, em 2003 ocorreu uma crise devido a ameaça de aumento da jornada de trabalho dos trabalhadores do setor administrativo, de 37,5 hs/semanais para 40 horas semanais. Ainda neste ano a mineradora ofereceu um aumento de 10% frente aos 29,5% exigidos pelos trabalhadores. O aumento reivindicado pelos funcionários referia-se à variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).¹⁸ Em resposta a contraproposta da Vale, os trabalhadores protestaram fazendo uso de uma manifestação teatral: distribuíram bananas aos funcionários da Vale na porta da empresa. Nessa ocasião, uma jornalista da agência internacional de notícias *Reuters* divulgou a manifestação, o que foi para eles algo positivo, porque alegam que a Vale não permite que publiquem notícias negativas sobre ela. Afirmaram ainda que, por conta da reportagem, os preços das ações da Vale do Rio Doce caíram, gerando a demissão de um funcionário da empresa da área de comunicação.

18 O artigo 10 da Lei nº 10.192 dispõe que os salários e as demais condições referentes ao trabalho continuam a ser fixados e revistos, na perspectiva data-base anual, por intermédio da livre negociação coletiva. O art. 13 da mesma norma reza que nos acordos, nas convenções ou nos dissídios coletivos é vedada a fixação ou estipulação de cláusula de reajuste salarial automática vinculada a índice de preços. (MARTINS, 2010a: 326)

Em 2009 houve um ato de enfrentamento que contou com cerca de 1.500 manifestantes reunidos em frente à sede da mineradora no Rio de Janeiro e com a presença do presidente da CUT Nacional, Artur Henrique da Silva Santos. Mesmo intimidados por um grande número de policiais militares, os trabalhadores defenderam as bandeiras do emprego, salário e direitos trabalhistas. O ato foi considerado o maior e o mais importante desde a privatização da empresa em 1997.

Com relação às greves, no Brasil ocorreu apenas a greve de 1989, contudo, nas entrevistas, os dirigentes sindicais afirmaram que a greve no Canadá (2009/2010), onde, em 2006, a Vale adquiriu a mineradora INCO formando a Vale Inco, e que durou cerca de 1 ano, recebeu amplo apoio de muitos trabalhadores no Brasil, inclusive do sindicato Sindimina/RJ. Também participaram da tentativa frustrada de criar uma rede sindical.

Já o *Metabase/Itabira* afirmou que, apesar de não realizarem nenhuma greve, em época de negociação salarial há manifestações do sindicato nas portarias da empresa, porém com pouca adesão dos trabalhadores. Sobre a rede sindical, participaram de algumas discussões, mas sem muito envolvimento. Afirmaram que a relação do sindicato com os outros não é boa e que já chegou a haver três grupos de sindicatos negociando com a Vale. Reconheceram que isso divide os trabalhadores e enfraquece a luta por melhores condições de trabalho. Eles afirmaram estar sempre chamando a unidade dos sindicatos para fortalecer o poder de pressão, mas que o principal motivo que emperra a construção da unidade dos sindicatos é que a maioria deles é submissa à empresa e não cumpre as suas principais funções de conscientizar os trabalhadores e organizar a luta por melhores condições de vida.

As demissões promovidas pela empresa após a privatização são feitas, segundo o sindicato, em conformidade com a lei, o que para eles é sinônimo de “sem nenhum incentivo” e que demonstra uma representação negativa em relação à legislação trabalhista.

Afirmaram que na última crise (2008-9), a Vale chegou a demitir em todo o país cerca de 3.000 trabalhadores, sendo em Itabira, mais de 1.000 terceirizados. Frente a esse quadro, o sindicato criou na cidade a “Frente em Defesa do Emprego e das Cidades Mineradoras” conjugando sindicatos, entidades populares, igrejas, prefeitura, vereadores, etc. e realizando no dia 9 de janeiro de 2010 um Ato Público que levou milhares de pessoas às ruas para se manifestar contra as demissões. Para os dirigentes sindicais entrevistados esse movimento impediu um número maior de demissões.

O sindicato realizou, a partir da privatização, 12 negociações com 10 acordos coletivos. A partir 2009 os acordos tem sido bianuais e nunca deixaram de ocorrer. Os resultados não são os esperados e as reivindicações são por melhores salários e participação nos resultados e lucros. Chegaram a negociar banco de horas, mas ele não existe, o que existe é conhecido como “compensação de horas” na qual o trabalhador faz a opção de folgar ou receber horas extras. Nem o sindicato e nem a empresa ajuizaram dissídios coletivos.

Por último, a relação do *Metabase/Inconfidentes* com a empresa privatizada não é positiva. De acordo com os dirigentes, após a privatização, a Vale deixou de repassar a mensalidade dos sócios do sindicato e não sentou com o sindicato para negociação de acordo coletivo, sendo que essa atitude demorou quase dois anos para ser resolvida. E só foi resolvida por pressão de parte do movimento sindical do setor e, principalmente, de outros setores. Ainda afirmam que a empresa busca “comprar” dirigentes sindicais para esfacelar o movimento sindical, e que por isso hoje não existe organização a nível nacional. O *Metabase/Inconfidentes* é a favor da criação da Rede Sindical, mas afirmam que os sindicatos, na maioria, não perceberam ainda sua importância.

[...] infelizmente houve por parte de alguns participantes a não compreensão da importância da continuidade dos debates e também por não aceitarem a nossa presença na constituição da Rede Sindical. Para nós significava um avanço, mas infelizmente não se concretizou.

Afirmam buscar, a todo o momento, o diálogo com outros sindicatos de trabalhadores da Vale, mas que não ocorre visto que existe uma parcela importante do movimento sindical que defende abertamente a política da empresa contra os trabalhadores.

Afirmaram que as demissões promovidas pela empresa depois da privatização foram totalmente injustas, visando somente o lucro e o aumento de produtividade, geradas também pelo assédio de todos os tipos por causa do excesso de autoridade dos cargos de chefia. Ocorreram demissões em massa após a privatização, e a mais significativa foi a de 2008, na administração ex-presidente da empresa Roger Agnelli. Frente a isso, o sindicato participou de uma luta nacional, encabeçada por eles e pelo *Metabase Itabira*, com denúncias ao Ministério Público, atos com os movimentos sociais em várias cidades do estado de Minas Gerais, como em janeiro de 2009 em Itabira com 15 mil pessoas nas ruas e o de Mariana que reuniu 12 mil pessoas, denúncias na imprensa nacional e internacional, informes ao movimento sindical e social do mundo inteiro, denúncias na OIT e várias outras iniciativas.

As negociações coletivas junto à empresa após a privatização são anuais. Ocorreram dois acordos com zero por cento de reajuste e uma pressão forte nas áreas com demissões. As reivindicações mais negociadas e os direitos conquistados foram: avanços mínimos na assistência médica supletiva, cartão alimentação, ganhos maiores nos salários variáveis e queda no custo fixo. Afirmam que a empresa continua fazendo “cortes secos” nos direitos após a privatização ou comprar benefícios via negociação.

Na época da crise do final de 2008 e 2009 não assinaram nenhum acordo que previa redução salarial para segurar empregos e nem de férias coletivas. O sindicato sempre foi contra implantação de banco de horas, mas existiu durante alguns anos e há uns três anos não existe mais, mas em outras bases de outros sindicatos ainda é praticado. Com relação aos dissídios coletivos, afirmaram que ficou muito complicado depois da mudança na legislação, pois as duas partes teriam que concordar. Eles não descartam este instrumento, mas não têm uma boa visão dele.

Na dimensão ‘sindicato e sociedade’ o *Sindimina/RJ* participou dos dois Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale. Também participou da ‘missão de solidariedade e investigação de denúncias’ que esteve em Santa Cruz/RJ, em 2010, nas imediações da recém-inaugurada ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), juntamente com técnicos, pesquisadores, acadêmicos, parlamentares, personalidades atuantes nas áreas de direitos humanos, meio ambiente e saúde com o objetivo de prestar solidariedade às comunidades da região.

O Metabase/Inconfidentes participou dos Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale e de sua organização, pois, segundo o dirigente sindical: “[...] temos por princípio que a luta deve ser de todos e não de forma corporativista. Achamos que o movimento sindical não deve organizar a luta somente pelo lado economicista deve ser mais amplo a exemplo do meio ambiente e das populações atingidas”.

Já o *Metabase/Itabira* afirmou não ter participado dos Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale, pois afirmaram não terem sido procurados. E participam pouco de movimentos sociais depois da privatização.

O Movimento dos Atingidos pela Vale se propõe a articular e consolidar uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores atingidos negativamente nas suas formas de vidas e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale e assim ser capaz de implementar estratégias coletivas de enfrentamento a empresa em escala global (ORGANIZAÇÕES, 2010), constituindo uma inovação e um mecanismo de quebra

de particularismos e fragmentações. Foi idealizado por seus realizadores como uma tentativa de formar uma comunidade composta por atores, em busca de tornar realidade algo que sozinhos não conseguiram concretizar.

O I Encontro dos Atingidos pela Vale foi realizado em abril de 2010 no Rio de Janeiro. Em 2011, em Minas Gerais, foi realizado o II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, que simbolizou a tentativa de manter latente o movimento. Em 2012, durando o evento internacional Rio+20 foi realizado o III Encontro dos Atingidos pela Vale, no Rio de Janeiro, que culminou em uma manifestação na porta da empresa.¹⁹

Podemos entender o Movimento dos Atingidos pela Vale como elo de coesão dos indivíduos e de formação de uma consciência coletiva de luta pelos direitos violados, através da solidariedade despertada em cada um que narra as violações da empresa em sua comunidade. Esta consciência coletiva visa estreitar o laço entre os membros da uma “comunidade de interesses” e gerar um contato permanente contra aqueles que ameaçam tais interesses.

Uma comunidade é uma garantia de certeza, segurança e proteção. Através dela é possível traçar lutas pelo reconhecimento (BAUMAN, 2003). No caso dos atingidos pela Vale, é uma luta por justiça social, por demandas de redistribuição, em nome da igualdade, baseada na qualidade de vida dos povos, que hoje são afetados pela poluição e dos trabalhadores, que anseiam por melhores condições de trabalho. Essa luta por reconhecimento tem o papel de combater a desigualdade social, hoje tão dinamizada, e também busca se opor a fragmentação das lutas sociais, que reivindicam causas individuais.

Considerações Finais

Pudemos aferir que desde a privatização os sindicatos vêm perdendo gradativamente sua força de negociação e buscando se fortalecer frente a uma “nova” empresa, redesenham suas estratégias de luta, procurando atuar junto a movimentos sociais e organizando redes sindicais no Brasil e no exterior.

Na dimensão *ação sindical direta*, no período da empresa totalmente estatal, a relação entre os sindicatos, trabalhadores e empresa apresentava baixa conflitu-

19 Além disso, em 18 de abril de 2012, a Articulação Internacional dos Atingidos da Vale (ou Movimento dos Atingidos pela Vale), apresentou um relatório que critica e denuncia os recorrentes e “insustentáveis” impactos ambientais e sociais causados pela mineradora Vale, intitulado de Relatório de “insustentabilidade” da Vale (em contraposição ao relatório de sustentabilidade da Vale, um documento divulgado anualmente pela empresa, que trata de uma análise geral de suas atividades).

sidade e raras demissões. Os sindicatos podiam, nas negociações, atuar em defesa dos trabalhadores, sem a necessidade de outras estratégias, que aparentemente nessa época eram pouco utilizadas, como o acesso a Justiça do Trabalho ou manifestações/greves.

No período de preparo para a privatização os conflitos passaram a ser mais constantes. A única greve geral realizada pelos trabalhadores da Vale ocorreu nesse período, em 1989, com duração de 10 dias; as mobilizações nas cidades mineradoras eram mais frequentes, com adesão da população local e as críticas a privatização eram recorrentes. Foi um período que coincidiu com a crise econômica, então as perdas salariais (arrocho) era sentidas e questionadas. Nessa época, após o período de incentivo a aposentadoria, os trabalhadores enfrentaram um período de demissões em massa. Frente a isso, os sindicatos passaram a se unir e realizar manifestações conjuntas que resultaram na Lei da Anistia.

Depois de privatizada a empresa Vale S.A não enfrentou nenhuma greve nacional, apenas manifestações, ora por conta das perdas salariais, ora frente às demissões. Os sindicatos, diante das demissões ocorridas em 2008-9, organizaram a “Frente em Defesa do Emprego e das Cidades Mineradoras” e avaliaram de forma positiva o resultado dela. Mas a tentativa de uma ação coletiva mais ampla e complexa entre os sindicatos não logrou êxito: a criação da Rede Sindical dos trabalhadores da Vale no Brasil, em 2007, dissolvida em 2009 por conta de inúmeras crises políticas internas. Entretanto, outro movimento, reunindo diferentes atores, além dos sindicatos, vem alcançando resultados favoráveis: o movimento internacional “Atingidos pela Vale”.

Nesse sentido, hoje vemos um fortalecimento do discurso de união dos sindicatos por alguns dirigentes e a participação dos mesmos nas lutas comunitárias, nacionais e internacionais, em comparação ao período da Vale estatal. E, se no período de desmonte da empresa, os movimentos visavam denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Estado, agora, usam como estratégia fragilizar e desgastar a imagem da empresa privatizada.

Entretanto, a diversidade de trabalhadores na empresa, gerando inúmeros sindicatos diferentes, espalhados pelo Brasil, pertencentes a diferentes Centrais Sindicais e tendências (CUTVALE, Renovação, União & Lutas), e com diferentes interesses políticos em jogo, acarreta no enfraquecimento do diálogo entre eles. Além disso, a preocupação com salários e o medo do desemprego ainda são entraves para a adoção de uma postura entendida por Mattos (2009) como “classista, autônoma, combativa”. Essa tensão também gera elevação da produtividade dos trabalhadores,

e conseqüentemente, doenças decorrentes do estresse. Como se sentem sem saída, a Participação nos Resultados (PR) parece ser a única opção num falso jogo de soma zero.

A participação em movimentos sociais representa a busca por uma representação política dos grupos dominados, que não se sentem representados institucionalmente frente ao Estado, ou se sentem enfraquecidos em suas demandas particulares. Os movimentos podem ultrapassar o processo de formação de identidade e o reconhecimento social institucionalizado (OLIVEIRA, 1987). Sua emergência denuncia um quadro institucional que esbarrou no não acabamento real e simbólico das representações num quadro liberal-burguês, ou, na super-representatividade de certos grupos perante o Estado, onde frente à divisão social do trabalho os grupos cujo peso social é desproporcional ficam expostos. Através dos transbordamentos dos limites institucionais os movimentos buscam refletir sobre demandas para além dos grupos institucionalizados, como, por exemplo, as demandas das populações atingidas pela empresa que não estão necessariamente contidas nas reivindicações dos trabalhadores. Segundo Oliveira (1987), quando os grupos sociais lograrem superar seus particularismos, construindo um discurso geral, conseguirão produzir uma identidade mais geral, mas este é um longo caminho lógico-ontológico-dialético, onde os grupos construirão o movimento a partir do “algo em comum”.

Minha pesquisa no mestrado não conseguiu esgotar a questão acerca das novas estratégias sindicais frente à empresa mineradora transnacional Vale S.A. mas representou uma tentativa de levantar alguns dados que me permitiram refletir acerca das novas lutas trabalhistas gerando novas e desafiadoras indagações.

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. -- Londrina: Praxis; Bauru: 2003.

_____. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*/Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BAUMAN, Zigmund. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENSUSÁN, Graciela. Introdução: problemas de desenho e desempenho institucional.*In:*

BENSUSÁN, Graciela (Org.) *Instituições Trabalhistas na América Latina: desenho legal e desempenho real*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno; Articulação Mineração-Siderurgia. A face agressiva da Vale. In *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário* / organização: Instituto Rosa LuxemburgStiftung. et al. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2009.

CARVALHO, Laura Nazaré de. *Ação sindical e mineração: uma análise comparada de três sindicatos de trabalhadores da Vale S.A. da região sudeste brasileira*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) para a obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói, 2012.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, Oct. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 June 2011. doi: 10.1590/S0034-76122008000500003.

_____; PECI, Alketa. Desestatização como estratégia de reforma do Estado: análise preliminar da privatização no Brasil de Nova República. *Revista de Administração Pública*, v. 33, n. 3, p. 191-207, 1999.

LEITÃO, Lúcia. Mal-estar em Itabira: poder, limites e responsabilidade na produção do espaço urbano. *XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*. Recife (PE), 2007.

GARCIA, Ana Saggiaro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. in *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário* / organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. et al. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2009.

_____. *Novo precedente de luta no atual capitalismo: o primeiro encontro internacional dos atingidos pela Vale*. 2010. Disponível em http://www.chicoalencar.com.br/_portal/artigos_do.php?codigo=789

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

_____. *Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petição, recursos, sentenças e outros*. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

MARX, Karl. O CAPITAL. *Crítica da Economia Política - Livro 1 (O Processo de Produção do Capital)*. Difel, São Paulo, 1984.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra:

1998. (Publicado pela primeira em fevereiro de 1848.).

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos. *III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafios Del Siglo XXI*. Havana, 2006.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Ed Expressão Popular, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *De ferro e flexíveis. Marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, Sayonara Grillo. *Relações Coletivas de Trabalho – Configurações Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora LTr, 2008.

SILVA, Maria das Graças Souza e; SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. Itabira - Vulnerabilidade Ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

VIEIRA, Luiz Carlos dos Santos. *O setor mineral e o Sindimina no Rio de Janeiro*. 2005. Disponível em <http://www.sindimina-rj.org.br/sindicato.html>

Documentos e revistas consultadas

DIEESE. Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas 2005. *Estudos e pesquisas*. Ano 3 – Nº 22 – agosto de 2006

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Mapa Social, Trabalhista e Ambiental. Companhia Vale do Rio Doce. 2004*. Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1940CRVD2006perfil.pdf.

_____. *Estudo preliminar sobre o perfil mundial da VALE*. São Paulo, 2009.

ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. *Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010*. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf

VALE S.A. RELATÓRIO FINANCEIRO DA VALE, primeiro trimestre de 2009

VALE S.A. RELATORIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE, 2009

VALE S.A. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE, 2010

VALE S.A. RELATÓRIO ANUAL REFERENTE À SEÇÃO 13 OU 15(d) DA SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934 da Vale. Para o ano fiscal terminado em: 31 de dezembro de 2010

VALE S.A. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DA VALE. 2º trimestre de 2011

VALE S.A. RELATORIO DO DESEMPENHO DA VALE. 2º trimestre de 2011

Jurisprudência

RR - 103600-95.2006.5.17.0012, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 08/06/2011, 5ª Turma, Data de Publicação: 17/06/2011

Notícia do TST: http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=972&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=CVRD;

NOTÍCIAS DO TST: http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=6887&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=cvrld

RR 738714/2001: http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=2985&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=CVRD

Reportagens consultadas

BNDES libera R\$ 7,3 bi para a Vale investir no Brasil. Estado de São Paulo, 1 de abril de 2008. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-libera-r-73-bi-para-vale-investir-no-brasil,149399,0.htm>

II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. 01/05/2011. Disponível em www.justicanostrilhos.org/nota/721

ARTIGO

A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DE BOA VISTA – RORAIMA E OS POVOS MACUXI E WAPICHANA DA CIDADE: PROCESSOS HISTÓRICOS E SENTIDOS DE PERTENCIMENTO

Resumo

O presente artigo possui como eixo temático a presença das populações indígenas Macuxi e Wapichana na capital de Roraima e está fundamentado na leitura crítica da historiografia produzida sobre a ocupação do território atualmente delimitado como Estado e de seu entorno, a partir do século XVIII. Este recuo visa compreender as relações sociopolíticas, conflitos e demais aspectos que permeiam a ausência dos referidos povos indígenas na história vigente acerca da formação da cidade, assim como na construção de demandas socioculturais dos Macuxi e Wapichana que residem no perímetro urbano de Boa Vista.

Palavras-Chave:

Povos indígenas; Cultura; Cidade.

Abstract

This article has as main theme the presence of indigenous people Makushi and Wapichana at the capital of Roraima, Brazil, and it is based on the critical reading of historiography produced from the eighteenth century about the occupation of the State. This historiographic return aims to understand the socio-political relations, conflicts and other factors that underlie the absence of such indigenous peoples in the formation history of the city, and the construction of socio-cultural demands of Makushi and Wapichana residing in the urban area of Boa Vista.

Keywords:

Indigenous people; Culture; Cidade

* Cientista Social (UFAL), Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN), Doutoranda em Antropologia (UFPA). E-mail: marinhodeluciana@gmail.com

Introdução

A presença de povos indígenas no setor urbano não se configura como um fenômeno recente.¹ Em Boa Vista, por exemplo, existem a princípio dois parâmetros para o entendimento acerca da presença dos mesmos na cidade: aquela a que somos primeiramente apresentados, ou a versão oficial da ocupação e formação territorial da capital roraimense e outra, menos conhecida, ancorada na tradição oral dos Macuxi e Wapichana e que não possui respaldo nas versões canônicas e militares difundidas nos livros e documentos oficiais. Porém, a partir da apropriação intelectual, por parte dos referidos grupos indígenas, da produção existente acerca dos processos sociohistóricos que culminaram na invisibilidade social a qual os mesmos estão submetidos na atualidade, balizou a criação de uma organização² na qual são o público alvo, bem como perfazem a delimitação das pautas reivindicatórias perante o poder público.

Nessa perspectiva, propomos um breve percurso reflexivo nas principais fontes historiográficas que se ocupam dos dois povos abordados neste artigo, de modo que possamos visualizar a maneira com a qual os conflitos foram gerados no seio do novo cenário social edificado a partir do século XVIII.

1.1. Os antepassados indígenas da cidade: entre o que foi dito e o que foi escrito

É fundamental compreender o que os Macuxi e Wapichana de Boa Vista reconhecem enquanto território. Partindo de seus entendimentos acerca da ocupação territorial, é preponderante o argumento da ancestralidade. Essa compreensão possui respaldo dos relatos transmitidos de uma geração para outra e, mais atualmente, nas pesquisas científicas no âmbito da arqueologia e antropologia. Saliento que esse entendimento ganhou força e foi mais amplamente disseminado a partir das lutas pela terra que teve seu ponto crítico com a homologação da TI Raposa Serra do Sol. Na região que compreende Boa Vista, o argumento permanece e é reafirmado através das lideranças da ODIC e acadêmicos indígenas da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Nesse direcionamento, o arqueólogo Pedro Mentz Ribeiro (1986), localizou, por meio de escavações, urnas, líticos, ossos, pontas de flechas, cestarias, sepultamentos em urnas, pintura rupestre e petroglifos. Estima o autor que tais materiais datam de,

1 Recorte da dissertação de mestrado “Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista”, de minha autoria, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2012.

2 Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC).

aproximadamente, 3.000 a 4.000 anos AP³ e, com base na historiografia, sugere a possibilidade quanto aos povos que habitaram nessa área durante o referido período foram os Macuxi, Wapichana e Taulipáng. Esta pesquisa foi realizada em Roraima na década de 1980, abrangendo também a região que compreende a capital roraimense.

De modo análogo, Oliveira & Souza (2010), por meio das ações da Organização dos Indígenas da Cidade e Projeto Kuwai Kírî, recorrem à memória oral na tentativa de reconstituir a relação entre o percurso histórico de ocupação da cidade e os indígenas que nela habitaram e habitam. Nessa incursão, Oliveira & Souza (2010) afirmam, com base em depoimentos coletados através de oficinas realizadas com grupos indígenas de Boa Vista, que a cidade foi erigida sobre um conjunto de malocas denominado Kuwai Kírî,⁴ local onde estavam os rezadores mais qualificados e, por esse motivo, atraía indígenas de outras malocas que se deslocavam em busca de cura para alguma enfermidade. Tais relatos, contudo, não possuem respaldo na historiografia oficial, razão pela qual os indígenas organizados de Boa Vista reivindicam o reconhecimento da presença e participação Macuxi e Wapichana na formação da atual cidade. Dessa maneira, os pesquisadores apontam para a necessidade de se rediscutir a gênese da capital, que se amparou substancialmente nas malocas que existiam na região, dando espaço à antiga fazenda Boa Vista.

Observamos que com a crescente inserção de indígenas no ensino superior e apropriação dos instrumentos de produção de conhecimento acadêmico, os Macuxi e Wapichana que residem no perímetro urbano têm constituído uma releitura acerca da presença indígena na configuração da cidade e, dessa maneira, descortinando a concepção de que se trata de um fluxo recente motivado por finalidades exclusivamente econômicas, sendo este um aspecto priorizado nos argumentos acadêmicos que tomam a temática dos indígenas na cidade como abordagem. Assim, partindo do entendimento difundido pela tradição oral dos Macuxi e Wapichana, podemos destacar que antes mesmo dos deslocamentos contemporâneos realizados pelos indígenas que buscam na cidade melhores condições de vida, já havia a presença e deslocamentos destes e de outros grupos nativos.

Nesse contexto, é igualmente necessário que tomemos conhecimento do que as principais referências historiográficas e antropológicas têm produzido a respeito dos Macuxi e Wapichana, tendo como orientação a situação de contato e principais conflitos sociopolíticos entre as referidas populações e a sociedade envolvente.

3 Antes do Presente. Entendendo-se que o “presente” data de 1950 do século XX.

4 Que na língua Macuxi significa teso de buritizais e igarapés. (OLIVEIRA & SOUZA, 2010)

1.1.1. Origens e trajetórias Macuxi e Wapichana, breve histórico do contato e relações transfronteiriças

Na década de 70, medidas administrativas que visaram a regularização fundiária das terras indígenas culminaram em “uma drástica pulverização do território de ocupação tradicional Macuxi” (SANTILLI, 1997. p. 53), contemplando “uma parcela diminuta do território tradicional Macuxi” (*idem*). Uma vez deslocados das ocupações tradicionais e vivendo em região de fronteira, os Macuxi habitam o Brasil (em Roraima), a Venezuela e a Guiana. A maior parte das comunidades está em área brasileira, no vale do Rio Branco (SANTILLI, 2001).

As tentativas de formular a trajetória percorrida pelos Macuxi até o estabelecimento na região que compreende Roraima remontam a um processo migratório “(...) da bacia do Orinoco, em etapas progressivas, até se fixarem, definitivamente, nas regiões ao norte do Rio Branco. Alguns teóricos afirmam que são povos originários das ilhas Caribe (IM THURN, 1883 *apud* CIDR, 1987. p. 46). A origem do povo Macuxi também possui outra versão, mitológica, fortemente vinculada à tradição oral comum a essa etnia, cuja narrativa versa sobre os filhos do Sol, Makunaima e Insikiran, que moldaram o território tradicionalmente habitado por esse e outros povos.

De família linguística Karib, os Macuxi em fins do século XIX eram mais de 3.000 indivíduos (COUDREAU, 1887 *apud* CIDR, 1987). Atualmente, representam a maioria indígena existente em Roraima, somando aproximadamente 20 mil indivíduos (FUNASA, 2010 *apud* CAMPOS, 2011)⁵ indivíduos em solo brasileiro. De modo oposto aos Wapichana, os Macuxi são descritos pelos viajantes do século XVIII como um povo insubordinado, insolente, guerreiro e arredio que não ensinava sua língua aos brancos (CIDR, 1987):

Os Macuxi vivenciaram forçosamente um aprendizado das relações sociais constituintes da sociedade nacional brasileira, do modo particularizado como se estabeleceram em Roraima. Foram compungidos a submeter-se à força às regras impiedosas da propriedade privada, e da acumulação de riquezas às expensas da expropriação de suas terras. Ainda assim, conseguiram preservar sua língua, seus costumes, sua organização social própria e, sobretudo, a liberdade e a autonomia pessoal como valores fundamentais de sua sociedade. (SANTILLI, 1997, p. 63)

Dessa maneira, é necessário sublinhar que a partir da década de 1950 a língua Macuxi passou a sofrer um intenso ataque por parte da população não-indígena e

5 A população indígena total em Roraima é de 49.637 (IBGE, 2010).

pelo poder público, onde passou a ser designada por “gíria” (CIDR, 1987), numa tentativa de sobrepor a língua oficial à língua indígena:

“Falar gíria não presta” pode ser considerado o slogan deste ataque que envolveu o governo local, através da Secretaria de Educação. [...] Nas malocas do lavrado, de modo particular, a língua Macuxi entrou em crise, enquanto nas da serra, tendo menos contato com os brancos, foi conseguindo manter intacto o seu uso. Hoje, todavia, assistimos um processo de recuperação linguística, fruto das lutas que esse povo está travando para ser reconhecido o próprio direito de existir como tal. (CIDR, 1987, p. 46)

Nesse sentido, apesar do intenso investimento por parte da sociedade envolvente em desarticular as expressões socioculturais Macuxi, a referida etnia não cedeu às pressões locais e sustentou sua diferença identitária frente às diversas faces que as ações de integração social tiveram ao longo dos anos em Roraima. Ainda que observemos a adoção, por parte dos Macuxi, de costumes alienígenas à cultura indígena, é preponderante a auto identificação enquanto povo, mantendo sua alteridade nos mais diversificados meios e espaços interétnicos, inclusive no perímetro urbano de Boa Vista.

Com incidência populacional considerável em Boa Vista, os Wapichana se fazem massivamente presentes nos espaços dedicados aos indígenas da cidade, dividindo os ambientes com os Macuxi. A convivência entre as duas etnias, contudo, nem sempre foi pacífica e amistosa. Embora os Wapichana sejam representados pela literatura e documentação do século XVIII e XIX⁶ como indivíduos dóceis, de fácil sociabilidade, os primeiros contatos datam de meados do século XVIII, com registros de conflitos com os grupos Macuxi pelo território (CIDR, 1987), período em que os portugueses também adentravam no extremo norte do Brasil. Para além dos conflitos, ao longo dos anos, os dois grupos étnicos acabaram por estabelecer uma relação amena, sendo possível hoje encontrar diversas comunidades mistas, habitadas pelos dois povos. Uniram-se também em Boa Vista, em torno das demandas socioculturais que constroem conjuntamente, já que as experiências obtidas na cidade são similares no que tange à interlocução com as instituições públicas.

De família linguística Aruak, em 1887 eram contabilizados menos de 1.000 indivíduos Wapichana ao longo do rio Branco, número que se torna ainda mais impactante quando acrescido ao fato de que o Wapichana já fora o povo mais numeroso da região (CIDR, 1989). Felizmente, hoje podemos visualizar um crescimento da referida população, particularmente em Roraima. Atualmente, existem 7.832⁷ pesso-

6 COUDREAU, 1887 *apud* CIDR 1987.

7 FUNASA, 2010 *apud* CAMPOS, 2011.

as que se auto declaram Wapichana no Estado, excluindo-se desse número aqueles que residem no perímetro urbano de Boa Vista, bem como na Guiana e Venezuela, onde também estão presentes. É necessário, contudo, relativizar esse número, que sofre constantes alterações devido ao intenso movimento migratório que os Wapichana da República Cooperativista da Guiana realizam em direção a Roraima, dada a localização fronteiriça do estado, e, conseqüentemente, a Boa Vista:

Ainda dentro da economia Wapixana, é preciso relevar a forte migração de índios da Guiana para o Brasil. Tratam-se, geralmente, de jovens que são hospedados nas malocas, onde oferecem o próprio trabalho em troca da hospedagem: Acontece que, à vezes, são os únicos que trabalham, criando uma forma de exploração interna. Em todo caso, ficar um ou dois anos numa maloca Wapixana no Brasil é, para a maioria desses jovens, uma etapa intermediária de um processo que se conclui em Boa Vista. Na cidade, conseguem fazer documentos e procuram novo emprego, fugindo não só da Guiana, onde a situação hoje é precária, mas também do próprio povo e da própria identidade étnica. Nos últimos anos este fenômeno está incluindo também as moças. Esta migração é diferente no que se refere a famílias inteiras: chegando da Guiana, procuram inserir-se numa maloca Wapixana, onde fixam estavelmente (CIDR, 1987, p. 73).

Assim, para Orlando e Silva (2007):

Registre-se, ainda, que a migração de índios Wapixána, em escala considerável, da República da Guiana para Roraima, introduz, neste contexto, um outro fator importante para a compreensão do *sistema*. Os índios provenientes da Guiana são originários de diferentes contextos sociais. Há os que vêm de aldeias Wapixána, ou mistas deste índios em convívio com os Makuxí; alguns provêm de casas isoladas, e outros saíram de situações interétnicas em vilas rurais ou em cidades. Aquele país não tem uma política indigenista claramente definida e institucionalizada, mas, na prática, as ações governamentais e da sociedade se orientam em um processo de integração dos índios à sociedade envolvente. (SILVA, 2007, p. 66).

Atinente à presença Wapichana na República Cooperativista da Guiana, observamos a situação delicada em que os indígenas se encontram neste país, uma vez que a política indigenista é recente e não está claramente configurada. Segundo Stephen Baines (2012), somente no final de 1999 alguns dos principais direitos indígenas foram reconhecidos na Constituição da Guiana, tais como a proteção, conservação e disseminação das línguas, do patrimônio cultural e modos de vida, sendo estes direitos aprovados pela Assembleia Nacional com base nas recomendações da *Constitution Reform Commission* (CRC).

Em solo brasileiro, os fluxos migratórios e a permanente expulsão dos Wapichana de seus territórios tradicionais acabaram por gerar uma demanda em torno da demarcação de Terras Indígenas, ação que se apresenta conflitante na política indi-

genista brasileira, colidindo com os interesses endossados pelas esferas municipais e estadual. Sendo assim, apesar do Decreto Estadual nº 779 de 16 de maio de 1906, citado por algumas publicações,⁸ que versa sobre o direcionamento de terras aos Wapichana que estavam localizados na região do Rio Branco para a ilha de Maracá (hoje uma Estação Ecológica), observamos que tal ação caracterizava-se muito mais por uma manobra política para afastar os indígenas da região de Boa Vista, que crescia de maneira vultosa no referido período.

De modo similar, para a antropóloga Nádia Farage (1997), os estudos produzidos principalmente na década de 40 sobre os Wapichana em região brasileira e guianense, respaldados na teoria da aculturação, serviram de base para os processos oficiais de demarcação do território Wapichana, sendo este consideravelmente diminuído, uma vez que tais demarcações estavam pautadas no grau de “perda” cultural. Não seria leviano afirmar, portanto, que tais demarcações foram realizadas de modo a favorecer amplamente o latifundiário, ao passo que o povo indígena ficou restrito a pequenas ilhas espalhadas por Roraima. Tal panorama começou a se modificar quando os povos Yanomami, Macuxi, entre outros, passaram a reivindicar a demarcação de Terras Indígenas em área contínua, a exemplo das TI’s Raposa Serra do Sol e Yanomami. Assim, os Wapichana, em sua maioria, estão localizados atualmente a nordeste de Roraima, na região da Serra da Lua, localizada entre os rios Branco e Tacutu, bem como em comunidades mistas às margens dos rios Uraricoera, Surumu e Amajari (FARAGE, 1998).

Atinente à relação estabelecida entre a cidade de Boa Vista e algumas malocas Wapichana, observamos as atividades de comércio, onde o excedente da produção indígena é enviado para a cidade, de modo que seja vendido. Tal prática é ainda mantida também em comunidades Macuxi, facilitada pela existência de estradas nas proximidades das comunidades.

Desse modo, assistimos a constante movimentação de grupos indígenas que, por conta do comércio, permanecem temporariamente em Boa Vista, invariavelmente hospedados na casa de outros indígenas que fixaram residência na capital. Os desdobramentos extraídos a partir dos impactos socioculturais da relação entre comunidade e cidade podem ser melhor compreendidos a partir dos estudos de Orlando Silva (2007) em comunidades Wapichana:

[...] há grupos locais que, em seu conjunto, não se sentem inseridos em uma situação de fricção interétnica e se consideram em convergência pacífica e respeitosa no que se refere aos seus interesses sociais e aos do “mundo dos brancos”, com o qual procuram se iden-

8 CIDR. *Índios de Roraima*. Boa Vista: Editora Gráfica Coronário, 1987. CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

tificar socialmente cada vez mais. Outros, embora buscando esta identificação, têm consciência de que são participantes de situações nas quais há conflitos de interesses entre as duas sociedades. Por fim, outros têm forte consciência da situação de opressão a que estão submetidos e, por isso, buscam reforçar a própria identidade étnica indígena, Wapixána, que é contrastiva em relação ao espectro identitário da sociedade dominante, e assumem esta atitude como uma forma de enfrentar confrontos e os avanços dos dominadores sobre suas sociedades e suas terras (SILVA, 2007, p. 60).

Destarte, consideramos imperativo sublinhar outra dimensão da formação cultural dos Wapichana, dessa vez subjetiva, entendendo sua singularidade como princípio fundamental na continuidade deste grupo enquanto povo. Trata-se da compreensão da fala articulada como repositório da capacidade reflexiva, ou fator inerente à condição se seres humanos (FARAGE, 1997). Esta compreensão e a estreita relação com a oralidade são aspectos que contornam a participação dos Wapichana nos espaços de negociação e sociabilidade.

Antes, contudo, de tratar especificamente do atual núcleo urbano boavistense, gostaríamos de discorrer brevemente sobre as águas que banham a margem direita da capital roraimense, uma vez que o rio Branco se destaca como o elemento primordial para os desdobramentos que se seguiram após as navegações portuguesas.

1.2. O Forte de São Joaquim

Nos idos do século XVII as regiões às margens do rio Branco foram alvo de investidas militares portuguesas,⁹ porém, foi no século XVIII o período que se tem amplo conhecimento acerca do histórico de grande parte do contato entre brancos e índios no extremo norte, como consequência das expedições realizadas pela coroa portuguesa em território amazônico, caracterizada como estratégia militar para expulsar os holandeses, ingleses e espanhóis que se encontravam nessa mesma região. Segundo Ribeiro de Sampaio (NOVA DA COSTA *apud* CIDR, 1989, p. 186), os objetivos das entradas dos portugueses na referida região eram claros: sujeição de índios aos portugueses, comércio de escravos, bem como aquisição de pescarias e as chamadas drogas do sertão. No entanto, podemos observar que os reais objetivos vão mais além, a exemplo do impedimento de possíveis invasões à região do extremo-norte da Amazônia (SANTILLI, 2004). É fundamental destacar o papel da ação geopolítica militar nessa fase inicial, uma vez que suas feições demarcam

9 CAMPOS, 2011.

notoriamente a formação social da posterior cidade de Boa Vista, alastrando-se fortemente até os dias atuais, fazendo-se presente nos espaços sociopolíticos dos povos indígenas de Roraima, bem como nos conflitos envolvendo as demarcações de TI's.

Santilli (2004) assevera que os primeiros contatos com o povo Macuxi datam desse mesmo período, século XVIII, durante a supracitada ocupação militar portuguesa do vale do Rio Branco. Nesse sentido, buscavam aldear os Macuxi em função do Forte São Joaquim¹⁰ erguido em 1775, localizado no atual Município de Bonfim, a aproximadamente 30 Km de Boa Vista.

De maneira similar, Nádia Farage e Paulo Santilli (2006) afirmam que os Wapichana foram submetidos aos aldeamentos portugueses no mesmo fluxo temporal, de modo que foram, igualmente, apresados e submetidos ao trabalho escravo no Forte São Joaquim. Segundo os autores:

Para o vale do rio Branco, pode-se igualmente dizer que, apesar desta primeira fase de escravização e aldeamento no século XVIII, o contato se intensifica com a ocupação fundiária, que se inicia com a chegada de colonos civis na segunda metade do século XIX. Com efeito, a colonização civil, que consolida a economia pecuária da região, inaugura a espoliação de territórios indígenas. A ocupação de terras nesta região fez-se acompanhar de mecanismos de arregimentação da população indígena para as camadas mais baixas da sociedade regional que então se formava. (FARAGE e SANTILLI, 2006, p. 267).

A presença indígena na referida fortificação se dava, prioritariamente, para a utilização de mão de obra para a construção e manutenção do mesmo. Foi durante essa mesma ocasião que se intensificaram os aldeamentos como parte do processo colonizador, contabilizando-se um número significativo de indígenas em cinco povoados da região, incluindo o povoamento de Nossa Senhora do Carmo (CIDR, 1989), que veio a ser posteriormente a cidade de Boa Vista.

Tal como temos conhecimento de outras regiões nas quais se tem histórico do contato entre povos indígenas e frentes colonizadoras, o processo de incursão portuguesa nas margens do rio Branco se mostrou assaz violento. Por se tratar de uma região fronteiriça, as ações colonizadoras possuíam enfoque estratégico-militar, uma vez que a intenção era a de assegurar o domínio português nas terras amazônicas. Em razão disso, foram erguidos, além do Forte de São Joaquim, internatos e igrejas, espaços que serviram de palco para a supressão das identidades culturais indígenas, numa clara inserção imposta aos indígenas no mercado local e nacional (PEREIRA, 2010).

10 Hoje em ruínas, tombado provisoriamente pelo IPHAN em 2011.

1.3. As missões evangelizadoras

Antes, contudo, que a fortificação fosse erguida, as missões evangelizadoras já se encontravam em plena atividade. Em 1725, frades Carmelitas fundaram várias missões, a exemplo da Missão do Carmo, posteriormente elevada a Freguesia Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco e, tempos depois, município de Boa Vista¹¹ (CIDR, 2007). As missões evangelizadoras estavam, também, a cargo da ordem beneditina e, posteriormente, da Ordem da Consolata (SANTILLI *apud* BAINES, 2012).

Em dados disponibilizadas pelo Centro de Informação Diocese de Roraima (1989), baseado nos anuários dos missionários beneditinos que passaram a atuar na região a partir de 1909, até o século XVIII o Rio Branco era habitado quase em sua totalidade por indígenas. Com as entradas dos portugueses e a consequente utilização da paisagem regional para pastagem, grupos indígenas passaram a fornecer trabalho em troca de pequenos artigos, roupas, alimento, ferramenta de trabalho, entre outros.

1.4. O decréscimo demográfico

Outros fatores merecem destaque quanto a substancial diminuição quantitativa de grupos indígenas das margens do Rio Branco. O cronista militar Lobo D'Almada (*apud* CIDR, 1989), durante sua viagem ao extremo norte, estimulou a criação de gado e recomendava em seus relatórios que os índios fossem “civilizados” pelos portugueses, o que incluía vesti-los e incentivar o casamento com soldados, numa clara tentativa de integrar totalmente o indígena à sociedade que se erguia. Movimento semelhante podemos observar no início do século XX, onde a sociedade envolvente buscava transformar indígenas em trabalhadores nacionais (SANTILLI *apud* BAINES, 2012).

Segundo Farage e Santilli (*apud* PEREIRA, 2010), no século XVIII existiam, aproximadamente, 28 etnias ao longo do Rio Branco. Desse número, apenas 8 resistiram ao impacto do contato entre brancos e índios: Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Yanomami, Ye'kuana e Waimiri-Atroari, atualmente espalhados em 32 Terras Indígenas demarcadas pelo Governo Federal, representando 46,3% do território de Roraima, somando-se as Unidades de Conservação (CAMPOS, 2011). Além dos conflitos, outros fatores se apresentaram preponderantes para a dizimação desses povos, como as epidemias e o intenso trabalho escravo.

11 O conjunto de casas existentes da fazenda Boa Vista foi elevada à Município de Boa Vista do Rio Branco pelo Decreto Estadual nº 49 de 9 de julho de 1890 (CIDR, 2007).

Nesse mesmo fluxo do século XVIII, assinala Farage (1997), a colonização foi empreendida na atual cidade de Boa Vista por meio do Rio Branco. Nesse período, já constata o viajante Henri Coudreau (*apud* FARAGE, 1997), a população consistia de “Branços, Mamelucos e de índios, que servem como domésticos para os brancos” (*idem*, p. 33). Embasado nos relatos de missionários e viajantes, temos o mesmo quadro social nesse período, onde a relação entre a população “branca” e indígena é de evidente submissão por parte do último grupo, onde indígenas, particularmente os Wapichana, desempenhavam o trabalho braçal nas fazendas que cresciam de maneira vultosa (CIDR, 1989).

Em fins da década de sessenta, somos tomados pela observação de Ramos (*apud* BAINES, 2012), acerca da sujeição a qual os Macuxi estavam imersos em Boa Vista:

Eram humildes varredores das ruas de Boa Vista, que mal ousavam levantar os olhos do chão e pareciam querer fazer-se invisíveis para aquele mundo hostil, que os rejeitava ostensivamente. Viviam então o lado mais sombrio da fricção interétnica, relegados à absoluta marginalidade social, cultural e econômica (RAMOS 2011 *apud* BAINES, 2012, p. 34).

Desse retrato, pouco se alterou nos dias atuais. Embora haja um restrito grupo indígena que tenha alcançado certa ascensão social em Boa Vista, destaco que a grande maioria sobrevive em condições de extrema vulnerabilidade social, na periferia da capital. As mulheres indígenas permanecem trabalhando com serviços domésticos e os homens ainda servem de mão-de-obra de baixo custo no ramo da construção civil.

Em 1929, o norte americano viajante e explorador de minérios, Hamilton Rice, também aponta para os indígenas do Rio Branco. Relata que os indígenas já podem ser considerados civilizados e camponeses, uma vez que usam roupas e trabalham no campo como pastores, afirmando que tais indígenas estavam em vias de serem totalmente integrados à sociedade nacional (CIDR, 1987). Interessante destacar que tal ponto de vista ainda possui efeitos e propagação, pois é uma bandeira levantada pelos grupos que veem o indígena da cidade destituído de identidade étnica.

1.5. Os fluxos migratórios e a formação de uma cidade multifacetada

Já em fins do séc. XIX, registra-se na região nordeste do Brasil uma grande movimentação migratória como forma de escapar da intensa seca. Nesse quadro, observamos que as correntes migratórias direcionavam para a região sul, mas apontavam especialmente para a Amazônia por conta do extrativismo da borracha, contabilizando-se aproximadamente a 300.000¹² o número de retirantes nordestinos, cuja

12 TEÓFILO *apud* FACÓ, 1983

presença também foi registrada no Rio Branco (LOUREIRO *apud* FARAGE, 1997), local onde se instalaram e, embora não fossem possuidores de recursos financeiros, acabaram por configurar uma elite regional dotada de influência política, motivo pelo qual foram capazes de pressionar o governo local no intuito de legalizar o patrimônio econômico e fundiário que passaram a elevar desde então:¹³

Uma vez decorrido o momento inicial do contato, não tardou a eclosão de conflitos entre os Macuxi e os pecuaristas, garimpeiros e demais colonos brancos. Entre outros motivos, pelo término dos presentes ofertados a princípio pelos forasteiros recém chegados aos índios; pela devastação das roças indígenas progressivamente invadida pelo gado; pelo cercamento da mobilidade dos índios, da pesca com o timbó, do acesso às fontes perenes de água, pelo escasseamento da caça pelos campos naturais desde então pretensamente convertidos em pastagens exclusivas para o gado; ou ainda, pelas violências cometidas nas relações de trabalho e abusos sexuais contra as mulheres. (SANTILLI, 1997, p. 63)

Segundo o CIDR (1987), no começo do século XX, Boa Vista, que era até então o único município do território, contava com aproximadamente dez mil habitantes, entre os quais contavam-se 3 a 4 mil brancos ou mestiços, sendo sua maioria fazendeiros ou comerciantes. Já na década de sessenta:

Devido ao tratamento recebido dos brasileiros, os índios tendiam, nesses anos, a emigrar rumo à Guiana. Porém, com a revolução naquele país e a saída dos ingleses (1968), a situação nas áreas indígenas guianenses (região do Essequibo) piorou consideravelmente e, assim, o processo migratório se inverteu. São os índios Macuxi e Wapixana da Guiana, falantes também da língua inglesa, que vêm para o Brasil. (CIDR, 1987, p. 36)

Posteriormente, na década de 1970, Roraima foi o destino de migrantes atraídos pela abertura de estradas e assentamentos, aumentando a população em até cinco vezes mais até 1991.¹⁴ O garimpo também se constituiu como outro fator de atração, particularmente na década de 80, período em que deixa de ser Território Federal e passa a ser Estado,¹⁵ concentrando suas atividades em TT's: “A notícia da abundância de ouro e diamantes atraiu aventureiros de várias partes do país. A maior parte do trabalho manual, sobretudo o de carregar mercadorias a partir do centro de Surumu, era feito por índios” (CIDR, 1987. p. 32).

Apesar da atividade garimpeira fixar sua ação na região de floresta, foi na cidade de Boa Vista que a grande massa de migrantes se instalou, ocasionando um crescimento urbano de 43% na década de 70, para 65% no ano de 1991 (CAMPOS, 2011). Dessa parcela migratória, a maior fatia corresponde aos maranhenses que representam atualmente 20% da população local (*idem*).

13 FARAGE, 1997.

14 CAMPOS, 2011

15 Aprovado pela Constituição Federal de 1988.

Em relação às famílias indígenas que atualmente se fazem presentes na cidade, atentamos para o fato de que as mesmas disponibilizam suas casas para aqueles que, por diversas razões, necessitam sair de suas comunidades e se estabelecer temporariamente em Boa Vista. A existência das instituições e organizações voltadas para a defesa dos indígenas cuja sede se encontra na capital, também se mostram fator de constante fluxo entre a comunidade e a cidade.

Esse movimento, assim como a existência de estradas nas proximidades das comunidades e a constante travessia de automóveis, evidenciou um grave problema que se apresenta diante das famílias. Trata-se do tráfico de meninas e mulheres indígenas para redes de prostituição na cidade, que já se configura como uma realidade nefasta para as famílias que se encontra definitivamente ou temporariamente na capital:

Essa (estrada) facilita a transferência, mais ou menos definitiva, dos Wapixana para a cidade, onde bairros inteiros são formados por gerações sucessivas de índios destribilizados. Este último fato favorece outro fenômeno: a possibilidade dos Wapixana que continuam morando nas malocas, terem uma base de apoio em Boa Vista na casa dos parentes que moram definitivamente na cidade. Podem, assim, ir e voltar com facilidade para a maloca, onde continuam trabalhando. Este processo quase sempre acaba, porém, com a decisão de fixarem-se, definitivamente em Boa Vista. A cidade oferece aos jovens a possibilidade de trabalho que, além de resolver os próprios problemas econômicos, são uma solução para superar desacordos com os pais, não mais resolvidos em termos rituais (ritos de iniciação ou de passagem), como ainda acontece com as moças. O trabalho que os jovens Wapixana encontram na cidade, nas serrarias, na construção civil ou nos comércios, são pouco remunerados e os empregadores quase nunca respeitam as leis trabalhistas vigentes. Ainda mais delicada é a situação das moças Wapixana que, cada vez mais empregam-se em lojas ou como empregadas domésticas. É normal encontrar casos de senhoras brancas que pedem as meninas a seus pais para “estudarem na cidade”, ajuda-las nos trabalhos de casa, cuidarem das crianças, etc. Quando isso acontece, mesmo quando os pais recusam tais propostas, as moças em seu estado de insegurança cultural, vêem uma possibilidade de fugir na primeira ocasião, certas de poderem encontrar um emprego. Em sua maioria, porém, estas moças acabam sendo exploradas pelas famílias citadinas, não estudam e não são poucos os casos que terminam na prostituição. (CIDR, 1989, p. 74)

Destarte, a vida na cidade acaba por impulsionar aqueles que estavam habituados a um modo de vida essencialmente rural, a uma lógica de consumo típica dos centros urbanos. A necessidade de locomoção, alimentação, vestuário, moradia, entre outras, se apresenta substancialmente diferente na cidade, uma vez que o acesso a tais bens nas comunidades não está necessariamente vinculado ao mercado consumidor. Assim:

A sociedade urbanizada não indígena como um todo, em Boa Vista e em outras cidades e vilas – onde famílias e pessoas solteiras ou isoladas indígenas se encontram diluídas em meio às populações –, pressiona as sociedades e indivíduos indígenas, direta e indiretamente, de forma a gerar mudanças nos comportamentos, usos e costumes e nos valores, bem como fazendo aflorar necessidades antes não sentidas. (SILVA, 2007, p. 62)

Boa Vista ainda se apresenta como principal núcleo urbano de Roraima, atraindo não só a população das cidades circunvizinhas, mas também venezuelanos e guianenses, em razão da localização fronteiriça do Estado. É nesse movimento que o fluxo migratório marca profundamente a feição sociocultural da cidade, que passa a se caracterizar como um espaço multicultural. Palco da diferença, a capital se apresenta de maneira heterogênea, comportando em seu espaço pessoas originárias de várias localidades do Brasil: são roraimenses, maranhenses, cearenses, gaúchos, cariocas, paulistas, entre outros, que se espalham e imprimem seus hábitos socioculturais nos Centros de Tradições Gaúchas, nas quadrilhas juninas, nos bois-bumbás e em demais festividades.

Nessa perspectiva, David Harvey (2006) traz algumas contribuições que podem ser aplicadas a esta observação. Segundo ele, “a aparência de uma cidade e o modo como seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais (*idem*, p. 69).” Seguindo essa linha de raciocínio, projeta-se num mesmo espaço sentidos atemporais e encontros dos aspectos multiculturais presentes em cidades. Em Boa Vista, por exemplo, pensando-a a partir de sua organização e configuração social, é possível realizar uma leitura encadeada pela conformação pluricultural da mesma, aspecto este tão característico do local. Sendo a capital roraimense o palco onde se encontram sentidos culturais múltiplos, a presença de povos indígenas, recuados em bairros periféricos e dispostos em sua grande maioria em casas de madeira, sem cercas ou muros,¹⁶ representa uma ampla dimensão na cidade marcada pela diferença.

1.6. O quadro geral dos indígenas de Boa Vista: indicadores imprecisos

A história produzida por pesquisadores e viajantes, como vimos anteriormente, nos permite compreender como a relação entre população indígena e não indígena foi construída e reproduzida ao longo das gerações subsequentes ao século XVIII. Em consonância com essa leitura histórica que excluiu a presença indígena, observa-

16 Tal como estão dispostas nas comunidades.

mos na contemporaneidade uma dinâmica política, econômica e social desfavorável aos Macuxi e Wapichana em Boa Vista, um cenário erguido pela sociedade envolvente que se fixou nos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas.

Nessa perspectiva, observamos como um dos fatores desfavoráveis a essa parcela da população é a imprecisão quantitativa com a qual os indígenas da cidade são representados. Segundo o CIDR (1987), no começo do século XX, Boa Vista, que era até então o único município do território, contava com aproximadamente dez mil habitantes, entre os quais contavam-se 3 a 4 mil brancos ou mestiços, sendo sua maioria fazendeiros ou comerciantes. No último censo demográfico¹⁷ foram contabilizados em Boa Vista um total de 284.313 habitantes. Desse montante, apenas 6.072¹⁸ pessoas se identificaram como indígenas no núcleo urbano boavistense (IBGE, 2010). Segundo informações da Prefeitura Municipal de Boa Vista e a ODIC (2010), existem aproximadamente 31.000 indígenas, ou 4.600 famílias¹⁹ de várias etnias que residem na capital roraimense. Temos, dessa forma, uma divergência significativa nos dados apresentados pelas instituições, o que impossibilita ter uma real dimensão numérica da presença indígena em Boa Vista.

Ao buscar um quantitativo destes grupos em perímetro urbano na estrutura administrativa municipal, mais especificamente na Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) vinculada à Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas (SMGA), são oferecidos apenas indicadores dos indígenas localizados na área rural da cidade, em zonas de TI's demarcadas.

A imprecisão dos dados demográficos também revela a fragilidade e ineficácia em quantificar dados socioculturais de povos indígenas, em razão da inadequação dos instrumentos que são atualmente utilizados. Também se inclui nessa problemática a contabilização de povos pertencentes à determinadas etnias, como por exemplo, os Macuxi e Wapichana, por conta da incidência de comunidades mistas no território brasileiro.

Comumente, durante a aplicação censitária, os indígenas de Boa Vista possuem dificuldades na auto identificação de “cor” ou “raça”, com base nas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destarte, sendo as questões que envolvem a categoria identidade fatores que se apresentam de maneira bastante complexa nos indicadores sociais, corroboramos com Melatti

17 IBGE, 2010.

18 Ao todo, no município de Boa Vista (zona rural e urbana), 8.500 é o total populacional que se identifica enquanto indígena. Quanto ao montante indígena urbano, Boa Vista ocupa a 5ª posição no ranking dos municípios com mais população indígena (IBGE, 2010).

19 CAMPOS, 2011.

(2007) na perspectiva de que e faz necessário um preparo diferenciado com recenseadores que lidam diretamente com indígenas, inclusive aplicando um tempo maior na entrevista, realizando mais claramente os questionamentos que na maioria das vezes são perguntas estranhas aos indígenas, bem como preparar o entrevistador para lidar de forma mais eficiente com as barreiras linguísticas. De outro modo, os indígenas continuarão sendo quantificados de modo ineficaz, onde as especificidades étnicas, que fazem a diferença, permanecerão obscurecidas por indicadores quantitativos ineficientes.

Assim, tendo em vista os entraves cotidianos que envolvem a supressão das necessidades básicas diárias, refletimos que a mesma dificuldade se faz presente nas demandas culturais levantadas pelos Macuxi e Wapichana de Boa Vista. Tais demandas sinalizam que a preservação, apoio e fomento das culturas Macuxi e Wapichana já se consolidaram como pautas reivindicatórias fundamentais entre aqueles que residem no núcleo urbano, apesar da ausência de setores específicos no poder público estadual e municipal para tratar a questão.

Tendo em vista os fatores sócio-históricos sob os quais a capital roraimense foi erguida, fatores estes amplamente correlacionados aos povos indígenas e ao universo de significações culturais atribuído por estes grupos à cidade, me detenho a problematizar o lugar concedido a este e outros entendimentos de cultura na estrutura administrativa de Boa Vista.

No âmbito municipal, a inexistência de uma Secretaria de Cultura faz com que as pautas que seriam a ela direcionadas acabem encaminhadas às estruturas voltadas para educação ou turismo. Dessa maneira, observamos que o entendimento político e administrativo de cultura, bem como de ações voltadas para esta, é exponencialmente divergente da perspectiva defendida e reivindicada pelos múltiplos grupos sociais presentes em Boa Vista.

Temos, assim, um poder público que opera com os incentivos aos megaespectáculos, ou a tudo aquilo que pode gerar eventos de porte considerável e atração de massas, a esse exemplo, as ações de fomento a cultura são os grandes shows musicais com os artistas nacionais que atraem o grande público. Dessa maneira, são de curto alcance as ações de fomento que sejam capazes de visibilizar a compreensão de cultura inerente aos indígenas de Boa Vista, compreensão esta associada ao sentido de legitimidade quanto ao pertencimento dos mesmos na cidade.

Evidentemente, não seria possível reproduzir neste artigo todos os argumentos alusivos às ações do poder público que priorizam determinado entendimento de fomento à cultura em detrimento de outros, contudo, cabe uma breve análise.

Concebendo Boa Vista enquanto palco da diferença, no sentido de ser caracterizada como um lugar onde múltiplas identidades socioculturais se encontram, temos, nessa perspectiva, determinados setores sociais que, amparados ou inseridos no poder público, se utilizam de suas referências culturais como ferramenta de auto afirmação, ao passo que delimitam as fronteiras simbólicas entre as estratégias de pertencimento de outros grupos sociais, entre eles os indígenas, num movimento semelhante ao que Leite (2009) denominou de *abstenção social do encontro*:

A cidade abriga em sua complexa demarcação espacial urbana as fissuras do sujeito na forma dispersiva dos lugares na vida pública. (...) Entendo por lugares as demarcações físicas e simbólicas do espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações e sendo por estas delimitadas reflexivamente. De modo complementar, podemos falar numa espécie de abstenção social do encontro. Abstenções são atitudes deliberadas de recusa ao encontro com o outro (estranho). São recusas racionais que formatam ações defensivas, seja pelo medo, xenofobia ou pelo desejo explícito de se diferenciar e de não se envolver com outros matizes culturais da vida social. Obviamente que essas abstenções se manifestem de modo muito distinto, a depender de classe e grupo social. (LEITE, 2009, p. 198)

Acrescido a tal fato, é necessário sublinhar que os setores populares associados à cultura em Roraima, Estado significativamente constituído por imigrantes,²⁰ vem alinhavando uma compreensão acerca do que vem a ser a identidade cultural local. Todavia, existe forte conflito entre grupos sociais dominantes que construíram, desde seu início, o perfil de Estado “anti-indígena”, com o qual é reconhecido. Tal perfil se configura na medida em que se forjam memórias, obscurecendo ou aniquilando outras. Em Boa Vista, particularmente, tais ações produzem efeitos que repousam na deliberada condição de invisibilidade social com a qual os povos da cidade estão sujeitos.

Temos, desse modo, uma estrutura político-administrativa municipal que apresenta dificuldades em contemplar a camada populacional indígena do perímetro urbano. Dissonante a isso, os Macuxi e Wapichana de Boa Vista vêm construindo uma narrativa de pertencimento que inter-relaciona os aspectos socioculturais engolidos pela história oficial e, posteriormente, pela sociedade em posse do poder público. Tal narrativa possui respaldo na Organização dos Indígenas da Cidade e Universidade Federal de Roraima, por meio de ações de valorização das expressões culturais dos povos que residem na capital roraimense.

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.

20 54,1% da população do estado é natural de Roraima (SEPLAN, *apud* CAMPOS, 2011)

Referências Bibliográficas

- BAINES, Stephen Grant. O Movimento político Indígena em Roraima: Identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil – Guiana. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n° 64, p. 33-44, jan/abr. 2012.
- BRASIL, Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CAMPOS, Ciro (org). *Diversidade socioambiental de Roraima: Subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- CIDR. Índios de Roraima: *Macuxá, Taurepang, Ingarikó, Wapixana*. Coleção histórico-antropológica N° 1. Boa Vista: Editora Gráfica Coronário, 1987.
- _____. Índios e brancos em Roraima. Coleção histórico-antropológica. n° 2. Boa Vista: Editora Gráfica Coronário, 1989.
- _____. *Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo. Boa Vista, 2007*.
- EACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- FARAGE, Nádia. *As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapishana*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Letras, USP, 1997
- _____. Os Múltiplos da Alma: um inventário de praticas discursivas Wapishana. In: *Itinerários*. Araraquara, n° 12, 1998.
- _____; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio. Territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006
- HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Dados populacionais do Estado de Roraima, 2010.
- LEITE, Rogerio Proença. Espaços públicos na pós-modernidade. In: _____. FORTUNA, Carlos. *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanas*. Coimbra: Almedina, 2009.
- MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- ODIC. *Propostas da Organização dos Indígenas da Cidade – ODIC sobre os problemas sociais da população indígena da cidade de Boa Vista – Roraima*. Boa Vista, 2010. 7 p.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de & SOUZA, Eliandro Pedro de. Organização dos índi-

- genas da cidade – ODIC. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de (org). *Projeto Kunai kârî: a experiência dos índios urbanos de Boa Vista - Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.
- PEREIRA, Zineide Sarmiento. O movimento indígena em Roraima: a trajetória das organizações. In: FERNANDES, Maria Luzia & GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *História e diversidade: política, gênero e etnia em Roraima*. Boa Vista: UFRR, p. 107-141, 2012
- SILVA, Orlando Sampaio e. Os Wapixána: uma situação de contato interétnico. In: *Revista do Núcleo histórico socioambiental*. Boa Vista, vol 1. n° 1 UFRR, 2007
- RIBEIRO, Pedro Mentz. Arqueologia em Roraima: histórico e evidências de um passado distante. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E.J.G. Castellón, E.G. (orgs). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus, INPA. p. 3-23, 1997
- SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E.J.G. Castellón, E.G. (orgs). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus, INPA. p. 49-64, 1997
- _____. Macuxi. In: ISA, *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/makuxi/print>> Acessado em 01/10/2012

RESENHA

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias.; SOUZA, Carla Monteiro. (orgs).
Roraima/Boa Vista: Temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da
UFRR, 2012, 241p. ISBN 978-85-60215-82-9

DEBATES MULTIDISCIPLINARES SOBRE RORAIMA

Transformado em estado no ano de 1988, Roraima têm sido palco de uma crescente dinamização institucional e migratória, a qual tem transformado significativamente o dia-a-dia de um vasto território na Amazônia Setentrional pouco conhecido pelos próprios brasileiros, mas que pela pequena escala populacional permite refletir o próprio Brasil quanto a desenvolvimentos e contradições.

À guisa de celebração dos 25 anos de formação do estado, as professoras Maria das Graças S. Dias Magalhães e Carla Monteiro de Souza organizaram uma obra de reflexão de Roraima e sua capital, Boa Vista, com base nas contribuições multidisciplinares de um seletto grupo de professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O livro, “Roraima/Boa Vista: Temas sobre o regional e o local”, pode ser caracterizado como uma relevante contribuição científica sobre um território com escassa produção de estudos, uma vez que as discussões trazem uma ampla e crítica análise sobre aspectos socioculturais por meio de três partes que definem em 10 capítulos,

* Atualmente é assessor pedagógico - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação em Educação Ambiental

**Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. Pos-Doutorando em Ciências Jurídicas.

respectivamente, a formação do estado, a centralidade da capital Boa Vista, bem como as relações internacionais com os países vizinhos.

Na primeira parte, “Roraima, sua história e sua gente”, a obra apresenta cinco trabalhos com um conteúdo historiográfico de análise, tanto na longa duração, quanto na curta duração, os quais permitem caracterizar as forças estruturais e conjunturais que influenciam na caracterização do perfil social da população e nos processos de formação histórica das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e de construção da atual identidade de parte dos roraimenses.

Embora abordando temas distintos, o resgate histórico da formação do Território Federal trata-se da espinha dorsal da primeira parte do livro, demonstrando a centralidade de verticalidades oriundas do governo federal por meio de políticas de determinação de elites alienígenas, ocupação e miscigenação, bem como na educação e construção de uma identidade brasileira e roraimense, as quais se tornaram forças profundas com repercussões estruturais no nascente estado até os dias atuais.

Os cinco capítulos se articulam com informações incrementais sobre a realidade histórica de Roraima, tanto, por meio de revisão histórica e documental, quanto, por meio do uso da história oral, permitindo assim uma compreensão dos meandros e dilemas das políticas verticais, os quais criaram dependência a um padrão de desenvolvimento exógeno que é responsável pelas dinâmicas econômicas e políticas mais além dos padrões de subsistência no aproveitamento das águas, florestas e lavrado.

Na segunda parte da obra, “Roraima, espaço e desenvolvimento”, três capítulos abordam o desenvolvimento no estado, a partir de estudos urbano-produtivos, tanto, sobre a produção do espaço da cidade de Boa Vista, quanto, sobre a possibilidade de manejo de áreas degradadas para implantação da atividade econômica da aquicultura em crescente produção.

Nos capítulos 6 e 7, a análise da produção do espaço urbano de Boa Vista é feita com base na identificação de diferentes atores e agentes, demonstrando que a dinâmica socio-espacial de Boa Vista traz consigo dilemas de um crescimento desordenado que incorrem em segregação residencial, além de impactos ambientais com o avanço da mancha urbana, uma vez que a capital têm dobrado de população a cada década e concentra 2/3 da população total do estado, com 400.000 habitantes.

No capítulo 8, com forte apelo intervencionista, por parte do poder público e poder privado interessado, o artigo coloca em discussão elementos de recuperação ambiental, manejo de áreas afetadas e ainda geração de emprego e renda e melhoria da alimentação com base na implantação de projetos de aquicultura em áreas degradadas, haja vista o crescimento da piscicultura em Roraima e os potenciais impactos positivos socioambientais.

Na terceira parte do livro, “Roraima e suas fronteiras”, dois capítulos trazem uma apreensão de Roraima em relação a sua posição geopolítica em área de fronteira internacional, assim, como sobre as especificidades dos processos históricos, culturais e econômicos do estado em um contexto espacial de interconexão fronteiriça marcada pelas culturas distintas de Venezuela e Guiana.

Ambos os capítulos desta seção destacam o papel de Roraima no contexto de integração do Brasil na América do Sul e Caribe, por meio da identificação de crescentes pontos de diálogo do estado com a Guiana e a Venezuela e o papel estratégico que tem Boa Vista na interlocução de uma pretendida integração macro-regional, cuja natureza se caracteriza pelo resgate de um padrão de interação de Amazônia Caribenha, existente até o século XVI.

Nos capítulos 9 e 10, Roraima e sua capital são apontados como pivôs estratégicos para uma prospectiva de crescente cooperação entre o Brasil e os países vizinhos, Guiana e Venezuela, a partir de um projeto político e infra-estrutural de integração que possa fomentar desenvolvimento regional nos setores de agroindústria, mineração, produção de energia, bem como fluida comunicação logística entre a Zona Franca de Manaus e os portos de Georgetown e a Zona Franca de Puerto Ordaz.

Com base na discussão desta coletânea, organizada em três partes, observa-se a relevância dos dez estudos temáticos, desenvolvidos por pesquisadores da comunidade epistêmica local, para uma melhor compreensão da complexidade dos fenômenos que afetam a dinâmica de formação e desenvolvimento do estado de Roraima e de sua capital, Boa Vista, em sua complexidade fronteiriça e amazônica como ex-território no curto e longo prazo.

Conclui-se que a obra oferece subsídios técnicos, teóricos e empíricos a quem pretende a desvendar a complexidade de Roraima no contexto de seu desenvolvimento e integração intra e internacional, motivo pelo qual é amplamente recomendado para utilização em cursos de graduação e pós-graduação de diversas áreas, bem como, leitura indispensável ao público geral interessado ou a pesquisadores dedicados ao estudo da Amazônia e dos novos estados brasileiros.

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.